UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

LEANDRO ROBERTO NEVES

ALÉM DA SUPERFICÍE: A Produção das Trincheiras Espaciais Simbólicas

São Paulo

2013

LEANDRO ROBERTO NEVES

ALÉM DA SUPERFICÍE: A Produção das Trincheiras Espaciais Simbólicas

(Versão original)

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Ianni Régia Scarcelli.

São Paulo

2013

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catalogação na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Neves, Leandro Roberto.
Além da superfície: a produção das trincheiras espaciais simbólicas / Leandro Roberto Neves; orientadora Ianni Régia Scarcelli. -- São Paulo, 2013.
192 f.
Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Psicologia ambiental 2. Espaço 3. Desastre 4. Habitação 5. Simbolismo 6. Políticas Públicas I. Título.

BF353

Nome: NEVES, Leandro R.
Título: Além da Superfície: A produção das Trincheiras Espaciais Simbólicas

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr._____

Instituição:_____Assinatura_____

Prof. Dr._____

Instituição:_____Assinatura_____

Prof. Dr._____

Instituição:_____Assinatura_____

Prof. Dr._____

Instituição:_____Assinatura_____

Prof. Dr._____

Instituição:_____Assinatura_____

DEDICATÓRIA

Dedico essa tese a minha mãe, irmãos, esposa e filhas.

AGRADECIMENTOS

Escrever o agradecimento é a parte mais prazerosa da tese, porque evoquei a lembrança de todos aqueles que passaram na minha vida e foram importantes não somente na confecção da tese mais na formação do homem que hoje eu sou. Uma busca profunda que me fez refletir todo o percurso da minha educação formal e informal, dos meus sonhos, projetos e do que foi realizado. Percebo que se fecharam várias etapas da minha vida e agora, novos projetos serão traçados, novos sonhos e novas perspectivas para o futuro. Como diz Fernando Pessoa, no poema "Tabacaria", há homens que nasceram para conquistar o mundo e há homens que pensam que podem conquistá-lo. Durante muito tempo pensei que podia conquistá-lo, hoje sei que já conquistei muitas coisas e que há novas que precisam ser conquistadas. O sonho pela eliminação das injustiças sociais, acredito que seja o principal catalizador de todos os outros projetos pessoais e coletivos. Desta forma, a seguir estão as pessoas ou grupos que contribuíram para a minha formação e que, hoje, carrego um pouquinho delas comigo.

Agradeço minha mãe, sempre trabalhando em prol dos filhos, passando-nos perseverança, otimismo, coragem, honestidade, solidariedade, dedicação e, sobretudo, caráter moral.

A meu irmão Adriano e a minhas irmãs Patrícia e Eliane, sempre apoiando as minhas decisões, companheiros nas horas de alegria e tristeza, sempre presentes em minha vida.

A meu pai, com o qual tive contato apenas dez anos da minha vida, cujos desígnios de Deus o levaram para o além. Sua presença se encontra comigo.

A minha esposa Gisele, minha filha Naara e minha enteada Gabriela, que me acompanharam dia a dia nos últimos anos, aguentando as intempéries do meu humor, as cobranças, distanciamentos e aproximações. Hoje são um pedaço de mim em andamento.

Aos colegas do núcleo de pesquisa (NIPPC-UNITAU), André, Cecília, Cris Cobra, Cris Love, Carlão, Régis, Rogério, Pimenta e outros que passaram por lá. Mais do que companheiros de pesquisa, amigos de verdade, companheiros dos encontros e desencontros da vida.

Aos colegas do Grupo de Orientação no IPUSP (Ianni, Eliane, Tatiana, Carina, Luciana, Rebecca, Lia, Lia S., Luiz, Tati, Patrícia...) pelas contribuições teóricas e troca de experiência. Amigos que me acompanharão pelo mundo afora na trajetória acadêmica.

Aos amigos do basquete, da dança afro, da capoeira, da infância, de São Luiz do Paraitinga, de Catuçaba, de São Paulo e outros de quem não me recordo agora. São grupos que representam a multiplicidade de eus na minha identidade em andamento.

E, por fim, a minha família estendida, Luiz Augusto, Fabiana, Ângela, Adriano, Lenon, Pedro, Lidiane e outros que me acompanharam nesse processo de aprendizado.

A todos o meu agradecimento. Não há caminho impossível quando uma pessoa que o ama o acompanha.

RESUMO

NEVES, L.R. Além da Superfície: A produção das trincheiras espaciais simbólicas. 2013. 192f. Tese de (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Esta pesquisa estudou a relação do homem com seu ambiente. Tal relação consiste em como esse homem, na participação da vida social do município de São Luiz do Paraitinga, SP, construiu vínculos afetivos com as edificações – habitação própria e edificações históricas. Para tanto, considerou-se que, no processo sócio-histórico da formação da cidade, houve transformações na representação da sua imagem, assim como nos aspectos simbólicos que permeiam os vínculos afetivos do homem com seu espaço habitado. Os elementos constitutivos do espaço representado sofreram um agudo processo de transformação em virtude da inundação ocorrida na passagem do ano de 2009 para 2010, que provocou, entre outras, a destruição das edificações do centro histórico da cidade e o alagamento das áreas rurais. São pressupostos que o simbolismo da cidade se relaciona com o sentido que o lugar proporciona aos citadinos e também que o apego, derivado da experiência do lugar, fomenta uma relação entre lugar/modos de convivência – produção material, valores morais, estilo de vida, memória social, identidade de lugar, cultura e entre outros. Todos esses aspectos compõem um imaginário citadino e transparecem, objetivamente, na imagem da cidade. Foi utilizada a acepção das trincheiras espaciais simbólicas – representações produzidas a partir da relação do homem com a casa – fundamentando a pesquisa na hipótese de que esta possibilitou maior compreensão dos elementos que emergem das experiências dos citadinos nesse processo, tendo como escopo a vivência das perdas materiais e imateriais e as possíveis transformações no modo de vida das pessoas após o evento. A situação que os citadinos vivenciaram com a perda da habitação pode engendrar representações que indicam cisões de ordem concreta (espaço físico da cidade) e subjetiva (simbolismo) no tecido urbano. Essas cisões estariam sendo construídas a partir do compartilhamento dos significados produzidos em determinados espaços de antagonismo econômico e social. São procedimentos metodológicos: pesquisa documental e bibliográfica de textos (científicos, jornalísticos, governamentais e outros que se mostraram relevantes) elaborados no âmbito de instituições oficiais e grupos informais aplicados; e investigação etnográfica no espaço da cidade (observação e entrevistas com moradores). Tais procedimentos propiciaram a identificação, a descrição e a interpretação das ações humanas após a inundação da cidade e a aproximação desse campo de estudo à análise psicossocial. Foram respeitados os princípios éticos que norteiam o uso de instrumentos científicos em pesquisas que envolvem seres humanos.

Palavras-Chave: Espaço, Desastre, Habitação, Simbolismo e Políticas Públicas

ABSTRACT

NEVES, L.R. Beyond the surface: The production of the symbolical spatial trenches. 2013. 192f. Tese de (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

This research studied the relationship between the man and his environment. Such a relationship deals with how this man, in taking part of the social life of the city of São Luiz do Paraitinga, São Paulo, created emotional links with the buildings – own housing and historical buildings. Therefore, it has been considered that, in the social-historical process of the city's formation, there were transformations in the representation of its image, as well as in the symbolical aspects which lead to the emotional links of the man with his dwelt space. The constituent elements of the represented space suffered a sharp process of transformation due to the flood that occurred at the end of 2009/beginning of 2010, which caused, among other things, the destruction of the buildings in the historical downtown and the flood of the rural areas. It is presupposed that the symbolism of the city is linked with the meaning that the place offers to the inhabitants and also that the attachment, coming from the experience of the place, gives birth to a relationship between place/ways of cohabitation – material production, moral values, style of living, social memory, place's identity, culture and so on. All of these aspects compose a local imaginary and come out, objectively, in the image of the city. It has been used the acceptation of the symbolical spatial trenches – representations produced by the relationship of the man with the house – grounding the research in the hypothesis that this made possible a better comprehension of the elements which surge from the inhabitant's experiences in this process, having as a focus the living of the material and immaterial losses and the possible transformations in the way of living of the people after the events. The situation that the inhabitants lived with the loss of their housing can lead to representations which indicate scissions of concrete order (physical space of the city) and subjective (symbolism) in the urban tissue. These scissions would be built from the sharing of the meanings produced in certain spaces of economical and social antagonism.These are methodological procedures: documental and bibliographical research of texts (scientific, journalistic, governmental and others which showed themselves relevant) elaborated in official institutions and informal applied groups; and ethnographic investigation in the city's space (observation and interviews with inhabitants). Such procedures led to the identification, the description and the interpretation of the human actions after the city's flood and the approximation of this study field to the psycho-social analyze. The ethical principles, which orientate the use of scientific instruments in researches involving human beings, were respected.

Key words: Space, Disaster, Housing, Symbolism and Public Politics

RÉSUMÉ

NEVES, L.R. Au-delà de la Suface: La production tranchées spatiales symboliques. 2013. 192f. Tese de (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Ce travail a étudié la relation de l'homme avec son environnement. Cette relation montre comment cet homme, dans la participation de la vie sociale de la municipalité de São Luiz do Paraitinga, São Paulo, a construit des liens affectifs avec les bâtiments – habitations propres et bâtiments historiques. Dans cet objectif, il a été considéré que, lors du processus socio-historique de la formation de la ville, il y a eu des transformations dans la représentation de son image, ainsi que dans les aspects symboliques qui construisent les liens affectifs de l'homme avec son espace habité. Les éléments constitutifs de l'espace représenté ont souffert un processus aïgu de transformations dû aux innondations qui ont eu lieu fin 2009/début 2010, qui ont provoqué, entre autres, la destruction des bâtiments du centre historique de la ville et couvert d'eau les zones rurales. Il est présupposé que le symbolisme de la ville ait une relation avec le sens que le lieu offre aux citadins et aussi que l'attachement, dérivé de l'expérience du lieu, forme une relation entre lieu/formes de cohabitation – production matérielle, valeurs morales, style de vie, mémoire sociale, identité du lieu, culture, entre autres. Tous ces aspects composent un imaginaire citadin et apparaissent, objectivement, dans l'image de la ville. Il a été utilisé l'acceptation des tranchées spatiales symboliques – représentations produites à partir de la relation de l'homme avec la maison – basant l'étude sur l'hypothèse que celle-ci a rendu possible une meilleure compréhension des éléments qui surgissent des expériences des citadins dans ce processus, ayant comme centre d'intérêt le vécu des pertes matérielles et immatérielles et les possibles transformations dans la manière de vivre des personnes, après les événements. La situation que les citadions ont vécue avec la perte de l'habitation peut engendrer des représentations qui indiquent des scissions d'ordre concrète (espace physique de la ville) et subjecitves (symbolisme) dans le tissu humain. Ces scissions seraient construites à partir du partage des significations produites dans des espaces déterminés d'antagonisme économique et social. Ce sont des processus méthodologiques: recherche documentaire et bibliographique de textes (scientifiques, journalistiques, gouvernementaux et autres qui se sont montrés importants) élaborés dans le milieu des institutions officielles et groupes informels appliqués; et une recherche ethnographique dans l'espace de la ville (observation et entretiens avec les habitants). De tels procédés ont fourni l'identification, la description et l'interprétation des actions humaines après l'innondation de la ville et l'approximation de ce champs d'étude à l'analyse psycho-sociale. Les principes éthiques qui dirigent l'utilisation d'instruments scientifiques en recherches qui impliquent des êtres humains ont été respectés.

Mots clés: Lieu, Désastre, Habitation, Symbolisme et Politiques Publiques

LISTA DAS FOTOGRÁFIAS

Fotografia 01 – A Vivência da Catástrofe 18

Fotografia 02 – Morador Bairro Benfica S.L. Paraitinga 26

Fotografia 03 – Praça da Igreja Matriz Antes da Enchente de 2010 42

Fotografia 04 – Praça da Igreja Matriz Durante a Enchente de 2010 42

Fotografia 05 - Muro na Entrada do Conj. Hab. do Benfica 50

Fotografia 06 - Centro Histórico e Igreja Matriz Destruída 51

Fotografia 07 - Conj. Hab. no Bairro São Benedito 52

Fotografia 08 – Ruína na Várzea dos Passarinhos 53

Fotografia 09 – Registro Histórico de S. L. Paraitinga 68

Fotografia 10 – Inundação do Centro Histórico 76

Fotografia 11– Fachada da Igreja Matriz São Luiz de Tolosa 90

Fotografia 12 – Restos da Igreja Matriz Durante a Enchente de 2010 90

Fotografia 13 – Morro do Alto Cruzeiro Visto Pela Entrada Principal da Cidade 107

Fotografia 14 – Panorâmica do Alto do Cruzeiro 108

Fotografia 15 – Rio Paraitinga como Fronteira 139

Fotografia 16 – Orçamento Casas da CDHU 141

Fotografia 17 – Casas Térreas da CDHU 148

Fotografia 18 – Casas Verticalizadas da CDHU 148

Fotografia 19 – Ponte no Centro Histórico de S.L. Paraitinga 151

Fotografia 20- Área com Erosão no Conj. da CDHU 156

Fotografia 21 – Subida de Acesso ao Bairro Alto do Cruzeiro 165

Fotografia 22 – Depois da Inundação 176

LISTA DAS ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1. Mapa. Paraitinga: Contexto Nacional e Regional 30

Ilustração 2. Mapa. Trajeto Topológico 142

LISTA DAS SIGLAS

CDHU – Companhia Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico

PRMEP – Plano Regional do Macro Eixo Paulista

SUMÁRIO

Resumo

Abstract

Résumé

Lista das Fotografias

Lista das Ilustrações

Lista das Siglas

1. INTRODUÇÃO 17

1.1. Um lugar conhecido 17

1.2. Conservando o caminho: teoria e objeto 19

2. CAPÍTULO 1 – O Cenário da Pesquisa e seus Fundamentos 26

2.1. A lógica espacial e suas contradições: a organização do espaço citadino 26

2.2. Esboço da localização e dos antecedentes históricos 29

2.2.1. O micro no macro: afunilando o foco 32

2.2.2. O lócus da pesquisa 35

3. CAPÍTULO 2 – Para Adentrar nos Territórios de São Luiz: Concepções Teóricas e Procedimentos 37

3.1. Notas sobre concepções de espaço e cidade 37

3.2. Evento e Acontecimento: Situando noções em situações de catástrofe 42

3.3. Os Passos da Pesquisa 45

3.3.1. – Pessoas, lugares e trajetos 48

4. CAPÍTULO 3 - A Vida da Cidade 55

4.1. A intervenção do poder público no povoado 55

4.2. A formação psicossocial do espaço citadino 59

4.2.1. Nos tempos do café 68

4.2.2. A vila 70

4.2.3 A cidade 70

4.3. O descontínuo 72

4.4. A relação do homem com a cidade 74

4.4.1. A fragmentação da cidade e a vivência da inundação 77

4.5. A cidade e os casarões 82

4.5.1. A perspectiva do olhar 85

4.5.2. A igreja 89

4.5.3. A praça 93

4.5.4. A família 95

5. CAPÍTULO 4 – A Cidade Inconclusa: Experiências, imagens e lembranças 96

5.1. O sentido da fala e a fala do sentido 96

5.1.1. O morro – fragmentos de impressão 105

5.1.2. A cidade e o morro: parceiros invisíveis 114

5.2. A cidade na Pessoa: Possíveis efeitos psicossociais 117

5.3. Experiência desorganizadora socialmente compartilhada 132

6. CAPÍTULO 5 – AS Trincheiras Espaciais Simbólicas 136

6.1. Fronteira e trajeto no espaço topológico 136

6.2. As margens do Paraitinga: O espaço vivido e as demarcações sociais 139

6.3. O público, política e habitação 147

6.4. Paraitinga: limite entre o histórico e o moderno 151

6.5. Concluindo os caminhos 159

6.5.1. São Luiz do Paraitinga: Ocupação, regiões e trincheiras 165

7. Considerações Finais 172

8. Referência bibliográfica 182

1. INTRODUÇÃO

1.1. Um lugar conhecido

Há cerca de vinte anos, tenho visitado a cidade de São Luiz do Paraitinga, em função das festas religiosas, dos festivais de marchinhas, dos carnavais e, sobretudo, das relações afetivas: amigos e esposa oriundos do lugar. Anualmente, há registro de enchentes no município de São Luiz, porém os registros históricos relatam duas grandes enchentes: uma que inundou parcialmente a cidade, em 1863, e a outra, no início de 2010. Com respeito a esta última, por ser um fato recente, foi possível visualizar os estragos provocados pela água na cidade e os escombros deixados por ela. Questões de como as pessoas e as instâncias públicas reajustaram seus recursos em relação à nova realidade foram indagações que me levaram a definir a cidade como local a ser pesquisado.

O segundo motivo deveu-se ao fato de que, por ocasião da inundação na passagem do ano de 2009 para 2010, estava com a minha família hospedado na casa de uma amiga. A casa em que estávamos não ficou inundada, mas vivenciamos aspectos da dificuldade das pessoas no dia a dia do período da inundação, uma vez que não havia como sair da cidade. Sabíamos que voltaríamos para nossa casa, mas a todo o momento ficávamos pensando nas pessoas andando na rua e comentando a perda da habitação, a destruição das igrejas, a perda do comércio, a escassez de alimento e outras situações que deixavam, naqueles dias, estampados no rosto a incompreensão e o desespero em todos aqueles que encontrávamos perambulado pelas ruas da cidade.

Foto 01. A vivência da catástrofe. Fonte: Autor

Por fim, vivenciando tal situação catastrófica na cidade de São Luiz do Paraitinga, pensei se a acepção cunhada na pesquisa do mestrado – "trincheiras espaciais simbólicas" – aplicar-se-ia naquele contexto pós-catástrofe. Como ficaria a questão das perdas materiais e simbólicas nesse processo? Diante da vivência do local e da indagação acadêmica, defini a cidade de São Luiz do Paraitinga para a investigação e, na sequência, iniciei um processo de reflexão sobre um objeto que pudesse abarcar a experiência do lugar e a continuidade da investigação da acepção cunhada no mestrado.

Para facilitar o processo de informação sobre a cidade, verifiquei algumas publicações[1] sobre São Luiz e, concomitante a esse processo, levantei algumas informações sobre a cidade. Após a leitura e a discussão do material, defini que o objeto da pesquisa transitava na relação do homem com a cidade e que a perda material/imaterial tinha uma centralidade, pois intensificou a tensão na relação homem-cidade. A política pública habitacional cumpriu um papel substancial, uma vez que serviu de mediadora entre a esfera pública e a privada, supostamente para minimizar a tensão das perdas.

[1] Muitas das publicações foram produzidas e/ou encontradas no acervo do Núcleo Interdisciplinar de Práxis Contemporâneas do Instituto de Humanidades da Universidade de Taubaté – SP.

1.2. Conservando o Caminho: Teoria e Objeto

No ano de 1998, foi realizada uma pesquisa exploratória (RICHARDSON, 1999) no interior de São Paulo, cujo título foi "A Auto Representação de um Bairro de Periferia da Cidade de Taubaté, SP: Relações de dominação e preconceito" (NEVES & SANTOS,1998). Verificou-se uma relação de dominação (GUARESCHI, 1996) do órgão público sobre os mutuários expressa, entre outras, por formas de desqualificação social (PAUGAM, 1991). A constatação da desqualificação social pode ser identificada nas vivências manifestadas pelas pessoas entrevistadas na sua relação com o bairro a partir do relato de situações relacionadas: estigmas; pobreza heterogênica; desemprego; capacidade de reação à pobreza e integração (esta no último estrato da sociedade).

A precariedade das condições materiais (MARICATO, 2000) a que algumas famílias estavam submetidas produziu, no âmbito dos vínculos sociais, rupturas que conduziram algumas dessas pessoas ao isolamento social e à solidão. Os moradores comentaram que tinham receio de fazer amizade, transitar no bairro ou estabelecer vínculo de vizinhança porque no local havia muitas pessoas invejosas que não eram confiáveis, visto serem carentes economicamente.

Desta forma, havia uma fragilidade no que se refere ao vínculo social que se dava pela desconfiança (KOWARICK, 1988) em relação ao outro e pela negação de igualdade por pertencerem ao mesmo estrato social. No imaginário daquelas pessoas, o conjunto era concebido como um aglomerado de pobres à mercê da sorte e da assistência social. Reconhecer o outro como sujeito era difícil, pois lhe foi impingida uma imagem marginal e uma condição de acomodado e conformado (HELLER, 1970).

No mestrado, ampliou-se o escopo do estudo ao desenvolver-se outra pesquisa, denominada "Transformações Societárias, os Aparatos Públicos e os Bolsões de Pobreza: Circunscrevendo as políticas públicas habitacionais no Vale do Paraíba" (NEVES, 2004). Esta abordou as estratégias populares de superação da condição de assistidos pelas políticas públicas habitacionais e também as estratégias da administração pública da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) em sanar o déficit e a inadequação habitacional.

Foi utilizado, como amostra estratificada, um conjunto habitacional na cidade de Taubaté, cuja população era a mesma da pesquisa feita no trabalho anterior. Foram desenvolvidas duas etapas de investigação: a) pesquisa censitária; e b) observação direta do pesquisador e entrevista semiestruturada com sete moradores. O resultado revelou um processo de inadequação no gerenciamento das políticas públicas habitacionais no município de Taubaté devido à precariedade das habitações, ao número insuficiente de moradias para a demanda real e à ausência de gerenciamento público do conjunto habitacional, entre outros.

No tocante aos aspectos da sociabilidade, foram identificados conflitos de vizinhança entre os moradores do conjunto habitacional e os moradores de casas não pertencentes ao conjunto. Elementos materiais, como a rua principal e a igreja católica, demarcavam a separação entre uma área e outra. Como resultado da discussão das políticas públicas habitacionais e de alguns aspectos relacionados às dificuldades dos mutuários em residir nos conjuntos habitacionais, houve a formulação de uma hipótese acerca de barreiras concretas e subjetivas relacionadas às edificações e modo de vida no espaço investigado, cunhada de *trincheiras espaciais simbólicas*.

Nessa acepção, as trincheiras são representações do espaço habitado e do espaço urbano, e referem-se aos perímetros de interligação entre bairros com características distintas: a) bairros com infraestrutura, via de acesso, casas com valor no mercado formal e equipamentos urbanos; b) bairros com conjuntos habitacionais de baixa renda, aglomerados populacionais em barracos, moradias construídas em áreas de risco ou de preservação ambiental.

No espaço de interseção entre esses tipos de bairros classificados acima (a e b), tendem a ocorrer conflitos de valor moral, econômico e cultural produzidos pela contradição que ocorre nesses espaços ocupados com condições tão desiguais. Contudo, essa acepção ainda carecia de ser mais investigada. Considerando os aportes teóricos que sustentam este trabalho, surge uma questão pertinente que merece ser discutida: no processo histórico de formação da cidade, entende-se que as contradições espaciais hierarquizam o espaço (LEFEBVRE, 2006) e fomentam representações sobre ele. Sendo assim, a concepção de trincheiras poderia ser utilizada como um tipo de representação de outras localidades no espaço citadino para além daquelas já estudadas?

Na pergunta anterior, em que se aponta o questionamento sobre a acepção das trincheiras espaciais simbólicas, a investigação de como se dá essa representação[2] do espaço se consolida na proposta desta tese. Em outros termos, como se processa a construção desse tipo de representação? Percebeu-se que essa representação foi identificada a partir do antagonismo habitacional e de certas condições econômicas e políticas. Em decorrência desse postulado, seria possível verificar a acepção das trincheiras em outra cidade?

Nessa perspectiva de discussão, os estudos sobre a cidade (LEFEBVRE, 2008; SANTOS, 2008a; LE GOFF 1998; SENNETT, 2006) demonstram um processo de contradição social no espaço, o qual hierarquiza os espaços e (des)personaliza sujeitos. Então, o que poderia diferenciar a representação das trincheiras desse processo histórico já suscitado nos estudos sobre a cidade desenvolvida no campo das ciências sociais? Essa pergunta permitiu um enquadramento do problema desta tese, pois indagou o que haveria de novo nesta pesquisa sobre a relação das pessoas com a cidade, e levou à definição de um espaço citadino ainda não investigado nos estudos anteriores.

Em relação ao objetivo desta tese, as discussões iniciais caracterizaram a trincheira espacial simbólica, como *o limite topológico de caráter psicossocial, representando demarcações espaciais que expressam zonas de heterogeneidade social, as quais indicam estratificações hierarquizadas de acesso aos bens materiais e simbólicos característicos da urbanidade em oposição à ruralidade*[3].

Doravante, as discussões avançaram na perspectiva das trincheiras se tornarem uma proposta metodológica de investigar, dentre os inúmeros fatores da desigualdade social, a percepção das pessoas estabelecidas a partir da linha divisória entre uma região e outra, que Lewin (1973) denominou de fronteira e/ou corte das regiões. Nessa perspectiva, a trincheira espacial simbólica não se limitaria apenas às demarcações topológicas das regiões em contradição, mas em explicar o processo pela qual as pessoas representaram o antagonismo habitacional das regiões. A trincheira simbolicamente parece funcionar como uma membrana social das regiões, com plasticidade para envolver os objetos e pessoas, pois,

[2]Utilizamos representação no sentido de ideia, símbolo, pensamento ou imagem que concebemos do mundo ou de algo.

[3] Essa ideia foi formulada a partir das contribuições que surgiram no exame de qualificação, principalmente oferecidas pelo Prof. Gustavo Martineli Massola.

simultaneamente, ela é uma representação (ideias que se criaram do lugar) e uma fronteira topológica (marco concreto entre regiões).

Em relação à localidade, a cidade de São Luiz do Paraitinga pareceu um local propício para a realização da investigação sobre a trincheira espacial simbólica. Escolheu-se esse município, como se afirmou, em função da grande inundação ocorrida na passagem do ano de 2009 para 2010. Tal catástrofe fomentou no tecido urbano um movimento abrupto das estruturas físicas e sociais, de forma imprevisível e alheia ao controle humano.

Nesse sentido, tal cenário movediço se configurou como oportuno para o estudo da relação do homem com o espaço habitado, pois houve a possibilidade de investigar a relação desses sujeitos com o habitar a partir das perdas materiais e imateriais provocadas pela inundação. Com a inundação, além da destruição de imóveis, foram destruídos também objetos pessoais com valor sentimental, histórico e de identificação social. Essas perdas fizeram emergir sentimentos e suscitaram comportamentos nos munícipes com relação à vida na cidade destruída.

A destruição parcial do centro da cidade e áreas contíguas também seria um lócus para estudar as trincheiras espaciais simbólicas, pois haveria a possibilidade de verificar se as demarcações topológicas entre as regiões em contradição socioeconômica seriam desfeitas e as representações do lugar sofreriam alterações substanciais no sentido de descaracterizar as fronteiras e conflitos espaciais.

Na esfera pública, a emergência das novas demandas impeliu os gestores públicos a desenvolverem ações para minimizar as perdas materiais de algumas famílias e reconstruir a cidade. As ações envolveram a construção de conjuntos habitacionais, igrejas, campanhas de arrecadação, doações de utensílios domésticos, entre outras. Assim, a inundação mobilizou de forma ímpar tanto a esfera privada como a pública e os munícipes, principalmente a população afetada, reorganizaram suas vidas na cidade. O elemento habitação teve uma centralidade nesse processo de recomposição das perdas na cidade.

A catástrofe destruiu edificações carregadas de afetividade e simbolismo[4], provocou

[4]A noção de simbolismo foi utilizada como a capacidade que as pessoas têm de expressar a realidade a partir de representações ou símbolos – objeto, ser, imagem a que se atribuiu determinado significado. Portanto, a

deslocamento populacional para áreas planificadas (conjuntos habitacionais), impeliu uma reorganização da imagem da cidade (LYNCH, 2006), forjou momentaneamente um processo da mobilidade urbana, gerou desempregos, instigou conflitos entre a instância pública e os moradores que perderam a casa, e outros. Tem-se um conjunto de elementos imbricados que, na intersecção dos espaços em contradição, fomentaram representações da cidade.

Nesse sentido, verificou-se, entre os moradores de São Luiz do Paraitinga, a circulação de representações da cidade que expressavam a vivência da contradição do espaço ocupado e fomentou-se uma imagem pública da cidade.

Diante de tal cenário, uma das propostas deste trabalho é investigar a relação do homem com o habitar na cidade de São Luiz de Paraitinga buscando:

- Verificar se as imagens e ideias suscitadas pelos moradores do Conjunto Habitacional da CDHU, do bairro Alto do Cruzeiro, do Centro Histórico, da Várzea do Passarinho e do bairro São Benedito indicaram a constituição da representação das trincheiras espaciais simbólicas;
- Identificar as possíveis transformações no modo de vida dos moradores da cidade;
- Identificar lembranças evocadas relacionadas à habitação e à cidade;

A atenção, durante a pesquisa, foi focada nas perdas que atravessaram toda sociedade no tocante a segmentos de trabalho – comerciantes, gestores públicos, fazendeiros, trabalhadores braçais, artistas, entre outros – e no que se refere à estrutura social – poder aquisitivo, religião, cultura.

No segundo momento, algumas semanas após a inundação, a posição social e econômica dos vitimados determinou as formas de nova aquisição material, mas não anulou a perda, visto que ela foi também imaterial (simbólica).

Em vista disso, considerou-se que as representações dessa população estavam em trânsito. Levando-se em conta o abalo emocional provocado pela inundação na vida dos

---

expressão simbólica será usada para ilustrar a forma alegórica, subjetiva, que certos objetos adquiriram, significando além da sua destinação funcional.

munícipes, essas representações operaram sobre ações concretas de ocupação do espaço[5] urbano, reproduzindo resíduos das transformações produtivas da cidade.

Todas as questões que emergiram a partir da situação de inundação se revelaram oportunas para a investigação dos questionamentos da acepção das trincheiras espaciais simbólicas, considerando que os resultados alcançados podem contribuir e/ou auxiliar na efetivação de políticas sociais direcionadas para situação de inundação e colaborar para o conhecimento de como as pessoas se comportaram no espaço parcialmente "destruído".

Além disso, a relevância social dos resultados desta pesquisa se encontrou em compreender os modos de vida na cidade decorrentes do impacto subjetivo que a destruição parcial do espaço ocupado representou para os citadinos. Tudo isso, considerando também a interposição de um espaço produzido pelas condições históricas e as experiências simbólicas da relação do homem/habitação/ambiente.

Ato contínuo, a discussão da tese se desenvolveu em capítulos que procuraram circunscrever a relação do homem com a cidade. Ora foram priorizadas as questões históricas, ora as informações passadas pelas falas, ora descrições e interpretações do pesquisador sobre a população pesquisada.

No capítulo 1, realizou-se uma discussão teórica concisa da questão habitacional no Brasil e do histórico da cidade de São Luiz do Paraitinga, como a terra e o imóvel se transformaram em uma mercadoria de consumo, sendo que as esferas políticas e econômicas exerceram um domínio no controle do acesso à habitação, pois tal controle esteve vinculado também ao controle político da população. Nesse contexto, a habitação tem a função de agregar valor aos lugares na cidade. Partimos do pressuposto de que tais lugares, em antagonismo econômico, fomentam a representação das trincheiras espaciais simbólicas.

Já no capítulo 2, procurou-se explicitar os pressupostos teóricos metodológicos da pesquisa e a visão de homem que norteia esse trabalho. Serão discutidas as concepções de espaço e aspecto do método de trabalho, utilizando-se como principal referência o

[5] O termo ocupação do espaço se refere ao processo pelo qual as pessoas se alocam no território urbano da cidade, levando em consideração o poder econômico da família. Nas áreas rurais do município de São Luiz do Paraitinga, o fator econômico se vincula com ênfase ao tamanho da propriedade.

pensamento de Lefebvre (1970; 2006). Realizaremos também uma exposição do percurso histórico da cidade e do procedimento de investigação adotado nesta pesquisa.

No capítulo 3, por sua vez, será apontado o transcurso temporal da história do município estudando elementos da vida da cidade que possibilitaram construir hipóteses sobre a formação psicossocial do espaço. Tais elementos condensavam comportamento, ideias, cultura e, sobretudo, a especificidade do modo de vida na cidade.

No capítulo 4, foram descritas opiniões, sentimentos e acontecimentos a partir das observações das entrevistas e de outras, anotadas no diário de campo. Esse caminho, via falas e observações, possibilitou trazer à luz as opiniões, visões de mundo e sentimentos das pessoas que sofreram o infortúnio da catástrofe ambiental.

No capítulo 5, então, será feita a análise que, no bojo do processo de fragmentação do espaço e desigualdade social, tem um elemento a ser esmiuçado – a representação do espaço ocupado. Concebe-se, aqui, a acepção das *trincheiras espaciais simbólicas* como uma representação que se formou progressivamente a partir do processo da contradição do espaço ocupado.

Por fim, nas considerações conclusivas, realiza-se a síntese do conteúdo apresentado, explicando a vinculação dos argumentos com os objetivos postos pela pesquisa.

2. CAPÍTULO 1: O CENÁRIO DA PESQUISA E SEUS FUNDAMENTOS

2.1. A Lógica Espacial e Suas Contradições: a organização do espaço citadino

Foto 02. Morador do Bairro Benfica – São Luiz do Paraitinga. Fonte: Autor

Historicamente, a questão habitacional no Brasil se refere ao acesso à terra, à organização da cidade, à especulação imobiliária, aos programas públicos habitacionais e outros. Rodrigues (2001) salienta que a propriedade privada da terra, no Brasil, oficializou-se pela Lei nº 601/1850, popularmente conhecida como a Lei da Terra. A partir de então, a terra passou a ser "[...] uma espécie de capital que está sempre valorizando, [...] se valoriza sem trabalho, sem uso, [...] é valor que se valoriza pela monopolização do acesso [...]" (RODRIGUES, 2001, p.17).

Diante desse argumento, pode se afirmar que a terra e o imóvel se objetivaram em uma mercadoria de consumo, adquiriram um sobrevalor, não pela produção do trabalho, mas por estratégias de ordenamento e valorização do espaço, o qual "[...] ostenta um papel fundamental na estrutura social pelo fato que ele colaborou na reprodução das relações sociais [...]" (SANTOS, 2004, pp. 185-86).

Segundo Santos (2008a), o Brasil foi, durante muitos séculos, um território fragmentado com uma formação espontânea populacional, formada pelo que o autor chama de subespaços, os quais evoluíram segundo lógicas próprias. Esse cenário se modificou substancialmente a partir da segunda metade do séc. XIX, com a produção de café. O advento da agricultura exportadora cafeeira provocou mudanças nas estradas, no transporte e na comunicação, medidas administrativas influenciadas pelo comércio internacional e pelas formas particulares dos meios de produção.

Contudo, a transição de uma sociedade agrário/exportadora para uma industrial, no início do século XX, impôs uma nova organização do espaço. Lefebvre (2008) denominou essa nova ordem de sociedade urbana. Ela se configura na primazia da industrialização e na expansão da realidade urbana. Há uma dialética entre as relações sociais de produção e o espaço – a lógica do sistema produtivo industrial foi utilizada na reorganização da cidade, no que tange ao setor comercial, às vias de acesso, às habitações, aos bairros, ao lazer, ao consumo, à infraestrutura, em suma aos elementos que viabilizaram a dinâmica da cidade moderna. Para Lefebvre (2008), a sociedade urbana foi um desdobramento do processo de industrialização aplicado a todo o funcionamento da cidade.

De acordo com Santos (2008a), a urbanização brasileira está sob a égide da hegemonia do meio-técnico-informacional. Tal processo de remodelação do território é marcado pela influência da ciência, da técnica e da informação. Para ele, três fatores podem ser considerados como facilitadores dessa situação:

- o desenvolvimento do território acompanhando o desenvolvimento exponencial dos sistemas de transporte, telecomunicações e energia;

- a mudança na produção material industrial e agrícola, produzindo alterações em sua própria estrutura, ciclicamente, no consumo e na circulação de bens;

- o desenvolvimento de novas formas econômicas fomentando uma expansão de produções não materiais: da saúde, da educação, do lazer, das informações e até mesmos das esperanças.

Nessa dinâmica, o autor conclui que as formas de consumo não materiais passam a

ser espraiadas sobre todo o território nacional, pois o mesmo se torna fluido e cada vez mais dividido em espaços orgânicos de circulação de mercadorias e consumo.

Nesse arcabouço teórico, o território nacional é também pensado enquanto um território de dimensão simbólica e cultural (geo-simbólico), no qual se enraízam os valores e se constrói a identidade dos povos e dos grupos étnicos, produzindo formas diferenciadas de ocupação, distribuição e organização das cidades.

Segundo Ferreira dos Santos (1981, p.20), a história da evolução urbana brasileira consistiu em produzir "áreas privilegiadas e 'limpá-las' de presenças indesejáveis ou de impedir seu uso por quem não tem qualidade suficiente para consumi-las".

As cidades brasileiras se estruturaram no binômio centro/periferia. O primeiro significava espaço organizado, de acesso comercial, de lazer e de trabalho, e o segundo, um espaço de convivência, desorganizado e (des)pertencido, embora ambos sejam áreas de consumo. A esse respeito, "a cidade coloca-se para esses sujeitos como um espaço distante, na medida em que estão excluídos de participarem das relações urbanas" (LOPES, 2006b, p. 110).

Tais sujeitos podem engendrar imagens, visões, comportamentos e ações peculiares a esse segmento. Lopes (2006a, p.11) argumenta que "[...] pensar a relação entre sujeitos e lugares implica pensar os lugares próprios aos sujeitos, de onde eles visualizam o mundo e agem: o lugar é estratégico e é, ele próprio, estratégia [...]".

Em vista disso, tal processo provocado substancialmente pela força do mercado, pela tecnologia e pelo sistema de informação sobre as instituições e a população, está produzindo espaços citadinos hierarquizados pelo poder econômico e sobrepostos aos modos da organização cultural local.

Os lugares na cidade passam a ser valorizados funcionalmente, visto que nos mesmos há um fluxo contínuo de circulação de mercadorias e consumo. Assim, a organização do espaço citadino é articulada mais pela lógica do mercado do que pelas ações de comando local da população. O tecido urbano mostra-se de forma despretensiosa e unificada para a população, mas contém uma lógica espacial intencional, de controle e poder.

Nesse contexto, de acordo com Bernard (2004), a moradia se consolida como uma das formas de compensação do sentimento de precariedade produzido pelas transformações produtivas. A casa passa a ser um lugar de reclusão e refúgio das adversidades da modernidade e/ou um lugar de investimento e resgate histórico familiar.

2.2. Esboço da Localização e dos Antecedentes Históricos

O município São Luiz do Paraitinga está localizado na Serra do Mar, a cerca de 200 km da capital paulista, entre as cidades de Ubatuba e Taubaté. Faz parte do conjunto das 39 cidades que compõem a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Tal região possui empresas públicas e privadas que desenvolvem tecnologia de ponta no país, nas áreas aeroespacial, automobilística e química. As empresas se concentram nos setores aeronáutico, de telefonia móvel, de serviços, automobilístico, petroquímico e outros. Está em pleno desenvolvimento, também em algumas cidades do Vale, o turismo dos tipos ecológico, balneário, histórico e arquitetônico.

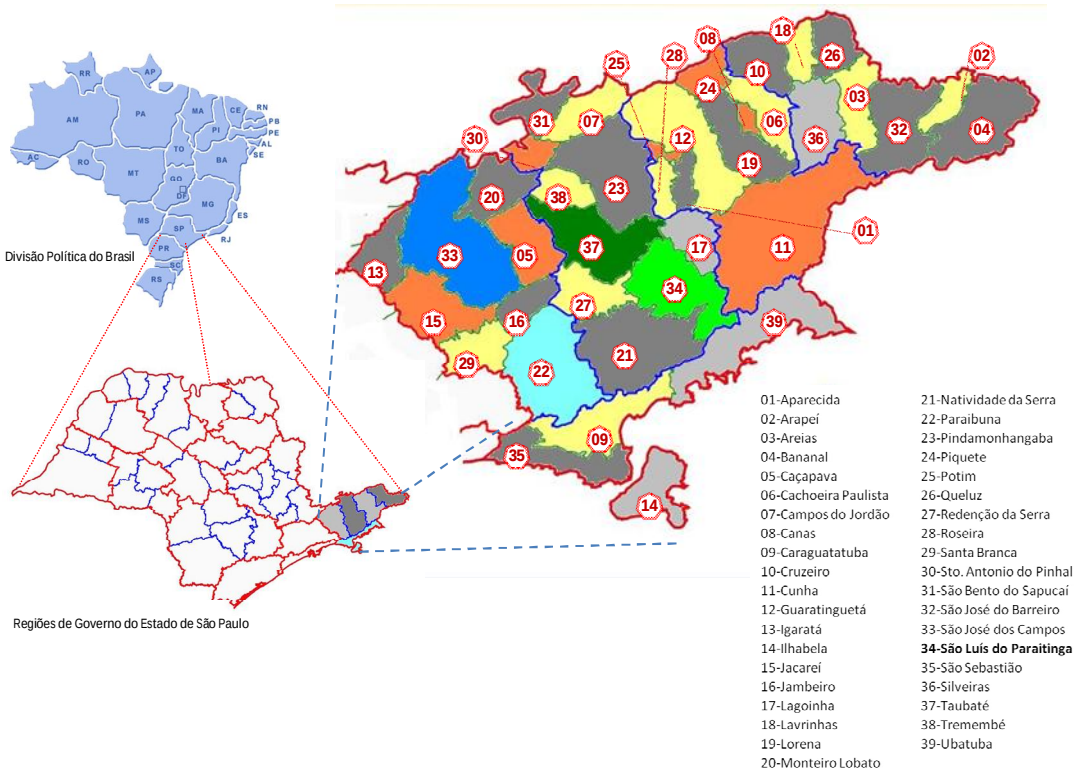

Ilustração 1. São Luiz do Paraitinga: Localização nacional e regional. Fonte: Silva (2011).

Nesse cenário, São Luiz do Paraitinga, pode ser considerada uma típica cidade de interior brasileiro devido à sua característica arquitetônica e às práticas culturais e religiosas de seus munícipes. O município é reconhecido por possuir o maior conjunto arquitetônico construído nos tempos áureos do café, incluindo algumas fazendas que ainda permanecem conservadas.

O estilo de vida é denominado como “caipira” (BRANDÃO, 1995; GONÇALVES, 2007), um viver carregado de significados culturais, que traduz uma tipologia regional e tipicamente brasileira, em contraposição às novas formas de expressão popular produzidas pelo processo de consumo e entretenimento da sociedade de massa (ARENDT, 2007).

O decurso histórico da cidade, segundo pesquisadores do local (TOLEDO, 2001; VIEIRA, 2008; CURSINO SANTOS, 2008), é marcado pelos ciclos de crises econômicas e políticas conjunturais que atravessaram o país e forjaram em São Luiz processos de desenvolvimento econômico e social centrados principalmente no poder político e religioso,

cuja base se encontra na estrutura do funcionamento econômico do município.

Durante o século XVIII, houve maior controle da colônia portuguesa sobre o Brasil devido ao empobrecimento de Portugal. As revoluções ocorridas na Europa e a independência dos Estados Unidos da América fomentaram uma lógica mundial do livre comércio. Então, as cidades brasileiras se tornaram fulcros do controle estratégico da coroa portuguesa. São Luiz do Paraitinga foi fundada nesse período de tensão política e de ações estratégicas da coroa portuguesa de controlar o território nacional.

Dessa forma, o agenciamento econômico do local pela instância pública pode ser percebido no percurso histórico e econômico da cidade que, inicialmente, aponta a sua principal base econômica como lugar de passagem e entreposto. A vila, antes de se constituir como cidade, tinha uma importância para as tropas que transportavam ouro de Minas Gerais para o porto de Ubatuba (SP). Em um segundo ciclo econômico, a monocultura cafeeira foi o principal ciclo de produção – com a decadência do café iniciar-se-ia a agropecuária, com ênfase na produção de leite – caracterizando-se por um lugar de passagem e produção. Atualmente, está inserida no ciclo econômico da monocultura de eucalipto e do turismo – caracterizando-se como uma cidade que transita da produção agromercantil para a produção turística.

Pelos registros históricos, pode-se supor que a introdução de um espectro econômico nos moldes capitalistas no local teve início na transição do povoado para vila e então para cidade. Para ocorrer essa passagem, houve uma ingerência da estrutura estatal – Império português, e depois, República – sobre o modo de vida rudimentar em que se encontravam os seus habitantes.

O colonizador, para promover o desenvolvimento do povoado alocando os interesses econômicos e políticos, impôs um processo de transformação do espaço. A primeira ação foi instituir um poder estatal local de controle administrativo, econômico, político e religioso, fixando a população habitante dos sítios volantes em áreas pré-determinadas e arruadas em torno do centro político. Essa imposição do colonizador concentrava a população em um lugar, permitindo fluidez econômica do comércio; instituía um centro de orientação geográfica, administrativa, política, econômica; e fomentava, embrionariamente, a formação da cidade. Dessa forma, o colonizador progressivamente implementava um sistema

administrativo estatal de melhor controle da arrecadação dos impostos e do espaço citadino.

Antes dessa ação, havia poucas informações e, consequentemente, pouco controle acerca do número de propriedades locais, da procedência dos proprietários e da regulamentação jurídica da propriedade privada. Ou seja, a coroa não sabia de quem cobrar nem quanto cobrar. Segundo Trindade (1977), o processo de colonização portuguesa em São Luiz do Paraitinga, pautado no ideário iluminista, "orientou um empirismo geográfico do sítio escolhido, da topografia e do rendimento imediato da instalação" (TRINDADE, 1977, p. 22). Os edifícios concentrados nos lugares escolhidos tinham uma simetria no padrão arquitetônico e serviam como objeto de controle e direcionamento. Eram tributados e funcionavam como emblemas de um segmento econômico da cidade, e somente os representantes do poder público e as famílias abastadas tinham condições de morar naquele espaço demarcado.

Para a construção das primeiras edificações públicas, foram projetados no terreno da praça edifícios públicos (Casa de Câmara e Cadeia) e uma igreja. "Assentou-se, na cerimônia de instituição da Vila, o pelourinho, emblema de potestade e governo, emblema de potestade ou força – conjugando as autoridades laica e religiosa" (TRINDADE, 1977, p.12).

Demarcado o centro a ser construído, assim como a topologia das edificações, iniciou-se a formação do centro urbano da cidade e de seu entorno. Na área baldada ao redor da praça, de forma contígua, foram construídos casarões, seguindo um modelo arquitetônico mineiro e português. Tais construções ocorreram com maior vulto no período do café, expressando o poder político, econômico e religioso dos fazendeiros, dos políticos, dos comerciantes ricos da cidade.

2.2.1 O Micro no Macro: Afunilando o foco

Segundo Queiroz (1979), no Brasil não se pode relacionar diretamente urbanização e industrialização, por que esta última ocorreu tardiamente no país, mas o modo de vida

produzido a partir da revolução industrial, progressivamente, foi incorporado nas regiões brasileiras. Tal processo de industrialização no país acelerou-se a partir do final do século XIX.

Por sua vez, Queiroz (1979) considerou a Região do Vale do Paraíba, no estado de São Paulo, possuidora de uma influência política e econômica no cenário nacional, durante o século XIX. Entende-se que, nesse território, a riqueza inicialmente estava mais relacionada à produção de café e, com o declínio do mesmo no final daquele século, as cidades do Vale tinham uma estrutura urbana em formação e se preparavam para o processo de industrialização. A "produção cafeeira tornou-se a base econômica da Região até o final do séc. XIX e início do séc. XX" (RICCI,1999, p.30), alternando as fases do apogeu de produção entre as cidades do Vale.

O período áureo da cafeicultura propiciou de forma díspar nas cidades do Vale do Paraíba a necessidade de uma estruturação urbana (PRMEP,1978) para atender a demanda decorrente do comércio e os serviços produzidas no período. A construção da ferrovia ligando São Paulo e Rio de Janeiro facilitou o escoamento da produção cafeeira e também o transporte de manufaturas, que seriam quase sempre importadas.

Nesse sentido, "[...] a riqueza dos fazendeiros, num momento em que a industrialização europeia criava novas maneiras de viver, fez com que quisessem usufruir do conforto e do luxo, e demonstrar que não 'eram atrasados' ou 'pouco civilizados'[...]" (QUEIROZ, 1979, p.170). No tocante ao modo de vida, as cidades passam a enaltecer um modo de vida aburguesado, distanciando-se do meio rural. A partir de então, o setor de serviço e comércio tem grande desenvolvimento na Região, o consumo passa a ser diversificado e centralizado nos centros comerciais de cada município.

Com a crise e o declínio do café no início do século XX, as cidades do Vale entraram em decadência. Esse fato exigiu que a região criasse uma nova base econômica que alavancasse a economia dos municípios, no molde das sociedades centrais[6] (HARVEY, 1992)

---

[6] O "desenvolvimento tecnológico, a fragmentação do trabalho, produção em massa, estabilidade do trabalho, sindicalismo combativo, fortalecimento do Socialismo, corporativismo empresarial, novos direitos e conquistas sociais dos trabalhadores"(HARVEY, 1992, p.122-162), foram alguns aspectos resultantes do novo modelo de produção, configurando uma reestruturação do sistema capitalista, com início no começo do século XX nos países centrais.

do início do século XX. O investimento na industrialização em meados do mesmo século foi a saída para as cidades da região, como São José dos Campos, Taubaté, Pindamonhangaba, Jacareí, Tremembé e Guaratinguetá. As outras, fracassado os investimentos na industrialização, retomaram as atividades produtivas relacionadas à pecuária leiteira, à agricultura e, doravante, o turismo.

O apogeu da produção cafeeira no Vale do Paraíba teve importantes reflexos no município de São Luiz do Paraitinga. Durante o período do café, (TOLEDO 2002; CURSINO SANTOS, 2008), o núcleo urbano dessa cidade se desenvolveu vigorosamente: houve a construção da igreja matriz, de edificações particulares de grande importância arquitetônica para o período, prédios públicos, escola, vias de acesso e, sobretudo, foram produzidas novas camadas sociais e fomentou-se a necessidade de consumir produtos industrializados[7]. Para Queiroz (1979), a mudança de comportamento no modo de vida dos fazendeiros, principais consumidores dos produtos importados, caracterizava a influência do estilo de vida burguês na população abastada local. Conforme houve um empobrecimento da elite agrária em algumas cidades, principalmente as de base econômica agropecuária, o desenvolvimento da cidade via industrialização foi refreado.

Em vista disso, com a crise no país em 1929 e o declínio do café na região, a cidade de São Luiz do Paraitinga também empobreceu. Como alternativa produtiva, retomou a pecuária leiteira e a agricultura. Somente a partir de 1990 (SILVA, 2011) que, progressivamente, duas outras atividades econômicas foram desenvolvidas no município, a silvicultura (monocultura de eucalipto) e a atividade turística.

Nessa lógica, explica Queiroz (1979), a mudança no ciclo econômico de produção também fomentou uma transformação no modo de vida da população da região. A vida social da população do Vale do Paraíba, no período do café, começava a incorporar hábitos, valores e comportamento aburguesados e/ou modernos para a época. O empobrecimento da elite agrária cafeeira provocou uma retração na incorporação do moderno. Retoma-se em alguns municípios o modo de vida vinculado, principalmente, às tradições rurais, à vida no campo.

[7] Segundo Toledo (2002), na final do século XIX, havia na cidade de São Luiz do Paraitinga uma fábrica de tecido, uma das primeiras experiências no país desse ramo de negócio. Para esse autor, o desenvolvimento industrial da cidade foi prejudicado pelo abortamento do projeto de lei criado em 1905, que pretendia ligar por vias férreas Taubaté ao porto em Ubatuba. A cidade de São Luiz, como fica entre essas duas cidades, seria beneficiada.

No caso de São Luiz do Paraitinga, entende-se que houve essa retomada do modo de vida rural, mas a vida urbana em desenvolvimento sofreu, também, irradiações do processo de industrialização das principais cidades do Vale do Paraíba (como São José dos Campos e Taubaté). Novas divisões na camada social, busca da população pelo trabalho industrial em outras cidades, aumento do consumo dos produtos industriais, saída do campo e outros acontecimentos são fatores que indicavam a estagnação econômica do município e a emigração das pessoas para outras cidades na busca do trabalho formal.

2.2.2. O Lócus da Pesquisa

Ato contínuo, a partir dessas questões do espaço citadino inseridas em uma dimensão produtiva e psicossocial, foi possível postular: a desapropriação da habitação em São Luiz traduziu-se em uma desapropriação do sujeito. Ou seja, a inundação, ao destruir parcialmente a cidade, fomentou uma ruptura no modo de vida das pessoas que perderam suas casas?

Nessa perspectiva, ao estudar a relação do homem com seu ambiente, na participação da vida social da cidade, entende-se que essa relação consiste em como esse homem constrói vínculos afetivos com as edificações – habitação própria e edificações históricas. No caso de São Luiz do Paraitinga, essa relação, em uma perspectiva dialética (LEFEBVRE, 2006; MARX, 1998; GONÇALVES, 2005), apresenta-se em agudo processo de transformação quando considerada a ocasião da inundação, ocorrida na passagem do ano de 2009 para 2010.

A catástrofe provocou, entre outras coisas, a destruição das edificações do centro da cidade e o alagamento de áreas rurais. A cidade, de forma abrupta, necessitou de uma reorganização física, em função das perdas materiais, e de uma ressignificação dos conteúdos simbólicos derivada das perdas imateriais (fotografias, registros, cartas, presentes, casa).

O espaço urbano esteve sob uma intervenção do poder público, cujo objetivo era reorganizar a cidade e a população diretamente atingida pela inundação em 2010. As instâncias públicas e os munícipes buscaram reestruturar a vida material, e, com isso, também provavelmente, as perdas simbólicas e a imagem da cidade, se for considerado que o ambiente

construído pelo homem simboliza o poder da transformação de si próprio, do outro e do lugar, de forma conjunta. Essa transformação tem a ver com o sentido que o lugar proporciona ao sujeito e com os sentimentos de apego/desterro derivados da experiência do habitar.

Nesse sentido, compreende-se que o ambiente construído é um processo dialético entre o homem e o espaço. É nesse processo que se fundam modos de vida e uma subjetividade autóctone. Esta também transparece em uma imagem do lugar que aufere os valores sociais incutidos nas ideias compartilhadas pelos moradores locais, pelas edificações, pelos grupos endógenos e exógenos da cidade.

Nessa perspectiva é que as experiências das pessoas que foram entrevistadas e passaram pela situação de perdas deram suporte à discussão das trincheiras espaciais simbólicas, a qual se expressou pela vivência cotidiana dos moradores da cidade no bojo das contradições do espaço ocupado.

A situação na qual a pessoa vivenciou a perda da habitação pode engendrar as representações que nesta pesquisa denomina-se, portanto, de trincheiras espaciais simbólicas. São cisões de ordem concreta (espaço físico da cidade) e subjetiva (representações), construídas a partir do compartilhamento dos significados produzidos em determinados espaços em antagonismo econômico e social.

3. CAPÍTULO 2: PARA ADENTRAR NOS TERRITÓRIOS DE SÃO LUIZ: Concepções Teóricas e Procedimentos

3.1. Notas sobre concepções de espaço e cidade

A concepção teórica que sustenta este trabalho refere-se a um conceito do espaço como lugar comum (BETTANINI, 1982), onde acontecem as práticas sociais. É nesse lugar comum que se vive, comunica-se e inter-relaciona-se. Um lugar de coexistência da heterogeneidade (MASSEY, 2008), ocorrência da pluralidade das ações humanas e de relação

com o ambiente. Nessa concepção, o espaço não é vazio e nem apenas superfície, mas composto de historicidade, forma e conteúdo, que se formam na infinita rede das relações do homem com a natureza, das produções materiais e imateriais.

Nesse sentido, apropriamo-nos da formulação de Tuan (1983) sobre espaço, baseado na perspectiva da experiência. Para esse autor, o espaço é a sensação de amplitude, infinito e liberdade, e ele só pode ser nomeado a partir do seu parceiro, o lugar. O lugar propicia segurança e estabilidade diante da amplidão e da liberdade do espaço. São os lugares e os objetos que limitam o espaço, pois o homem atribui valor social, econômico e cultural aos lugares e objetos, assim como cria eixos de orientação geométrica. Para explicar esse postulado, Tuan dá o seguinte exemplo: "[...] para um novo morador, o bairro é a princípio uma confusão de imagens; 'lá fora' é um espaço embaçado. Aprender a conhecer o bairro exige a identificação de locais significantes, como esquinas e referências arquitetônicas, dentro do espaço do bairro [...]". (1983, p. 20)

Nessa lógica, as impressões dos sentidos no espaço adquirem uma estabilidade quando identificam os objetos e os lugares na infinita dimensão do espaço. Para Bachelard (2000), o primeiro espaço habitado do homem é a casa, objeto de referência do homem no mundo.

Lefebvre (2006) entende que, na prática social, o espaço pode ser prático, concebido e vivido, constituindo camadas que podem ser apreendidas empiricamente. Mas, no plano do pensamento, diz respeito à produção de conceitos, uma abstração do real. Nessa perspectiva, Bachelard (2000, p.88) salienta que "os conceitos são gavetas que servem para classificar o conhecimento" e propõe uma abordagem centralizada na imaginação poética, que se define como uma forma diferente de se ver o mundo, rompe com a objetividade e se revela a uma luz íntima (alma). Ou seja, como o espaço inserido em uma trajetória histórica é marcado por ciclos de produções materiais, os quais são dialéticos em sua relação com os elementos imateriais (cultura, religião), engendrando ora espaços de resistência aos apelos do capital, ora se integrando a eles como mercadoria.

Ao refletir sobre a cidade de São Luiz do Paraitinga, entendemos que o termo mercadoria refere-se à transformação da cidade em um objeto de consumo. Buscando apoio em Lefebvre, (2001, p. 104), "[...] a cidade historicamente formada não vive mais, não é mais apreendida praticamente. Não é mais que um objeto de consumo cultural para os turistas e

para o estetismo, ávidos de espetáculos e do pitoresco[...]". E, na dialética do material versus imaterial, irrompem na vida cotidiana do citadino formas de resistência, relações de afeto com o lugar, demarcando na cidade particularidades no que se refere à cultura e à forma de enfrentamento da inundação. Contraditoriamente, o elemento cultural dessa resistência corre o risco de ser parcialmente capturado pelo setor econômico.

Faz-se relevante também expor a noção de cidade que norteia esta pesquisa, pois os conceitos de cidade são numerosos e se diferenciam entre si. Destaca-se a concepção sociológica de Luis Wirth (1967), que concebe cidade como núcleo concentrado de pessoas heterogêneas, no qual é instituída uma centralidade administrativa e política. Como salienta Cox (1971), o centro urbano é o lugar do planejamento racional, das relações funcionais e dos procedimentos burocráticos, elementos que, entende-se, fundam o centro urbano da cidade de São Luiz Paraitinga.

Contudo, além dessa centralidade urbana, percebe-se ainda a permanência no município, de forma bem clássica, da dicotomia entre áreas citadinas, urbana e rural, e a arquitetura da cidade expressa os valores sociais, assim como a sua organização familiar.

Assim, Lynch (2006) postula que a cidade não é estática, ela se transforma com o tempo, pois conjuga as experiências e a percepção das diferentes características das pessoas e absorve os interesses das várias camadas sociais. A cidade está em contínua modificação da sua estrutura, mesmo que conserve, por algum tempo, uma determinada edificação sem alteração.

Outro aspecto relevante a ser considerado quando se discute a questão do espaço, principalmente quando se trata do espaço citadino, diz respeito à sua possibilidade de se apresentar visivelmente como uma entidade autônoma ao corpo e que se sobrepõe de camadas não visíveis. A emersão da imagem do corpo se reproduz na cidade (SENNETT, 2006). As camadas mencionadas, produto das relações dos corpos, têm em si os afetos, as histórias, os traçados, a cultura e a poética que compõem um cenário imaginário das ruas, das casas, da praça. O corpo está inserido na cidade, são indissociáveis, expressa-se na arquitetura, no urbanismo e no invisível da cidade (CALVINO, 1972).

Pensar no corpo é pensar em um espaço vivo, atuante, autotransformador e

transformador de outros espaços, que podem ser animados e inanimados, e também em objetos. Para Bettanini (1982), fundamentado nas ideias de Merleau-Ponty, a experiência do corpo ou da imagem corporal ensina a enraizar o espaço na existência. Assim, não há espaço sem corpo e corpo sem espaço; mundo e corpo estão interligados.

Segundo Lefebvre (2000), o discernimento do espaço é possível com a introdução de eixos de orientação e direção engendrados pelo corpo, o qual ocupa o espaço. O termo ocupação é usado no sentido de uma relação imediata entre espaço e corpo. O autor introduz uma discussão de corpo vivo como espaço, o qual produz e se reproduz no espaço. Para ele, o corpo age sobre a matéria transformando-a, produz seu alimento para se sustentar (produz seu próprio corpo) e se reproduz pela parceria com um outro corpo. Então, temos o corpo vivo operando no espaço, e o espaço concreto (natureza) operando no corpo.

Tomando como escopo a cidade, podemos inferir que a cidade é um corpo vivo, pois os corpos funcionam como matriz do espaço da cidade, dando-lhe vida. Não há cidade sem vida; quando desaparece a vida da cidade, esta se transforma em ruína. Então, os corpos dão vida e orientam a cidade, assim como a cidade, com vida, irradia no corpo: “A forma da cidade dá-lo à cidade. Sim, mas o que dá forma a essa forma é o ser humano. Assim, é o ser humano que dá o seu ser para a cidade” (BERQUE, 2009, p. 42).

Essa relação do corpo com o espaço citadino pode se dar de forma imediata ou mediata. Imediata, quando a experiência do espaço se restringe à sensação provocada pelos órgãos dos sentidos. Por exemplo, sentir o vento, o frio, a natureza, a música, a casa e outros elementos que irrompem uma sensação particular de integralidade, uma vivência do espaço, o qual não se apresenta para a consciência à dicotomia, interno e externo ou/e corpo e espaço.

Vive-se na cidade e a cidade está no corpo; tem-se uma fusão entre corpo e cidade. Esse tipo de integralidade configura-se, como salienta Pankow (1988), em um espaço vivido, utilização plena do espaço através da harmonia e da integração com o mesmo, onde há um arcabouço de significados, que passam a ser significantes na relação com o outro. Tal fato se desempenha pelo compartilhamento e pelas trocas simbólicas (NEVES, 2004). O corpo é espaço em si e produtor do próprio espaço.

A relação de forma mediata sofre o efeito da decodificação, interpretação,

racionalização e valorização, as quais muitas vezes fragmentam a experiência do vivido e a integralidade do espaço. As fragmentações são as dicotomias entre sujeito e objeto, indivíduo e meio ambiente, corpo e mente, entre outras divisões que, na vida cotidiana, alteram a visão de mundo das pessoas.

Através dessa lógica dicotômica, o espaço, como um corpo, passa a ter diferenciações que são interpretadas no senso comum como naturais. À guisa de exemplo, em São Luiz, aqueles que moravam na parte baixa da cidade eram representantes do poder político, religioso e econômico; aqueles que moravam na parte alta, o segmento menos abastado da cidade. A inundação forjou parcialmente e temporariamente uma unificação das camadas sociais, quando, entre outras situações, os pobres (moradores do morro) abrigaram as famílias mais abastadas (moradores da parte baixa).

Deve-se ressaltar que existem experiências mediatizadas que superam a fragmentação. Entretanto, para fundamentar a argumentação do espaço como corpo e sua divisão, vale apropriar-se do pensamento de Lefebvre, que compreende ocupação do espaço na sucessão das operações produtivas. Nessa compreensão, a noção de natureza é transformada, pois o espaço não é fruto de uma ordem divina ou matemática, mas das formas materiais, de uma ocupação do espaço. Portanto, na relação natureza-espaço não há mediação de uma potência externa à lei do espaço; ela está no espaço.

O espaço é qualificado pelo corpo. Os elementos constitutivos do próprio corpo – produção, autoprodução e reprodução – agem de forma unificada sobre o espaço e no espaço.

Por sua vez, o corpo vivo está diante de um outro corpo simétrico, o não Eu. E este não Eu (outro corpo) servirá de referência para o norteamento da ação do Eu e do Outro. Assim, estabelece-se uma relação de afirmação ou negação do Eu e do Outro, ou seja, o corpo-espaço se assemelha e se diferencia do Outro (corpo-espaço). Nessa lógica, há uma relação dual dos corpos entre igualdade e diferença, simetria e dessimetria, em constante tensão e movimento dos corpos no espaço. Sendo assim, o corpo (uno ou inteiro), ao se sentir ameaçado ou favorecido pelo Outro, qualifica o espaço de acordo com seus elementos constitutivos (órgãos, tempo e sentidos). O tempo do corpo (crescer, amadurecer e envelhecer) não se separa da espacialidade.

Para esse autor, o corpo e o Eu são um único elemento que age de forma integral na relação com o Outro (corpo). Desta forma, se o corpo é uno, então o espaço também o é, pois o corpo é o próprio espaço, assim como é a cidade. Mas, elementos de mediação utilizados de forma estratégica fragmentam e hierarquizam o espaço, ou seja, o corpo e a cidade.

Tais aspectos levantam a reflexão sobre os acontecimentos em São Luiz do Paraitinga na passagem do ano de 2009: o que ocorre no processo de mediação entre espaço/corpo e cidade quando o patrimônio histórico (casarões, casas, igrejas) de uma cidade como essa é destruído? As pessoas teriam sentido no corpo a cidade em ruína, por isso a ideia de reconstrução teria sido bem aceita?

Tais noções permitem considerar que a questão do espaço, do corpo, da cidade e outros em São Luiz do Paraitinga perpassam pela singularidade na forma de ocupar o território e pela sua gestão pública, mas também pelos processos macrossociais de organização da cidade.

3.2. Evento e Acontecimento: situando noções em situações de catástrofe

Após a enchente, a população vivenciou uma situação caótica do funcionamento dos serviços públicos e do comércio no município, pois muitas edificações públicas e privadas foram destruídas, as pessoas estavam impossibilitadas de operarem ou acessarem inúmeros serviços, até mesmo de circular em algumas áreas na cidade. No âmbito da vida privada (lar, família), o escopo se circunscrevia na contabilidade das perdas materiais, no sofrimento, na lembrança, na esperança e na recuperação dos bens para alguns. Essa condição conjuntural (socioeconômica e psicológica) na qual os citadinos se encontravam, aproximou-se da experiência descrita nos estudos de Veena Das (1995) sobre *evento crítico* na Índia e, ora apresentou aspectos da discussão de acontecimento traumático, discutido por Paulo Knauss, no incêndio do Gran Circus Norte-Americano, em Niterói, no ano de 1961.

Foto 03. Praça da Igreja Matriz antes da enchente de 2010. Fonte: Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga http://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/site/patrimonio-arquitetonico/

Foto 04. Praça da Igreja Matriz durante a enchente de 2010. Fonte: Autor

Para Das (1995), os estudos dos eventos críticos na Índia auxiliaram na compreensão dos conflitos entre Estado e comunidade política a partir de categorias como: memória, vítimas, sacrifícios, pureza, honra e outros. Para essa autora, os eventos críticos foram fatos ou acontecimentos políticos (desastre industrial de Bhopal, Partição da Índia, Sacrifício Feminino entre os Hindus e outros) que explicitaram situações de injustiça e/ou desigualdade social presentes na estrutura da sociedade. Através do estudo etnográfico das vítimas de tais eventos, demonstrou que o evento crítico provocou uma quebra no cotidiano, uma ruptura temporal, e rearticulou o conflito de interesse entre a população vitimada (sociedade civil) e o ente público (Estado). O evento crítico, nessa perspectiva, institui demandas a serem negociadas entre o agente social local e o Estado.

Já para Knauss (2007), o acontecimento é um fato, um evento, produzido na vida cotidiana da cidade, cuja origem não está vinculada diretamente ao domínio do Estado e/ou provoca negociações entre agentes sociais e ente público. Nessa concepção, o ente público

não se configura como o organizador do fato. O acontecimento é um fato datado com desdobramento na conjuntura da cidade, cujos efeitos têm magnitude para atingir toda cidade, possibilitando estabelecer uma relação entre a história do acontecimento e a história da cidade.

Contudo, para haver essa relação – história do acontecimento e história da cidade – há de ser observado um elemento substancial: a divulgação do acontecimento pela mídia. Nesse processo de veiculação do acontecimento midiático, utilizam-se recursos de linguagem jornalística, normalmente orientados por estratégias de manipulação e controle da opinião pública. O desdobramento do acontecimento na sociedade tem relação com o discurso produzido sobre o mesmo.

Assim, a convergência dessas duas noções (evento crítico e acontecimento) pode ser postulada a partir do desdobramento do fato, no funcionamento da cidade e na amplitude que tal fenômeno pode atingir na sociedade. O evento/acontecimento tem a possibilidade de deixar de ser um fato isolado, com desdobramento local, para inscrever-se em um domínio nacional, em que diversas correlações de força política e econômica são mobilizadas a influir no seu desfecho. No caso de São Luiz, o evento mobilizou o domínio político, econômico e cultural em escala nacional, agentes externos (privados e públicos) contribuíram para construção e implementação da ideia da reconstrução da cidade.

O evento também provocou demandas sociais e impôs estratégias de negociação entre a sociedade civil e o Estado. Os vitimados exigiram a consolidação de políticas públicas que atendessem a sua demanda emergente, e o ente público respondeu a tais demandas, mas não construiu políticas que de fato superasse as contradições estruturais do local. O evento/acontecimento propiciou que se fomentassem novas estratégias de negociação entre os agentes envolvidos.

O evento inundação teve repercussão além do seu contexto local, as informações foram transmitidas em rede de notícia nacional, e essa espécie de “irradiação” do evento para toda a sociedade perpassou pela estratégia que os discursos oficiais, midiáticos e políticos engendram para a cidade. Para Foucault (2011), o discurso tem vontade de verdade buscando o apoio das diversas instituições para se legitimar como verdade, pois as instituições

contribuem para a valorização, distribuição, atribuição do saber na sociedade.

Sendo assim, o evento enchente mobilizou os domínios de poder na cidade e lhe foi construído um discurso institucional. Desse modo, a inundação de 2010 ora se aproximou da noção de evento crítico e ora se configurou como um acontecimento traumático.

Como essa pesquisa se apoiou no procedimento de investigação etnográfica, partiu-se do pressuposto de que a inundação em São Luiz do Paraitinga se aproxima mais da noção de evento crítico, pois a enchente, em menor magnitude, é um evento recorrente, anualmente, na cidade, e impôs historicamente negociações entre a esfera pública e a sociedade civil. Todavia, a utilização da narrativa dos atingidos pela inundação nas discussões posteriores, coadunou com o argumento de Veena Das, ao comentar que a investigação da narrativa a partir de pessoas que vivenciaram eventos críticos tem a possibilidade de recuperar as vozes dos vitimados (fala não oficializada) e que, no conteúdo dessas vozes, existem pistas da organização social do lugar.

A discussão de acontecimento de Paulo Knauss também será parcialmente apropriada para auxiliar na discussão do desdobramento da enchente no compartilhamento do trauma. Contudo, não há uma centralidade dessas duas noções na condução das análises apresentadas, as noções foram utilizadas como apoio, em situações pontuais, para as reflexões traçadas.

3.3. Os Passos da Pesquisa

Considera-se relevante explicitar dois dos pressupostos dos quais se partiu. Tal escolha possibilita de antemão caracterizar o método que norteou o caminho da investigação e a concepção de homem que orienta e fundamenta os pressupostos da pesquisa.

Concebe-se o homem como ser social, constituído de uma singularidade. Em outros termos, o homem singular é uma “síntese complexa em que a universalidade se concretiza histórica e socialmente, através da atividade humana que é a atividade social – o trabalho – nas diversas singularidades, [...] formando a essência humana que é apropriada e objetivada por cada homem singular ao longo da sua vida em sociedade” (OLIVEIRA, 2005, p.26).

Partindo desse pressuposto, a dimensão humana carrega intrinsecamente o singular (indivíduo), o particular (contexto societário) e o universal (relativo ao gênero-humano). Nessa tríade dialética, o elemento de mediação entre os polos é a particularidade; esta que compreende o contexto social em que homem está inserido e que engloba várias esferas – política, moral, econômica, cultural, religiosa. A compreensão processual dessas esferas em tal contexto possibilita apreender as determinações históricas no homem singular.

As formulações concebidas por Henri Lefebvre, entre as quais sua proposta apresentada na obra *Do Rural ao Urbano*, na qual discute os problemas da investigação científica na perspectiva da sociologia rural, trazem uma discussão crítica dos diversos métodos, técnicas de investigação e procedimentos utilizados na sociologia rural em meados do século XX. O autor propõe, a partir de então, "um método simples que utiliza várias técnicas auxiliares e possui vários momentos" (LEFEBVRE, 1970, p.71):

a) Momento da descrição: esse momento diz respeito à formação teórica e à experiência do pesquisador, formação que possibilitará a escolha prudente das técnicas de pesquisa a partir da observação do local da pesquisa;

b) Momento da análise-regressiva: o pesquisador analisará a realidade histórica do local pesquisado, buscando compreender os períodos históricos e as relações conjunturais;

c) Momento histórico-genético: momento de inter-relação entre as etapas anteriores, no qual o pesquisador buscará retornar aos procedimentos descritivos para compreender e explicar o presente.

Durante sua vida acadêmica, esse autor realizou importantes estudos com o objetivo de explicar a dialética entre a produção social e o espaço, esmiuçando a transição de um estado societário rural para uma sociedade urbana como substrato da expansão do sistema capitalista. No dizer de Damiani e Carlos (informação verbal[8]), Lefebvre buscava demonstrar que a grande maquinaria do século XX era a produção do espaço e, através desse, estavam ocorrendo a extensão e a intensificação do capital – o lugar ocupava uma posição central na

[8] Aula ministrada pela Prof. Dra. Amélia Luisa Damiani e pela Prof. Dra. Ana Fani A. Carlos, na disciplina "Historicidade em Henri Lefebvre...", semestre 2009.2, Departamento Pós-Graduação em Geografia – FFLCH/USP.

expansão do capitalismo.

Conforme Quaini (1979), o método científico da economia política burguesa partia do abstrato para o concreto. Marx propôs um método baseado na união entre a ciência e a história em que fazia o caminho inverso, do concreto para o abstrato, “da passagem do presente ao passado e, portanto, o método da abstração histórica articula-se no chamado método regressivo” (QUAINI, 1979, p.19).

De acordo com esse autor, a necessidade do método regressivo se dava porque a sociedade burguesa possuía uma organização histórica da produção que se diferenciava tanto das épocas passadas quanto das formas societárias anteriores ao período capitalista. Esse método propõe um estudo através das categorias que explicitam as relações sociais, tais como trabalho, meio de produção, paisagem, espaço e outras; busca a compreensão de como se articula a organização social, havendo a possibilidade de “penetrar na articulação e produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva de arrastão [...]”(MARX *apud* QUAINI, 1979, p.20).

Sendo assim, as ideias de Lefebvre se basearam nos pressupostos do materialismo histórico e dialético, pois a proposição do método regressivo-progressivo era uma atualização da proposta de Marx e Engels a respeito do método regressivo. Na tentativa de compreender os processos históricos, fundamentalmente na relação dialética entre o social e o espacial, esse pensador adequou o método regressivo para o estudo do espaço.

Buscam-se como referência, nesta pesquisa, as proposições do método regressivo-progressivo a fim de compreender como aspectos históricos da formação do espaço social da cidade de São Luiz do Paraitinga se desdobraram na atualidade em um contexto atípico às condições “normais” da cidade (descontínuo[9]). Em tal contexto, foi possível visualizar a destruição das edificações históricas e a reorganização abrupta da vida social no espaço citadino. Entende-se que uma orientação a partir dessa perspectiva de análise explicitaria os resíduos históricos – comportamentos, visões de mundo, sistema político, atividade produtiva e outros elementos da estrutura social – que carregam na gênese um legado histórico secular.

---

[9] Essa ideia será melhor discutida no decorrer do texto.

Deve-se salientar que, apesar do ponto de partida ter sido os pressupostos do método regressivo-progressivo na construção do procedimento de investigação, este não se constitui em uma réplica do método proposto por Lefebvre. O trabalho de investigação e discussão considerou outras vertentes conceituais para apreender o objeto, de tal modo construindo o seguinte caminho:

- Primeiro – definição da cidade, observação do contexto, pesquisa bibliográfica e utilização da entrevista semiestruturada como instrumento;

- Segundo – análise desses achados, privilegiando uma abordagem histórica, centrada em alguns períodos (ouro e café) como escopo para as discussões da formação do espaço;

- Terceiro – formulação de sínteses, levando em consideração os períodos históricos apontados e o contexto atual da cidade, com base nas falas dos entrevistados e as observações do pesquisador; em suma, explicação do processo conjunto.

Nesse caminho, as etapas se sobrepuseram uma à outra, em um processo de ida e volta, dialético, no que se refere à formulação do argumento analítico, tendo em vista que o objeto a ser investigado envolvia um olhar crítico do presente no transcurso do passado da cidade.

3.3.1. Pessoas, lugares e trajetos.

O trabalho teve início definindo a cidade a ser investigada. Como já anunciado no inicio desta pesquisa, o conhecimento prévio sobre a cidade foi um dos critérios importantes nessa definição.

Na sequência desse processo, realizaram-se visitas ao local, buscando uma aproximação entre pesquisador e população. Os contatos foram aleatórios e informais. Esse fazer utilizou-se de um procedimento de investigação etnográfico (SATO & SOUZA, 2001; PEIRANO,1992; MONTERO, 1993) e das informações dos escritos (textos, documentos, dissertações, teses) sobre a cidade.

A partir desse primeiro contato informal com a população, foram anotadas algumas descrições no caderno de campo que diziam respeito às opiniões de seus moradores, sobre as perdas materiais e simbólicas da cidade, entre outras informações. Essa prática de pesquisa se fundamenta em uma etnografia contemporânea que se propõe a dar conta do modo como "as lógicas universais se encarnam nas vivências locais" (MONTERO, 1993, p. 176). Realizaram-se algumas visitas à cidade. Em uma delas, o pesquisador alojou-se nela por um período de três dias, dando continuidade às observações do contexto e agendando as entrevistas.

Na perspectiva que norteia esta pesquisa, faz-se necessário conjugar instrumentos diferenciados para dar conta da complexidade do objeto. Assim, a coleta das informações, dos dados e dos relatos dos acontecimentos se deram pela observação participante (BRANDÃO, 1981) – experiência pessoal do pesquisador com o contexto, permanência no local, realizando conversas informais (não sistematizadas) com contatos aleatórios. Após esses primeiros registros da observação participante, foram realizadas entrevistas abertas gravadas em áudio.

O procedimento de escolha dos entrevistados baseou-se, primeiramente, na observação do pesquisador sobre as pessoas que condensavam as múltiplas experiências e informações sobre o objeto pesquisado. Contudo, houve uma dificuldade na aplicação. Quando se realizava a conversa informal e a solicitação de um agendamento para a entrevista gravada, a pessoa se dispunha para tal. Quando chegavam a data e horário agendados, os propensos entrevistados desmarcavam a entrevista, não aceitavam a gravação ou não eram localizados.

Não se sabe o motivo dos entrevistados desmarcarem a entrevista; supõe-se que deve haver uma suposta interpretação dos mesmos de que a entrevista poderia prejudicar a relação do vitimizado com a gestão pública municipal, visto que o órgão público municipal recebeu de empresa, entidade civil e pessoa física, doações das mais diversas, na intenção de socorrer as vítimas da enchente. Contudo, propagavam-se boatos na cidade de que a distribuição desses recursos pelo órgão público para os vitimados não teria seguido critérios adequados à situação socioeconômica de cada assistido.

Diante da dificuldade em realizar as entrevistas, foi definido outro procedimento: em conversa informal com alguns moradores, solicitava-se que fosse indicada uma pessoa para

ser entrevistada. Após realização dessa entrevista, o sujeito entrevistado indicava até três pessoas para uma nova entrevista[10]. Essa técnica buscou identificar possíveis referências na comunidade de São Luiz. Era possível coletar informação de vários sujeitos em diferentes localizações na cidade a partir da referência dos próprios entrevistados.

Esse procedimento foi adotado para as entrevistas, estipulando que deveria ser entrevistada pelo menos uma pessoa das áreas mais afetadas pela inundação. O número de pessoas não foi definido *a priori*, mas deveria respeitar o critério da localidade supracitado. No entanto, a opção de solicitar a indicação das pessoas entrevistadas podia ser realizada em uma entrevista formal e/ou uma conversa informal. No caso de maior dificuldade em encontrar o pretenso entrevistado, não se insistiria na procura do mesmo.

Foram realizadas, dessa forma, seis entrevistas gravadas, sendo que uma não se aproveitou devido ao excesso de ruído na gravação e a problemas de registro da voz do entrevistado. As indicações configuraram a seguinte relação bairro/pessoa:

- O bairro Benfica, área adjacente ao centro histórico, possui o primeiro conjunto habitacional construído no município. A inundação alagou todo o conjunto habitacional e destruiu várias casas em seu entorno. Informalmente, fez-se contato com oito pessoas, e dessas oito, três foram as mais indicadas para a entrevista, mas uma entrevista gravada não foi aproveitada;

[10] Bandeira Científica – Projeto da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão e Cepedoc Cidades Saudáveis. Referências para consulta: GUEDES, C. F.; MOTTA, C. G. ; SATO, F. G. ; SCARCELLI, I. R. . Ensino, Pesquisa e Extensão na Formação em Psicologia: a experiência na Bandeira Científica. Transformações em Psicologia, v. 2, p. 32-50, 2009; ARAI, Victor Jun. Análise de um processo participativo na experiência de implantação de um Projeto Município Saudável. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Saúde Pública da USP, 2002.

Foto 05. Muro na Entrada do Conj. Habitacional no Benfica. Fonte: Autor

- O centro histórico – Área onde se concentram em torno de 400[11] edificações históricas entre casas e sobrados, as igrejas Matriz, Mercês e Rosário. Um conjunto significativo de imóveis históricos, aproximadamente 150 edificações com problema na estrutura ou destruída. Informalmente, quatro pessoas foram contactadas; das três indicadas, duas foram entrevistadas;

[11] Dados da Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga, publicados na Revista *Nossa Cidade*: Edição Especial. São Luiz do Paraitinga: Produtora, 2011.

Foto 06. Centro Histórico e Igreja Matriz Destruída. Fonte: Autor

- São Benedito - Área um pouco mais distante do centro histórico, localizada na entrada da cidade pela estrada de Lagoinha. Nessa área, não houve grandes abalos pela enchente, visto que se localiza distante do rio Paraitinga e fica na parte alta da cidade. O conjunto habitacional da CDHU, para abrigar, prioritariamente, os desabrigados da enchente foi construído nesse bairro. Teve-se acesso a cinco pessoas moradoras desse conjunto: a primeira, antiga moradora do Alto Cruzeiro – perda da casa por queda da encosta; a segunda, antigo morador do Benfica – perda da casa por queda da encosta; o terceiro, antigo morador da Várzea dos Passarinhos – perda da casa pela inundação; o quarto, antigo morador do centro histórico – morava em uma edícula no fundo da casa da família – perda da edícula pela inundação, embora a casa da família se mantenha intacta; o quinto, moradora do centro – perdeu a casa pela inundação. Das quatro indicadas, uma foi entrevistada. Nesse bairro, buscou-se entrevistar outras pessoas devido às características dos moradores, quase todos desabrigados e oriundos das várias regiões da cidade. Mas não foi possível, pois sempre os

propensos entrevistados desmarcavam as entrevistas;

Foto 07. Conj. Habitacional no Bairro São Benedito. Fonte: Autor.

- Várzea dos Passarinhos, bairro adjacente ao centro histórico, localizado na entrada da cidade no sentido de Ubatuba para Taubaté. Teve grande parte das edificações destruída pela inundação, pois o perímetro do bairro margeia o rio Paraitinga. Boa parte dos moradores desabrigados mora no conjunto construído pela CDHU. Houve contato com um comerciante do local. Com indicação de dois moradores, não se pôde localizá-los.

Foto 08. Bairro Várzea dos Passarinhos. Fonte: Autor

Esses foram os bairros nos quais, a partir das observações, foi possível conversar com alguma pessoa e receber as indicações.

O bairro Alto do Cruzeiro, bairro localizado no alto do morro acima do centro histórico, constitui-se uma exceção. Houve acesso a duas pessoas oriundas do bairro que estavam morando em outro ponto da cidade. Fizeram duas indicações e ocorreu uma conversa informal com uma delas no conjunto construído pela CDHU; a outra pessoa não foi localizada.

Procurou-se apreender, nas informações coletadas, nos relatos das entrevistas e nas conversas informais, aspectos e vivências que circundavam tópicos como o desenvolvimento urbano da cidade; espaços (ruas, praças, casas, bares, clubes) que explicitavam sentimentos afetivos; os efeitos na saúde (física e mental) dos desabrigados; os maiores danos causados pela inundação; o significado da cidade e da habitação, entre outros.

Em suma, as entrevistas consistiram em investigar a relação da pessoa com o ambiente construído e o impacto da inundação nesse ambiente e na sua vida. Para tanto, foram respeitados os procedimentos éticos, firmamos um Termo de Livre Consentimento, e o resultado da pesquisa seria entregue a cada participante para apreciação. Como as entrevistas foram aleatórias e seguiram um processo da indicação prévia pelos pares, conseguiu-se

entrevistar pessoas de diferentes segmentos sociais e atividades de trabalho. Levanta-se como hipótese que esse procedimento ampliou a possibilidade da investigação das representações nos diversos segmentos sociais.

Parece, também, que a diferença de gênero não era um dado que deveria ser considerado nas observações e na entrevista, pois, *a priori*, mostrou-se mais relevante para a investigação priorizar homem ou mulher que morou a maior parte da sua vida na cidade, independente da idade, mas também considerar os relatos das pessoas idosas. Das cinco entrevistas aproveitadas, três homens e duas mulheres, as idades variaram dos 25 aos 60 anos. Não é possível fazer essa estimativa nas conversas informais, devido ao grande número de pessoas que foram abordadas, mas foram contactados com jovens com menos de 20 anos e idosos com mais de 65 anos.

Quanto aos idosos, parte-se do pressuposto de que as pessoas idosas são representativas da memória e da tradição local (BOSI, 1994) e que, assim, poderiam relacionar com mais riqueza de detalhes as mudanças históricas na cidade e o impacto da inundação em suas vidas. Os idosos estão em outro patamar da existência, pois provavelmente já consolidaram sua atividade de trabalho, vivenciaram várias mudanças na cidade, constituíram família etc. As possíveis mudanças em suas vidas poderiam compor o conjunto dos elementos substanciais para compreensão das perdas materiais e simbólicas.

A discussão desse material buscou de forma conjuntural abordar os seguintes procedimentos: resgatar o processo histórico da cidade, apontando marcos no sistema produtivo local; relacionar o conteúdo das falas com o processo histórico da cidade; descrever do cenário e sujeitos; interpretar e correlacionar os fatos com o presente.

Abaixo, breve característica dos entrevistados. Os nomes adotados pelo pesquisador não condizem com os nomes verdadeiros dos entrevistados, são nomes fictícios. Os trechos das falas foram editados para deixar mais claro o sentimento e/ou relato do evento expressado pelo depoente.

- Sra. Rosa – Moradora do Bairro Benfica, aparenta uma idade entre 40 a 45 anos, trabalha como comerciante, é nascida e criada em São Luiz do Paraitinga. Quando adulta, morou em outras cidades, mas retornou para São Luiz por gostar muito de lá e pelos laços familiares. Na

enchente, perdeu tudo que se encontrava dentro da casa e do comércio.

- Sr. Natalino – Morador do Centro Histórico, nasceu e foi criado em São Luiz e morou a maior parte da vida na casa que foi destruída pela enchente. Aparenta entre 45 a 50 anos. Trabalha como funcionário público. Na enchente, perdeu a casa e todas as coisas que se encontravam dentro.

- Sra. Penha – Moradora das casas populares do Bairro Benfica, migrante de outro estado para São Luiz do Paraitinga, mudou-se em função da filha que havia casado e conseguido emprego na cidade. Tem 65 anos e vive da aposentadoria do marido. Perdeu a maior parte dos objetos que se encontravam dentro da casa, que sofreu avarias com a enchente, mas não foi destruída.

- Sr. Reginaldo – Antigo morador do Centro Histórico, atualmente mora nas casas construídas pela CDHU para os vitimados. Nascido e criado em São Luiz do Paraitinga, aparenta entre 40 a 45 anos. Trabalha como autônomo. Perdeu a casa e todos os objetos que se encontravam nela.

-Sr. Cristiano – Antigo morador do São Benedito, atualmente mora no Centro Histórico. Nascido em São Paulo, mas criado em São Luiz do Paraitinga, tem 27 anos. É comerciante. Perdeu na enchente mercadorias do comércio e utensílios, além das propriedades (imóveis da família) sofrerem graves avarias.

4. CAPÍTULO 3: A VIDA DA CIDADE

4.1. A intervenção do poder público no povoado

Em suas origens, São Luiz nasceu como um povoado que se organizou a partir das heranças indígenas e dos costumes remanescentes das expedições bandeirantes. A fusão dos costumes, comportamentos, valores e outros aspectos desencadeou um modo de vida típico para o local. Após uma intervenção direta do poder estatal sobre ele, mudaram-se as casas,

expulsou-se a população, desenvolveu-se o comércio, instituíram-se representantes diretos do poder, ou seja, foi totalmente alterada a característica do espaço, iniciando a formação do espaço urbano.

Essa intervenção não ocorreu de forma desarticulada e despretensiosa, mas sim, intencional, pautada em uma estratégia da coroa portuguesa de cunho ideológico e político-administrativo. Sendo assim, o conteúdo da ideia da intervenção amparou-se nas mediações estabelecidas por linguagem, cultura, política e outros elementos sociais do colonizador. Não foram incluídas na concepção de mundo e, portanto, do espaço ocupado, as experiências ocorridas naquele lugar, prevaleceu uma visão de espaço como superfície desprovida de historicidade. Na efetivação de novos modelos produtivos, construíram um espaço que pudesse amparar as transformações na estrutura social em formação.

Após esse fato, outras experiências foram sendo sobreposta às anteriores, formando camadas invisíveis na cidade, produzindo costumes, comportamentos, valores. No plano concreto, a produção da cidade se orientou pela visão de mundo do colonizador e esse construiu edificações, hierarquizou os lugares, dividiu o trabalho, marcou no corpo a divisão da cidade.

No apontamento acima, estão ausentes produções materiais que decorreram de um processo histórico anterior à colonização. Por exemplo, as comunidades indígenas que lá viviam em uma relação integrada ao espaço, e que essa análise não abordou. Partindo de uma segunda etapa do processo de colonização portuguesa, evidencia-se que a relação estabelecida pelos habitantes com o espaço-corpo revelou um processo de subsistência desse corpo em uma sociedade dita “civilizada”, introduzido através do ensino religioso e da força. O modo de vida, os costumes, a religião e a linguagem dos portugueses intercambiaram com a de outros povos no Brasil, mas de forma hierárquica. Pode-se dizer que o corpo (uno e intersubjetivo) (LEFEBVRE, 2006), na relação com outros corpos (inter-relação), sofre mediações (políticas, ideológicas, culturais) que nortearam as produções materiais e a formação cultural.

Nessa conjuntura, a população do local baseava-se na relação provinda do cultivo da terra, nas relações de parentesco e na convergência religiosa com predomínio do catolicismo.

O corpo e a casa (VASCONCELOS, 1996) estavam dentro de um arcabouço simbólico construído a partir da vivência com a terra, com a religião, com a família.

A experiência dos corpos e/ou espaço vivido (BETTANINI, 1982) produziu representações, as quais envolviam a forma de habitar, as relações de poder, as práticas religiosas e outros elementos simbólicos que se concretizavam na temporalidade da vida rudimentar daquelas pessoas. Uma vida centrada na tradição, no compartilhamento e no uso da terra. As mediações do corpo com o espaço envolviam a utilização dos sentidos, da linguagem, da energia do corpo no ambiente e nos outros corpos, a partir da perspectiva da finitude do corpo e das bases materiais.

Nesse cenário, essas representações dizem respeito ao que estamos denominando de espaço de representação (LEFEBVRE, 2006), ou seja, determinadas mediações que circunscreviam no imaginário o espaço do sagrado, relação de gênero, as crenças, os valores, os rituais e a proeminência católica, formando uma linguagem particular da comunidade.

Todavia, o espaço de representação produzido na experiência do vivido transcendeu a lógica de pura apropriação do outro e da natureza. Transitava em estado ontológico (BERQUE, 2000), um estado de fermento ao imaginário citadino, propulsor de camadas invisíveis às imposições das práticas colonizadoras.

No espaço vivido, houve a proeminência de uma relação de uso do espaço em contraste com uma relação de troca. Mesmo o local servindo como passagem de tropeiros (transportadores de ouro), as incipientes relações comerciais não se sobrepunham ao modo de vida singular de cultivo da terra daquela população. As relações eram imbuídas pelo sincretismo religioso, legado da catequização jesuítica, da cosmologia ameríndia e depois africana.

Podemos nos apropriar da reflexão de Sennet (2006) quando faz formulações acerca da relação do corpo com a cidade no mercantilismo na Europa. Ele parte do pressuposto de que a devoção cristã provocou uma cisão entre o mundo terreno e o mundo de Deus; na terra, os cristãos precisavam abdicar dos seus desejos carnais, mesquinhos, ambiciosos, circunscritos ao corpo. E deviam fazer isso porque esse corpo não lhes pertencia, e sim, a Deus.

O corpo passa a ser utilizado como objeto de martírio, de sofrimento, para ser purificado. Essa lógica busca semelhança com a trajetória de Cristo repassada através de uma narrativa acabada. A história de Cristo teve começo, meio e fim. Seu ápice foi a mutilação do corpo como símbolo de superação da dor para encontrar o Criador e purificar os mundanos. O sofrimento promovia a aproximação com o Criador.

Os cristãos, com o tempo e após o sacrifício da carne, sentiram-se mudados, mas careciam de um lugar na terra que apontasse uma direção que não fosse apenas aquela após a morte (de finitude). Nesse cenário, o sentido econômico estava desvencilhado do religioso, pois o lugar cristão na terra baseava-se na compaixão; ao revés, o desenvolvimento do comércio se assentava em um tempo econômico, buscando cada vez mais espaço de troca. Essa relação era agressiva, pois o que interessava era a lucratividade no comércio.

Instalou-se, portanto, um processo de contradição entre os católicos, manifesto na cisão entre lugar e espaço, oportunidade e estabilidade, piedade e atitudes hostis. Como, então, buscar um lugar de compartilhamento e compaixão se as atividades do comércio buscavam o seu contrário? Essa questão do catolicismo na Europa, com as devidas ponderações, pode ser pensada na cidade de São Luiz do Paraitinga. Como conjugar a experiência da terra, da comunhão, da troca, do sincretismo religioso, com um mundo que impunha um ordenamento centrado nas condições comerciais, na primazia do econômico?

As missões jesuíticas no Brasil reproduziram, através da catequização, ensinamentos da história de Cristo, os quais foram amalgamados às experiências de outros povos que aqui habitavam, formando um sincretismo religioso no povoado de São Luiz do Paraitinga. Porém, houve um predomínio da igreja católica sobre as demais experiências religiosas.

Consequentemente, a experiência com o sagrado e com a terra produziu os espaços de referência, espaços de sentido para o modo de vida da cidade. Tais espaços de representação possibilitaram à população um apego ao lugar, atravessado por pertencimento, identificação, afeto, religiosidade com o espaço (corpo e pedra), que nos remete à experiência do vivido: “(...) viver o espaço significa senti-lo em primeira pessoa” (BETTANINI, 1982, p.114), referir-se ao corpo, a suas necessidades elementares para traduzir um mundo nos outros.

A inundação destruiu pela primeira vez, em 1886, o centro da cidade, e pela segunda, em 2010, espaço apropriado comercial ou domiciliarmente pelo segmento abastado do local. Como esse espaço estava inscrito no imaginário do citadino, emerge um desejo coletivo de reconstrução que transcende as fronteiras sociais. Os pobres do município se solidarizaram com a perda do outro, pois compartilharam a dor e ajudaram na reconstrução. Essa ajuda teve um caráter simbólico, visto que contribuiu para a permanência do sentido que a cidade tinha para o corpo e o corpo para a cidade, pois o que subsistiu após a tragédia são os elementos invisíveis brotados no espaço vivido, os quais estavam marcados no corpo de cada citadino.

Destruir aquilo que representa, parcialmente, a cidade, possibilita uma desconstrução da imagem e do sentido da cidade e da vida para os próprios moradores. Entretanto, o espaço de representação fomentou um sentimento de compaixão e um lugar de compartilhamento. A destruição das edificações não destruiu o invisível da cidade. Pelo contrário, criou-se força para uma reconstrução do patrimônio histórico e cultural.

A partir desse pressuposto do corpo e da cidade é possível apropriar-se das reflexões de patrimônio de Gonçalves (2003; 2005), quando salienta que o patrimônio demarca um domínio subjetivo de determinado grupo sobre outro e, simultaneamente, faz uma mediação de oposições materiais e espirituais. Em vista disso, em São Luiz do Paraitinga, indica-se que

> [...] Patrimônio sublinha uma dimensão material da vida social e cultural. E, ao lado dessa dimensão material, é preciso assinalar a dimensão fisiológica, ou, mais precisamente, o uso de técnicas corporais. Objetos sempre implicam uso determinados do corpo [...] não há subjetividade sem alguma forma de patrimônio (GONÇAVES, 2005, p.22-27)

A destruição de boa parte do patrimônio histórico da cidade (casarões, casas, igrejas) agitou com mais força o processo de mediação entre espaço/corpo e cidade. Visto que o patrimônio contribuiu na orientação do comportamento das pessoas, conferiu identidade ao lugar e, sobretudo, mediou os aspectos da cultura, da tradição e da religiosidade.

4.2. A formação psicossocial do espaço citadino

Até este trecho, a intenção do trabalho foi propor um movimento de retornar ao passado na busca da compreensão de um percurso histórico, um deslocamento temporal, mas dialético, no que se refere à discussão dos acontecimentos conjunturais por nós selecionados, na formação da cidade. Por meio desse deslocamento, é possível levantar hipóteses acerca da formação psicossocial do espaço citadino e identificar os possíveis resíduos históricos que permaneceram na representação das pessoas que sofreram perdas materiais e imateriais devido à inundação ocorrida no início de 2010.

Os citadinos atingidos pela inundação tiveram perdas materiais e simbólicas que se manifestam de forma individual, coletiva e social. São individuais porque cada sujeito atribuiu um valor emocional à sua perda; coletivas porque um conjunto de pessoas perdeu todos os objetos de sua moradia (ou objetos pessoais e familiares), incluindo a própria moradia; e, por fim, sociais, porque, além de todas as perdas na esfera privada, a cidade também perdeu os objetos e as edificações públicas que a caracterizavam.

Nos textos historiográficos de São Luiz do Paraitinga (TOLEDO, 2002; CURSINO SANTOS, 2008; TRINDADE, 1977; VIEIRA, 2008; BRANDÃO, 1995), percebem-se etapas contínuas de ocupação, transformação e produção no espaço citadino. Há uma passagem gradual da ocupação do território de povoação[12] para vila e, por último, para cidade (BRANDÃO, 1995). Essa passagem gradual da área ocupada foi estruturada pela predominância do desenvolvimento da atividade comercial. Pode-se citar como as duas principais atividades comerciais para a propulsão desse processo o caminho do ouro e, numa etapa subsequente, a produção cafeeira.

No caminho do ouro, a localidade servia como entreposto, mas, sobretudo, pouso para os tropeiros. Havia um fluxo da passagem de “transportadores de ouro” que, pode-se supor, na inter-relação com a população local influenciou o modo de vida, transmitindo as

---

[12] [...] A povoação é um agregado de famílias de agricultores e outros ‘homens simples’ de serviços e negócios locais que, por vizinhança de terras, casas e laços entre parentes e vizinhos, se reconhecem como sendo do mesmo lugar [...] Por outro lado, a vila e, depois cidade, são desigualmente a morada do poder [...] a autoridade local. Um povoado surge e uma vila se erige [...] (BRANDÃO, 1995, p. 26)

experiências e acontecimentos de outras localidades. Esse contato dos tropeiros com a população suscitou nos transeuntes uma imagem global do local que era transmitida oralmente para outras localidades – povoados, vilas e províncias. Segundo Trindade (1977), nesse período a área supracitada era extremamente pobre, tanto que o sargento-mor Manuel Antônio Carvalho, ao convocar famílias das vilas de Taubaté e Ubatuba para povoarem a paragem na margem do rio Paraitinga, encontrou resistência no aceite – as famílias não estavam dispostas a morar em lugar pobre e com gentios. A coroa portuguesa, para êxito de tal feito, concedeu privilégios aos povoadores.

Destaca-se este fato para elucidar a intervenção do governo no processo de ocupação daquela área. Ocupação essa, realizada por homens representantes do governo. Contudo, diante das dificuldades impostas, naquele momento havia uma imagem do lugar compartilhada por outras vilas, na qual o seu conteúdo continha elementos negativos que exaltavam a pobreza do lugar, as pessoas, os remanescentes indígenas e a forma de vida dessas pessoas, a vida no campo.

Com o apogeu do ciclo do ouro, os tropeiros, estrangeiros ao lugar, tiveram um papel importante na transmissão das informações, ora trazendo notícias de outras localidades, ora divulgando as notícias internas do lugarejo. Em vista disso, o relato através da percepção dos estrangeiros (BERQUER, 2009) foi um dos mecanismos substanciais na organização social e material do território citadino. Os diversos comerciantes e tropeiros anônimos formadores da historiografia da cidade contribuíram para exportar/importar informações do lugar, principalmente para o Sul de Minas Gerais e Litoral Norte de São Paulo, regiões de onde partia e aonde chegava o ouro, respectivamente.

Nesse período, através do crivo desses informantes – de que a imagem do lugar estava vinculada à pobreza material e ao estilo de vida rural (GONÇALVES, 2007) –, o modo das pessoas habitarem o espaço se aproximava de uma lógica holística com a terra. Entretanto, é importante destacar que o povoado, durante o entreposto comercial e a passagem do ouro, fixou definitivamente alguns moradores na margem do rio Paraitinga, intensificando a densidade populacional e erigindo o núcleo rural em vila.

A aglomeração das pessoas à margem do rio nos parece aglutinar pelo menos dois

processos simultâneos:

- O primeiro, de que a povoação nativa, provavelmente, escolheu o lugar assentada nos fatores geofísicos do local e/ou a relação de parentesco. Talvez parecesse às pessoas, naquela conjuntura histórica ser um lugar propício ao modelo de vida rural, com garantia de sobrevivência, pois o espaço ocupado facilitava a pesca, a agricultura e a pecuária e as estações (verão, outono, inverno, primavera) favoreciam atividades de cultivo da terra.

- O segundo processo teve relação com o interesse da coroa em transformar o povoado em vila. Neste, a ocupação se deu pelos representantes da coroa – homem português casado com mulher paulista –, que teriam os privilégios oferecidos pelo poder. Nesse caso, a ocupação foi induzida pelo Estado e os interesses dos povoadores giravam em torno das vantagens oferecidas pela coroa.

Nesse cenário, a relação ambiente/homem se traduzia no cultivo da terra e na organização da estrutura social da vila. A atividade de trabalho seguia um ritmo da natureza (WEIL, 1979), um tempo pautado na relação com a criação, com o ciclo das estações climáticas. As habitações eram rústicas e cumpriam uma função orgânica e psicológica de abrigo, segurança e privacidade, fruto do estilo de vida legado do encontro cultural (JOVCHELOVITCH, 2008) indígena, europeu e africano, o qual sobrepôs visões de mundo e costumes, provocando formas diversificadas de convívio e cultivo da terra.

Nessa perspectiva, a intervenção europeia na estrutura do espaço em questão promoveu a expulsão dos gentios (GONÇALVES, 2007) das suas terras. A partir de então, inseriu-se nessa relação ambiente/homem a produção do excedente, a propriedade privada e a divisão do trabalho.

Aos poucos, à medida que a sociedade brasileira incorporava o sistema capitalista, fortificava-se uma sociedade agrária orientada pelos valores burgueses provindos da Europa. Assim, a terra deixa de ser um meio de produção para se tornar capital. A propriedade da mesma foi importante mecanismo de dominação política e exploração do trabalho. No tocante às edificações sobre a terra, estas eram organizadas a partir da concepção europeia no que se refere à estética, à funcionalidade e ao simbolismo.

Apesar dessa breve digressão sobre o sistema capitalista e sua inserção no espaço ocupado, faz-se necessário um recorte nessa questão. Optamos por apontar a edificação da casa (habitações) como elemento desse recorte, pois, na nossa compreensão, as habitações congregam uma função simbólica substancial do espaço ocupado, ou seja, da propriedade privada no sistema capitalista.

As habitações possuem várias dimensões, sendo que as dimensões simbólicas[13] agregam todas as outras. Posteriormente, buscar-se-á demonstrar que as edificações demarcam o espaço funcional e o espaço simbólico da cidade, mas essa demarcação aparece de forma natural para a população. Esta tem uma percepção automatizada de quem habitou ou usufruiu do espaço citadino e o que ele representa. Os conjuntos das demarcações no espaço citadino produzem fronteiras entre um lugar e outro, perceptíveis através do conjunto das edificações que qualifica as áreas em contraposição no território citadino.

No caso de São Luiz do Paraitinga, essa lógica não nos pareceu diferente. A sociedade local era dividida em estratos sociais: os fazendeiros, os comerciantes, os sitiantes, os trabalhadores livres e os escravos. Quanto mais alto o poder econômico, mais as habitações eram construídas baseadas na lógica arquitetônica burguesa, cuja forma se pautava no planejamento, na estética e na concepção artística da Europa moderna.

O padrão da habitação exaltava a diferença econômica, a formação cultural e o refinamento estético, entre outros. Esse conjunto de atributos da habitação era orientado por uma visão de mundo burguesa, a qual mediou as relações entre o homem e o ambiente no território, fomentando na sociedade uma transição da relação habitar e habitat[14]. Contudo, esse processo se iniciou com as primeiras fazendas construídas na localidade, as quais se pautavam, naquela época, pelos parâmetros da arquitetura portuguesa.

---

[13] Entende-se que a habitação tem diversas dimensões, como, por exemplo: dimensão funcional (abrigo e comodidade), dimensão sociocultural (relacionada ao ambiente e à cultura local), dimensão tecnológica (material empregado) e outras. Utilizou-se, aqui, a dimensão simbólica, pois compreende-se que a mesma é produzida a partir da relação integral da habitação com a pessoa. Desta forma, a dimensão simbólica permeia todas as outras.

[14] Para Lefebvre (2001; 2006), o habitar, noção poética da moradia, foi apropriado primeiramente pela aristocracia e, na sequência, transformado pela ideologia burguesa. No habitar, construiu-se o espaço íntimo da moradia, das suas divisões, a fachada e outros. Por conseguinte, o habitat é um avanço no processo de abstração funcional do espaço, utilização extrema do ideário burguês. Esse possibilitou a construção de conjuntos habitacionais, apartamentos, pavilhões, ou seja, uma forma de racionalização funcional do espaço ou efetivação no espaço da burocracia estatal.

As fazendas se caracterizavam pela arquitetura mineira e sua imponência estava na extensão e no detalhamento interno da edificação, acoplados à extensão da terra, da propriedade. O fazendeiro, ou senhor, ostentava o seu poder econômico e político por sua riqueza, advinda da produção agrícola ou pecuária, dentro de um modelo de produção pré-capitalista (MARTINS, 1990). Os objetos no interior da fazenda eram os maiores representantes da arte, do requinte cultural, da riqueza e da imponência.

As fazendas, dentre suas inúmeras funções, serviam como ponto de referência para a localização das pessoas e das habitações familiares no campo. Como estas tinham grandes extensões de terra, as habitações circundavam normalmente as sedes, enquanto outras não seguiam uma ordenação geométrica previamente planejada do espaço – eram distribuídas aleatoriamente no campo.

Dessa forma, na maioria dos casos, a dispersão dos objetos no espaço propiciava outro tipo de relação de vizinhança, uma vez que o contato era realizado nas visitas de parentes, amigos, nas festas religiosas, nas missas e nas vendas.

As festas e as celebrações religiosas contribuíram para os momentos de encontro e transmissão das informações locais e estrangeiras. Os locais das festas religiosas eram, talvez, o principal espaço de compartilhamento social. Nos espaços das festas em que a comunidade se encontrava, conviviam o religioso e o profano, atualizavam-se as informações e faziam-se novos contatos de amizades.

Os espaços festivos eram simbolicamente lugares livres, onde todos participavam dos eventos e compartilhavam suas vivências, espaço de compartilhamento social em que o sagrado, o simbólico, funde-se na concretude do local, sobrepondo camadas invisíveis no espaço, entendidas como um conjunto de experiências da ordem do prático e do sensível, que estabelece uma miríade de sentidos para aquele espaço. O mesmo tempo sai de um espaço cronológico para pertencer ao tempo etéreo, vinculado à memória social (BOSI, 1994).

A estrada era um lugar apenas de percurso entre as fazendas, a igreja e as vendas, com poucas possibilidades de encontro social, uma vez que, nessa disposição das habitações no espaço, o ponto de ligação era através de caminhos na mata ou estradas que cortavam fazendas. O ritmo das relações, assim como da percepção do lugar habitado, seguia outra

ordem, um tempo controlado pelo ciclo da natureza, sem a velocidade do transporte automotivo. A característica da ocupação desse espaço era somente a experiência vivida no próprio espaço, e aquilo que se passava no campo era expressão da fusão das experiências culturais.

Uma pequena digressão se faz necessária. De acordo com Souza (2000), a mudança comportamental de influência europeia burguesa ocorreu no país após 1808; anterior a esse período, os primeiros colonizadores portugueses tiveram influência da cultura oriental moura. A fusão de culturas (africana, portuguesa e indígena) no país, nesse período, aproximava-se mais dos costumes orientais do que da Europa ocidental. Para esse autor, baseado na obra de Gilberto Freyre, o Brasil, conforme foi se urbanizando, viveu uma antinomia entre os valores antieuropeus e os valores europeus burgueses. O processo de aburguesamento dos valores no país foi por Freire denominado de reeuropeização:

> [...] A reeuropeização teve um caráter de reconquista, no sentido da revalorização de elementos ocidentais e individualistas em nossa cultura através da influência de uma Europa, agora já francamente burguesa, nos exemplos da França, Alemanha, Itália e, especialmente, da grande potência imperial e industrial da época e terra natal do individualismo protestante, a Inglaterra [...] (SOUZA, 2000, p. 89)

A partir de então, segundo esse autor, o comportamento da população brasileira sofreu mudanças no estilo de vida, o que envolvia tecidos, vestimentas, hábitos, arquitetura das casas, entre outros atributos da vida cotidiana.

Todavia, retomando o espaço vivido no meio rural de São Luiz do Paraitinga, as pessoas levavam semanas ou meses para receber uma visita, devido à distância de uma fazenda para outra. O principal veículo de comunicação era o contato direto entre os indivíduos e as relações de parentesco. Infere-se, pois, que essa forma de relação de vizinhança e entrelaçamento dos vínculos de parentesco fomentou uma relação pautada na solidariedade, na sensibilidade com o outro, um senso de coletividade e, sobretudo, de identidade local.

Nesses tempo e lugar, a população originária do lugar (os gentios) já estava em menor número, com poucos núcleos na área de demarcação da então Vila[15]. Apesar da

[15] “Vila: unidade político-administrativo autônomo equivalente ao município. Trazida de Portugal para o Brasil

moradia para boa parte da população representar abrigo, para os fazendeiros já se resgatava a relação habitação com riqueza e poder, uma transmutação do valor da propriedade rural para a propriedade urbana (QUEIROZ, 1979). A apropriação do espaço e a demarcação da propriedade privada eram de suma importância nesse período, pois diferenciavam as pessoas e garantiam a manutenção do controle social no domínio das famílias abastadas.

Deve-se indicar que, apesar da população originária ser paulatinamente negligenciada e expulsa do seu habitat, houve a incorporação de alguns de seus costumes na vida social em formação. Estes se apresentam na culinária, no cultivo da terra e na criação de animais, nas festas e no local de encontro. Neste último, podemos citar o costume das pessoas se reunirem em espaço vazio ao redor das habitações, semelhante às reuniões entre as malocas. A permanência desse costume comum na população local hipoteticamente justifica, na atualidade, o fato de as pessoas se encontrarem na praça[16] da igreja matriz, no centro de São Luiz do Paraitinga.

Em vista disso, nesse momento histórico, a casa grande era privilégio de quem tinha alma humana, riqueza ou prestígio. As pessoas simples a percebiam como símbolo de poder, e os ricos, além de considerarem o lugar como abrigo, utilizavam a propriedade territorial e a edificação como símbolos da riqueza e, sobretudo, de diferenciação.

Entretanto, o tempo dessas relações, em sincronia com o ciclo da natureza, passa paulatinamente a ser regido pelo ciclo da produção, transitando da produção pré-capitalista para a capitalista. O ritmo da produção agrícola e do comércio, aos poucos, vai sendo substituído pelo ritmo da produção industrial, mesmo diante da inexistência de indústrias no local, pois o processo de industrialização nos grandes centros se incorporou ao urbano e as áreas rurais também adentraram à lógica da urbanidade.

Urbanização e industrialização são fenômenos diferentes (LEFEBVRE, 2008), mas que caminham juntos. Em São Luiz do Paraitinga, o processo de urbanização (SANTOS, 2008c) teve início com o desenvolvimento de comércio, mão de obra, concentração

---

no início da colonização, durou até o século XIX. Toda Vila tinha Câmara Municipal, cadeia e um pelourinho, símbolo de autonomia. O termo era empregado na colônia em lugar de município, pois este só podia ser utilizado na metrópole [...]" (PRADO, 2005, p. 30)

[16] Espaço público vazio projetado arquitetonicamente.

populacional, criação do centro administrativo, construção de via de acesso, desenvolvimento de instrumento de informação, divisão de classe e, sobretudo, o seu elemento mais concreto, a formação da cidade.

A industrialização estava ocorrendo nas grandes cidades europeias e americanas, mas, à medida que aumentou a produção, demandou novos mercados, novos consumidores. A cidade em questão, assentada na produção agrícola, tinha nos fazendeiros e nos comerciantes um segmento potencial para o consumo das novidades produzidas pela industrialização. Aos poucos, esse processo de consumo dos objetos industriais se espraia para todas as outras classes sociais, constituindo-se uma necessidade premente. Para Souza (2000, p.89), "a máquina veio desvalorizar a base mesma da sociedade patriarcal" rural da sociedade brasileira. Essa substancial mudança econômica foi acompanhada pela "transformação social de largas proporções implicando novos hábitos, novos papéis sociais, novas profissões, nova hierarquia social [...]" (IBIDEM, pp. 86-7).

A mudança nos modos de produção e consumo, simultaneamente, engendrou uma mudança no espaço citadino. A constituição do núcleo urbano fomentou uma nova espacialidade onde havia um conjunto de elementos no espaço que propiciava novas relações do homem com o ambiente e com outro homem. Podem ser citados as vias de acesso, o comércio, o acesso rápido aos novos produtos, o valor agregado do imóvel, a densidade populacional, a infraestrutura, as edificações e os meios de comunicação, entre outros. Aos poucos, a vivência nesse novo cenário citadino, qual seja, o urbano, a partir de um modo de vida burguês, torna-se a o modo de vida padrão em contraposição à vida no campo.

É nesse sentido que, no espaço urbano, os grupos sociais, imbuídos de um legado cultural da experiência do campo, aos poucos construíram novas experiências advindas da vida cotidiana no ambiente urbano, e tem, nessa transição de campo e cidade, um primeiro processo de ruralização – a influência do meio rural no urbano. Em seguida, um segundo processo, o periurbano – um perímetro de ligação entre as áreas urbanas e rurais.

Nesse novo cenário, esses grupos transformaram, criaram e reproduziram ideias, ações e valores rurais, formatando um novo estilo de vida, de vestimenta, de comunicação, de transporte, e de cultura. Apesar de toda essa transformação, as experiências emergidas dos

espaços urbano e rural ficaram retidas na memória social da cidade, podendo ser acessadas através de algumas edificações, ruas e monumentos, símbolos do período.

As edificações do espaço vivido carregam a historicidade da cidade, pois nelas estão transcritos os acontecimentos políticos, culturais, religiosos, econômicos e sociais da conjuntura daquele momento. Temporalmente, as edificações vão agregando histórias pessoais, ornamentando a cidade e construindo um roteiro invisível, privado e público, da formação da cidade, pois cada pessoa tem um enredo para sua história a partir da vivência social dos monumentos, da praça, das habitações.

Partindo desse pressuposto, no compartilhamento da memória social, após a destruição parcial do centro histórico em 2010, encontram-se resíduos das representações produzidas em período histórico longínquo. As experiências citadinas, em locais como a praça, as ruas, as igrejas, os casarões, são objetos facilitadores para o acesso parcial das camadas invisíveis do espaço e dessa memória social.

4.2.1. Nos tempos do café

Foto **0**9: Registro Histórico de São Luiz do Paraitinga. Fonte: Coleção Benito Campos apud Tomazin (2011, p.60)

Após o ciclo econômico do ouro, caracterizando o lugar como passagem para os tropeiros, a principal atividade produtiva na localidade pode ser considerada a agricultura cafeeira. Nesse recorte histórico, o Estado expandiu o domínio sobre o território local, criando organizações e instituições representantes do poder público. Essas entidades sociais exerciam

uma função política, religiosa, jurídica, econômica e cultural na administração da cidade, contribuindo para a expansão da produção cafeeira, a qual alavancou o núcleo urbano local.

Ato contínuo, os textos históricos relatam que o pleno controle público do espaço ocorreu quando a coroa portuguesa, com o objetivo de expandir a política de colonização, percebeu as características físicas do local e a sua localização (entre o litoral e Minas Gerais), promovendo a transformação do povoado em vila, e depois em cidade.

Essa transição foi o estopim para um processo sequencial de transformação do espaço habitado e iniciaram-se mudanças em toda a estrutura social – família, habitação, infraestrutura, comércio e escola, entre outros. Nesse cenário é que o espaço rural (dimensão prático-simbólico) organizado, a partir da experiência urbana, submete-se ao espaço produzido pelo planejamento, subserviente às "determinações econômicas (produção, distribuição, circulação e troca), mas também às determinações sociais, políticas, ideológicas e jurídicas que se articulam na totalidade da formação econômica e social" (CARLOS, 2009, p. 27) do lugar.

A promoção do desenvolvimento urbano e o planejamento racional do espaço nos moldes hegemônicos foi uma forma do governo imperial executar o controle na colônia brasileira. Cursino dos Santos (2008) faz uma análise interessante nesse sentido, atrelando o desenvolvimento da cidade de São Luiz do Paraitinga ao entreposto comercial ocorrido no país. Tal entreposto se diz da estratégia de Portugal de fundar cidades para garantir o controle do território, o escoamento de mercadoria (ouro, e depois café). A fundação da cidade tinha um caráter estratégico e funcional, sendo que os tropeiros tiveram papel importante na formação cultural das vilas.

A política portuguesa tinha como princípio a transformação do povoado em cidade. Tal ato, induzido pela coroa – transição do povoado para vila e, em seguida, para cidade –, conjugava no lugar o domínio português e a dominação religiosa, concretamente instituídos pela construção da Igreja Matriz, da Casa de Câmara, do Pelourinho e da Cadeia (TEIXEIRA; TRIGUEIRO, 2011) em área estratégica no vilarejo.

Em São Luiz do Paraitinga, essa política não foi diferente. Ações para o

desenvolvimento urbano consistiram em esquadrinhar[17] as disposições geográficas da Vila: arruaram as vielas, construíram espaço público livre (praça), construíram a cadeia, modificaram a tipologia das edificações e programaram uma reforma que transformaria o local de forma radical, demarcando nos espaços, através das edificações, a materialização do poder político, jurídico e religioso. Construíram a igreja matriz, o pelourinho, a cadeia, a casa da Câmara e os casarões com a mesma tipologia arquitetônica.

4.2.2. A Vila

Perante essa estratégia imperial, foi fundado o centro do poder administrativo da então Vila de N.S. dos Prazeres, facilitando o controle territorial e uma administração baseada nos interesses econômicos e ideológicos do Estado. A Vila, embrião do espaço urbano, antecede a formação da cidade, que se constituiria 100 anos depois. Nesse intervalo de tempo, o conjunto dos elementos – modo de consumir, vestir-se, pensar e sentir – inaugurou naquela localidade a contraposição – rural e urbano.

É assim que fazemos alusão a que o camponês, saindo da área rural e mudando-se para a vila, carregou consigo o legado do modo de vida rural, mas incorporou novos hábitos no núcleo urbano em formação (Vila). Ele não deixou de ser um homem do campo, mas agregou outras experiências que o homem do campo (nativo) não possuía. Essa nova experiência da vida cotidiana urbana delineou uma identidade sociocultural daquele núcleo populacional. Nessa conjuntura, a Vila, antes espaço rural, agora passa a constituir um núcleo urbano e se sobrepõe ao modo de vida camponês. Entretanto, com o passar do tempo, o campo também incorporou os aspectos da vida urbana.

---

[17] Segundo Prado (2005), a Carta Régia era o documento da Coroa Portuguesa que determinava a criação e a instalação da Vila. Anexado a esse documento, vinham às recomendações do Conselho Ultramarino de Lisboa, o qual apresentava a característica da estrutura urbana da Vila. Escolha do sítio para instalação da Vila, Croqui de como seria a Vila; largura das ruas, extensão das praças; localização dos edifícios públicos, tipos de casas residenciais – externamente deveriam ser iguais e ter a mesma tipologia; definida a praça, no entorno dela dever-se-iam construir os edifícios públicos, a Casa de Câmara, a Igreja Matriz, a Cadeia e o Pelourinho e oficinas necessárias ao serviço da Vila.

4.2.3. A cidade

Segundo Araújo (1951), há uma polêmica em relação à data de fundação de São Luiz do Paraitinga:

- Tornou-se cidade pela provisão de 20 de abril de 1857;

- Em 1686, o sertanista Vieira Cunha e sua bandeira partiram para Ubatuba (antiga aldeia dos Tamoio, chamada pelos índios de *Iperoig*. No meio do caminho, estabeleceu um arraial dando-lhe o nome de Santo Antônio e São Luiz do Paraitinga;

- Fundação em 8 de maio 1773, pelo sargento-mor Manuel Antônio Carvalho, foi elevada a vila sob a invocação de N.S. dos Prazeres, padroeira da casa Mateus. Em 1873, condecorada por D. Pedro II, com o título de Imperial Cidade de São Luiz do Paraitinga.

Esse mesmo estudo revela que, segundo os relatos clericais da época, a população era 100% de católicos. Dados do censo de 1890 contabilizaram uma população de 15.975 habitantes e, em 1920, a cifra atingia 17.870 habitantes.

O número populacional demonstrado no censo de 1890 revelou como a localidade era estratégica para a coroa portuguesa: 17 anos após sua fundação, o número populacional era equivalente a 1/4 da população da província de São Paulo, pois, nesse período, a população da capital atingia a cifra de 65.000 habitantes (CENSO, 1890)[18] e tais números foram elevados nas décadas posteriores em função da imigração em massa para a cidade. A decisão da coroa de construir instituições concretas de controle social em São Luiz provavelmente levou em consideração o número populacional da cidade e a localização geográfica.

Pode-se afirmar que a efetivação dos postos de poderes públicos na cidade estruturou um novo modo de organização do espaço citadino e provavelmente criaram-se no município demandas urbanas, tais como recursos técnicos para a circulação das informações; produção

---

[18] História demográfica do município de São Paulo. Disponível: http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/1890.php. Acesso em nov. 2011.

artística; aglomeração da população; consumo de produtos industrializados; mão de obra técnica; diversidade comercial; escola, entre outros. A convergência desses elementos propiciou uma transformação na visão de mundo dos habitantes do centro urbano, impingiu valores oriundos de outras províncias, mas, sobretudo, de um modo de vida orientado para o consumo de produtos pré-fabricados.

Foi nessa localidade fértil de novas produções que a cidade incorporou as condições universais da atividade urbana, quais sejam: emprego, divisão de trabalho e um novo tipo de socialização na esfera da vida cotidiana. Tal socialização envolve as experiências práticas provindas da urbanidade, em consonância com as experiências do campo. Nesse período explicitou-se na cidade a dialética entre o rural e o urbano.

De um lado, a área rural se caracterizava pelo cultivo da terra para sobrevivência e abastecimento da população. Era um local desinteressante para as atividades produtivas modernas, funcionando como apêndice do urbano. Por sua vez, a vida no campo produzia conteúdos simbólicos que marcavam o imaginário social e tais conteúdos representavam o campo (WILLIANS, 2011) como o lugar idílico, natural e primitivo – um lugar paradisíaco cuja função era o descanso, a aproximação com a natureza.

Por outro lado, o espaço urbano promoveu novas atividades de trabalho, demandas de consumo, divisão do tempo, modo de comportamento, técnica, informação, religiosidade e novos tipos de relação, entre outros. Houve uma modificação estrutural na vida das pessoas e nas relações sociais, pois o compartilhamento da experiência no centro urbano fomentou novas concepções do espaço ocupado e da relação homem/natureza. O centro urbano transformou-se no comandante das decisões políticas e administrativas do território citadino.

4.3. O Descontínuo

Os apontamentos neste capítulo começam imaginando uma linha do tempo na cidade de São Luiz do Paraitinga, de acordo com a perspectiva cronológica. Houve um período de ocupação, formação da vila, entreposto, formação da cidade, produção cafeeira. Esse decurso

temporal linear (MASSEY, 2008) facilitou a visualização de como o tempo se relacionou com o espaço e vice-versa, pois, nesses períodos, as transformações produtivas foram também produzindo transformações no espaço ocupado. No entanto, na linha do tempo inerente ao transcurso dos acontecimentos, supõe-se que houve eventos substanciais para o município, os quais, pela intensidade e imprecisão, provocaram descontinuidades na relação linear tempo/espaço.

Assim, a descontinuidade aqui discutida tem o sentido de ruptura ou aceleração de acontecimentos na relação tempo/espaço. Para Lefevbre (2001), a acepção de descontinuidade ora se traduz na interrupção do território a partir da fragmentação – o território é fragmentado e descontínuo, ou seja, as partes do todo aparentemente não têm ligação uma com a outra, mas fazem parte da mesma unidade –, ora a descontinuidade remete a eventos que provocam rupturas na dinâmica da cidade – por exemplo, a guerra, as revoluções. Desta forma, neste último caso, supõe-se que tais rupturas, suscitadas pela inundação, também alteraram a relação tempo/espaço.

A origem do evento provocador da ruptura pode ser diversa: de caráter socioeconômico, como a crise cafeeira no início do século XX; a partir de uma intempérie, como a inundação ocorrida na cidade em 1863; e agromercantil, como a recente expansão da monocultura de eucalipto no município. Enfim, os eventos podem ter origens distintas, mas o seu desdobramento fomenta mudanças significativas na estrutura social.

Sendo assim, a partir dessa preposição da descontinuidade, tem-se como conjectura que a inundação na passagem do ano de 2009 para 2010 foi uma dos inúmeros eventos ocorridos no município que provocaram o estado de descontinuidade, alterando radicalmente o futuro das ações – esperado pela progressão linear do tempo –, tanto dos entes públicos, como da vida privada de uma parcela da população.

Por sua intensidade, a inundação provocou na população, em determinado período, principalmente nos atingidos, a incerteza, a desesperança, o descompasso da vida cotidiana. Assim como a vida privada dos atingidos foi abalada, a gestão pública local também sofreu a pressão de dar reposta à diversidade de problemas emergentes. Desta forma, diante do caos das condições socioeconômicas do município, a gestão pública foi impelida a reorganizar as

políticas públicas e a acelerar o tempo para a execução das mesmas.

Parte-se do pressuposto de que o fato da gestão pública reorganizar as políticas públicas não significou que houve uma mudança na qualidade de tais políticas e/ou no paradigma administrativo das instituições públicas municipal, estadual e federal. A inundação acelerou determinados processos da gestão estatal, resultando em ações públicas imediatas, mas a concepção política que norteava tais ações, na maioria dos casos, permaneceu a mesma.

Como exemplo: a incoerência da construção de conjuntos habitacionais no pequeno município de São Luiz do Paraitinga com uma tipologia de conjuntos habitacionais planejados para municípios de médio e/ou grande porte. A política habitacional buscou um aproveitamento do espaço, construindo parcela das residências verticalizadas e geminadas. Esse tipo de política pode provocar mudanças substanciais no modo de vida da população mutuária[19], visto que impulsiona uma reorganização na concepção de moradia fortemente marcada pela tradição rural para aquelas pessoas.

Por ora, a saída da lógica da produção contínua para o estado descontínuo provocou transformações substanciais no ritmo da produção social no espaço. Houve rupturas no modo de vida das pessoas, na forma de organização da cidade, na relação do homem com o campo e, sobretudo, na inter-relação pessoa/lugar. O descontínuo, de forma incisiva e rápida, fomentou avanço, retrocesso, mudança e desordem nas diversas camadas da estrutura social, pois ocorreu uma intensidade de ações imediatas, simultaneamente, no espaço citadino, sem uma clareza do porvir.

Por fim, o tempo e o espaço na descontinuidade erigiram mudanças até então não planejadas. Como exemplo, é pouco provável que ao cidadão, antes de ser atingido pela catástrofe, estivesse em seus planos a destruição total de todos os seus objetos pessoais, mobiliários e, inclusive, o próprio imóvel. O descontínuo vivenciado pela população impeliu mudanças, mas criou um estado de incerteza frente ao futuro, tanto no comportamento como na atividade produtiva da cidade (o turismo).

---

[19] A construção de conjuntos habitacionais parece concretizar a expansão das trincheiras espaciais simbólicas em toda a cidade, pois a própria política pressupõe a separação do espaço.

4.4. A Relação do Homem com a Cidade

No urbano, houve uma variedade de elementos que exigiram dos sentidos uma adaptação, como, por exemplo, músicas, odores, casas, praças, monumentos, barulhos, vestuários, vias de acesso, velocidade, impessoalidade. O espaço urbano fomentou novas sensações (TUAN, 1983) e promoveu novas experiências, em contraposição à vida rural. Em vista disso, as sensações produzidas nesse novo modelo de vida fomentaram, no corpo das pessoas, experiências diferenciadas, provocando uma mudança na percepção da relação homem/ambiente.

Entretanto, tem-se como pressuposto dessa relação homem/ambiente que a cidade, fruto da atividade humana, não nasceu no vazio, e, sim, é herdeira de um legado rural. Porém, em contrapartida, a sua dinâmica engendra vivências que, aos poucos, influenciaram os valores oriundos da vida rural. Ao campo, em São Luiz do Paraitinga, reservaram-se a tradição cultural e a base econômica da cidade; ao urbano, a administração pública da cidade, as escolas, o comércio, o serviço especializado, o transporte, a infraestrutura, o consumo, o novo estilo de comportamento e, sobretudo, as novas ideias.

Na sequência, o centro da cidade transformou-se no lugar da referência para o comércio, o lazer e o encontro com o novo, cenário valorizado para o compartilhamento material e simbólico, palco para as expressões artísticas e culturais e espaço da concentração dos poderes religioso, político e econômico.

Foi nesse cenário de formação do espaço urbano que a produção cafeeira movimentou a economia local, possibilitou aos grandes fazendeiros e comerciantes importar da Europa modos de comportamento, estética, cultura e produtos. O espaço social, então, sofre novas demarcações tanto de caráter simbólico, ligadas ao estilo de vida, ao comportamento e aos valores, como de caráter prático, ligadas às construções, à arquitetura, ao consumo.

Nesse contexto, desenvolveu-se com mais vigor uma relação cultural afetiva com algumas edificações da cidade, que se tornaram signos históricos e têm relação com o

sentimento de perda coletiva provocada pela inundação de 2010, como veremos adiante. Por ora, ressalta-se que, nesse período, as construções coloniais tinham uma dupla função – na forma e no conteúdo do espaço social. O conteúdo transmitia a ideia de ostentação, de *status* social e de uma possibilidade de aproximação daquele modelo de vida com o modelo de vida das principais cidades brasileiras e europeias. Uma tentativa de vivenciar, no local, aspectos da vida urbana nacional e internacional.

A racionalização do espaço (LEFEBVRE, 2006) criou a homogeneidade no espaço e no modo de vida. A homogeneidade está no padrão tanto das edificações construídas quanto no comportamento da população que vivencia o espaço planejado. Lugares distintos quanto à formação sociocultural e às características geofísicas tornam-se semelhantes depois do processo racionalização. Nessa lógica é que várias cidades até hoje se assemelham e reproduzem um mesmo estilo de vida. Reproduzir o modelo arquitetônico português traduziu-se em uma tentativa de sobrepor, no espaço local, a técnica, o pensamento, o modo de vida daquele país. Um mecanismo subjetivo de resgate da memória do colonizador, mas também uma vivência simbólica dos contextos socioespaciais diversificados no tempo e na história.

4.4.1. A Fragmentação da Cidade e a Vivência da Inundação

Foto 10. Inundação do Centro Histórico, 2010. Autor Nilton Cardin/Divulgação. Fonte: Estadão. FotoRetrospectiva 2010. http://blogs.estadao.com.br/olhar-sobre-o-mundo/fotoretrospectiva/

No início do século XX, a cidade de São Luiz do Paraitinga pareceu apresentar uma identidade urbana fortemente marcada pela tradição rural, mas em conexão com o que havia de moderno nos grandes centros brasileiros e europeus. Contudo, a transição do espaço rural para o urbano reproduzia boa parte do que estava ocorrendo no território nacional, ou seja, a separação entre natureza e cidade:

> [...] o sistema produtivo, ao mesmo tempo em que trazia a sugestão de uma vivência urbana apoiada em princípios e valores do poder civil emergente, promovia diariamente o ataque mais impiedoso aos recursos naturais do território, contribuindo para a sólida, se não irreversível, separação entre cidade e natureza, cujas consequências moldam ainda hoje as feições de nosso cotidiano urbano [...]. (LEITE, 2011, p. 3)

O estilo de vida urbana na cidade fomentou uma separação no pensamento entre natureza, cidade e campo. O espaço da natureza associa-se ao campo em áreas definidas para a caça, a preservação e o plantio. Tanto é que as pessoas moradoras da cidade comentam

corriqueiramente: “ir ao campo simboliza estar mais próximo da natureza”, uma aproximação com o que está em estado primário de conservação vegetal, mineral, e também, simbolicamente “primitivo”, o estado de liberação das pulsões (CARVALHO, 2010).

Para Williams (2011), o contraste entre vida urbana e vida campestre é uma separação ideológica e retórica. A cristalização dessa separação remonta a Roma Antiga, na qual a cidade passou a ser um organismo independente do campo, e significava o lugar onde as pessoas eram gananciosas, propensas a lisonjas e subornos, com ruas perigosas cheias de ladrões, casas amontoadas, vida conturbada. Para refugiar-se desse inferno que era a cidade, as pessoas viam no campo o lugar do descanso, da poesia, da vida tranquila.

Entretanto, esse autor argumenta que tal visão do campo idílico não é a do agricultor que vive as dificuldades diárias e os processos de exploração do trabalho rural, mas é a do morador da cidade que busca nas horas de descanso a paisagem do campo. A visão poética do campo é uma visão especificamente urbana sobre o mesmo.

Nessa lógica, o campo significa vida rudimentar, e o centro urbano leva a sigla do moderno, explicitando a divisão do espaço, a criação das hierarquias dos lugares, o lugar onde se concentra o poder, mas fragmenta as relações de vizinhança, de solidariedade e, sobretudo, do espaço ocupado.

A cidade de São Luiz do Paraitinga, na dialética cidade/campo, estruturou modos de comportamento que ora são herança do modo de vida rural, ora criam novos hábitos desconexos da vida rural, mas que foram repassados para o campo. Um exemplo interessante desse fato é a função das ruas, primeiramente criadas no planejamento urbano como vias de acesso para facilitar o fluxo de pessoas, mercadorias e veículos para todos os lugares da cidade. No transcorrer histórico dos encontros culturais (JOVCHELOVITCH, 2008), a rua também passou a ser espaço do compartilhamento social, da relação, da troca e do encontro. A fala de um dos moradores de São Luiz entrevistados é ilustrativa nesse sentido:

> [...] Eu gosto muito das ruas de São Luiz. As pessoas costumam falar do mercado municipal, é muito legal, do museu, casa Oswaldo Cruz, de toda construção simbólica da cidade. Mas São Luiz é uma cidade onde a cultura, seja pelas festas religiosas, ou seja pelas “profanas”, a rua o modo de vida do luizense se relacionando com o outro não interno. Para mim, o grande diferencial de São Luiz é que as pessoas se conhecem, as pessoas têm um

> signo comum, têm uma identidade comum muito forte. Então, a rua, nesse sentido mesmo, do ponto de encontro do luizense, de estabelecer esses padrões simbólicos comuns, que fazem os luizenses [...]. (Sr. CRISTIANO)

As ruas promovem a interligação dos lugares, das pessoas e do simbólico com o concreto na cidade. Através do espaço vivido, esses lugares vão incorporando significados e representações tão consolidadas que eles se tornam "supra-homem" e passam a se autorrepresentar. A produção do homem determinou aquele lugar e agora aquele lugar é que determina a produção e a relação entre as pessoas. Essas relações podem pautar-se na cultura, na economia, no trabalho, no lazer, entre outros. O corpo qualifica o espaço (LEFEVRE, 2006; BETTANINI, 1982), e o espaço qualifica as relações em um jogo dialético de ida e volta.

Nessa contraposição cidade/campo (urbano e rural), houve elementos que interpolaram valores rurais e urbanos. As tradições e a representação do uso político do espaço são mecanismos simbólicos oriundos da transição dos valores rurais para urbanos. Considerando que na área rural as camadas sociais são menos heterogêneas do que no espaço urbano (QUEIROZ, 1979), estes são hierárquicos, segregados. Através dessa hierarquia do espaço urbano, foram construídos os casarões em São Luiz do Paraitinga, em localidades ao redor da praça ou nas proximidades. Lugares como Alto do Cruzeiro e Várzea dos Passarinhos eram relegados aos segmentos menos abastados.

Assim, há uma relação dialética na produção do espaço, pois as intervenções no espaço são orientadas pela divisão social (econômica, política, cultural e outras). Então, a cidade passa a incorporar essa divisão e se criaram lugares no território representantes dessas divisões. No caso de São Luiz, a praça é lugar do convívio social e, seu entorno, espaço determinado para o poder público e econômico; o alto do morro reservou-se à população de baixa renda, periferia; as ruas centrais, e, do mesmo modo, o pátio da Igreja matriz, transformaram-se em espaços de convívio; as áreas centrais, com as edificações históricas, o espaço turístico.

Na cidade, criaram-se fronteiras entre um espaço e outro, uma lógica que visivelmente podia ser percebida, mas era tão comum que as pessoas a compreendiam como a ordem natural das coisas. A enchente de 2010 fomentou mudanças nessa representação, pois

se ouviam nas ruas comentários de que a cidade se tornara uma só: quem morava em baixo (centro histórico) teve que subir o morro, para ser abrigado por aqueles que historicamente estão na periferia. No contexto da catástrofe, a ideia de diferença social foi suspensa, minimamente, as pessoas resgataram com mais veemência, em alguns casos, a dimensão humana da solidariedade, da vulnerabilidade do ser humano perante a natureza, da igualdade dos corpos, como explicitado na fala do Sr. Critiano:

> [...] Eu acredito que sim, infelizmente prepararam pela dor, sentiram na pele que ninguém é ninguém sozinho, todo mundo fica igual, uma semana... Mais de uma semana que as pessoas estavam na mesma situação econômica, não tinha mais rico, não tinha mais pobre. Tinha o que tinha condição de ajudar e o que não tinha condição de ajudar o outro. Quem tinha uma casa, estava recebendo muitas pessoas, eles tinham que dividir o que tinha, porque quem não teve a casa atingida, teve o comércio que trabalhava, teve um irmão que perdeu a casa e ele tinha que ajudar, então a cidade como um todo foi atingida. Teve lugar que a água não entrou, mas foram afetados pela decadência econômica do município, pela perda do emprego, pela necessidade de ajudar o outro. Então, afetou de uma forma ou de outra [...] (Sr. CRISTIANO)

A inundação, de uma forma geral, atingiu todos os moradores no entorno do centro histórico, pois, além das perdas materiais e imateriais, havia um elemento de convergência para quase todos os citadinos: a ausência ou interrupção momentânea da atividade de trabalho no centro administrativo da cidade.

Realça-se também que, nesse cenário, foi resgatada a dimensão humana da solidariedade, mas, em outros casos, também foram resgatados outros aspectos da dimensão humana, porém ligados a uma horda social, à busca pela sobrevivência a qualquer custo, à ausência de preocupação com o sofrimento do outro, ao aproveitamento, ou seja, a um comportamento negativo. Em conversa informal, alguns moradores que perderam suas casas relataram que, no dia da enchente, aqueles que conseguiram retirar da casa alguns objetos tinham que fazer um revezamento entre a família para vigiar tais objetos alocados em espaços seguros na proximidade da casa, pois havia pessoas roubando esses objetos e saqueando o comércio. Houve também comerciante que, nos dias em que a população estava ilhada, aumentou estrondosamente os preços dos produtos, chegando a vender um quilo de arroz pelo preço de 10 reais, uma especulação em torno de 900%, na época.

O trecho da fala abaixo explicita por si mesmo essa questão, pois relata o sofrimento

da pessoa pelo infortúnio da enchente. A moradora, no dia da inundação, recebeu a notícia de que a mãe, hospitalizada, havia morrido. Atormentada com a situação que a inundação impunha na sua vida, dirigiu-se à Santa Casa de São Luiz de Paraitinga para encaminhar os trâmites do funeral, mas, naquele momento, a cidade estava parcialmente inundada, faltando água, luz, comida, e com outros problemas decorrentes da catástrofe. O trecho da fala da entrevistada sra. Rosa expressa algumas dificuldades impostas pela inundação, mas também os opostos do comportamento humano:

> [...] Não tinha água, não tinha comida. Ah! Você vê que coisa engraçada, eu não sou muito amiga de linguiça, no dia que eu fiquei à noite, noite que minha mãe faleceu, a menina que estava lá ficou com dó de mim e viu que eu tava com fome e sabia que não tinha nada lá fora, me deu um pratinho de comida, um pouquinho de cada coisa, um tiquinho de arroz, um pedacinho de linguiça que não dava cinco centímetros, porque a comida estava regulada, lá (Santa Casa). Comi! Estava até doce. E eu que não gosto de linguiça... Não tinha nada, tava difícil tudo. Mas aí! Minha memória se for pensar, ia fazer uma coisa e associa a outro. Eu, no caso se for pensar, correr atrás das coisas no mercadinho para o povo não saquear (roubar), do jeito que tava, olhar as coisas da minha mãe, olhar o meu pai, que já é de idade, meus dois irmãos mora pra fora, eles não conseguia chegar porque o rio tava cheio, não podia entrar na cidade, eu com a minha menina sozinha, tudo um desespero pra gente![...] (Sra. ROSA)

O sofrimento da moradora aponta o conflito em que se vive no momento da tragédia, a preocupação com sua filha, com sua atividade de trabalho, com seus objetos, com a fome e com sua família em geral.

Entretanto, a experiência da catástrofe em relação à fragmentação do espaço indicou que, em situação de perda total e de carência, suspendem-se por determinado tempo as representações do lugar social, todos se tornam iguais na situação de calamidade. Essa situação impede que alguns determinantes das condições materiais (objetos e edificações) naquele instante possam ser acessados, há um impedimento forjado pela inundação. As pessoas são impedidas de resgatar e/ou acessar dinheiro ou objetos de valor, principalmente o imóvel que, além da sua função de proteção, servia como objeto de demarcação da posição social.

Essa situação temporária de perdas materiais provocou uma confusão na autorrepresentação das pessoas, na esperança, no humor, na motivação, nos valores e até mesmo na perseverança, pois a condição da catástrofe não permitiu uma previsão de como

seria o futuro a partir de então. Tome-se como exemplo uma pessoa que tem uma casa com um alto valor agregado, mas atualmente não dispõe de renda para comprar o imóvel naquele valor. Após a enchente, pode haver um processo de mobilidade social, pois essa pessoa pode empobrecer de uma hora para outra, já que o objeto que lhe conferia uma posição social foi destruído. Devido a inúmeras circunstâncias, essa pessoa não tem uma renda suficiente para reconstruir seu patrimônio.

Um outro exemplo: uma pessoa que não tinha imóvel e morava de aluguel. Seus pertences foram todos perdidos na água, após a inundação, essa pessoa, além de não ter os pertences, não tinha a casa para ser locada, assim como, devido à sua atividade de trabalho, ficou desempregada.

Uma miríade de situações pessoais que se produziram com a inundação envolveu diretamente circunstâncias do espaço ocupado. A imprevisibilidade do futuro no momento da enchente fez com que, por alguns dias, as representações hierárquicas do espaço não determinassem as relações sociais. Mas tão logo voltassem às condições normais da cidade, as mesmas dariam relevo às fronteiras sociais.

A situação de tragédia fomentou também um estado de horda social. Para alguns, isto rompeu com a noção de segurança da propriedade privada. Como não há mais o concreto (muro e casa) nem a vigilância pública (polícia), algumas pessoas se apoderam indevidamente daquilo que era do outro, mesmo esse outro sendo seu vizinho. Interessante que a ruptura se dá na noção de segurança e não na de propriedade privada, porque, se houvesse a ruptura da noção de propriedade privada, a pessoa não se apropriaria de algo para si, e sim, compartilharia esse algo coletivamente.

Mesmo nos casos em que houve o compartilhamento das casas, a noção de propriedade vigorava da mesma forma, pois tão logo voltou o curso normal da água na cidade, as vítimas foram abrigadas nas casas de parentes ou em abrigo público. O compartilhamento foi momentâneo e não excluiu a ideia de propriedade. Desta forma, as fragmentações do espaço produzidas a partir de um modelo capitalista, assim como os valores oriundos do mesmo, não desaparecem em situação de catástrofe, acentuando-se em alguns comportamentos e diminuindo em outros. Não há uma padronização ou homogeneidade nas

relações.

Considera-se, também, que, no ato da catástrofe vivenciada pelas vítimas, há um afastamento da prioridade material para priorização da vida. Logo que as coisas comecem a seguir um ritmo normal, as determinações materiais passam a orientar os espaços na cidade.

4.5. A Cidade e os Casarões

A dinâmica econômica e cultural da vida urbana luizense propiciou uma forma de perceber e apreender o espaço urbano ora em contraposição ao campo, incorporando o moderno, ora utilizando os valores rurais como substrato para manter as suas tradições. A contraposição urbana e rural se revelou no espaço, mas não explicitou uma dicotomia, uma polarização. Foram fenômenos imbricados que se confrontaram e ajudaram no processo de formação da identidade cultural da cidade.

O centro urbano passou a ser palco das apresentações artísticas e da organização cultural da cidade. Dessa forma, os casarões localizados no centro, objetos de ostentação da classe burguesa em ascensão no final do século XVIII, tornaram-se objetos de sustentação da memória social. Ou seja, foi incorporada ao imaginário popular a edificação histórica como representante física (concreta) da cultura, deixando subjacente a função que lhe era primeira – objeto de poder econômico e cultural – para operar como objeto simbólico da herança cultural. Segundo Rossi (2001), os monumentos históricos da cidade têm uma representação permanente e são “um passado que ainda experimentamos” (ROSSI, 2001, p.49).

Os moradores, ao falarem das perdas com a enchente, referiram-se aos casarões como um dos principais objetos representantes da cultura luizense. Isso ocorreu em uma grande enchente em 1863 e se reproduziu na atualidade, com novas atualizações na fala dos moradores que sofreram o infortúnio com a enchente de 2010. A diferença fundamental nas representações dos casarões foi que, em 1863, os mesmos condensavam a dimensão privada e o aspecto cultural estava ligado à concepção europeia em solo brasileiro. A forma do casarão era símbolo da arquitetura portuguesa, algo para a época sofisticado, caro e, ao mesmo tempo,

artístico.

Em 2010, os casarões condensam a dimensão do público, minimizando a dimensão privada. Eles representavam a memória social da cidade, a história, a característica de uma época que se preservou, tanto na edificação como nos modos de comportamento. O casarão deixou de representar uma moradia privada para incorporar o status de monumento da tradição, produto e produtor da história do lugar.

Fonseca (2003) faz uma discussão da imagem comum que a expressão “patrimônio histórico e artístico” representa para as pessoas. Para a autora, esta expressão evoca o sentido de preservação que se deve ter com monumentos antigos, obra de arte ou documentos, mas tal imagem expressada está ligada normalmente à preservação de acontecimentos oficializados pelo poder político, religioso e econômico, deixando de ressaltar objetos históricos e/ou acontecimentos ligados ao dia a dia da época – os diversos acontecimentos/personagens não oficializados pela coroa e/ou Estado.

O casarão, enquanto ente público, cumpriu a função da manutenção da imagem colonial da cidade, objeto da memória coletiva compartilhada nas festas religiosas, no carnaval e nos festivais de marchinhas. Ele representa uma ambiguidade no cenário da cidade, pois, como produto histórico, é o objeto material do decurso do tempo na cidade. Na sua camada invisível, estão imanentes todos os acontecimentos no percurso historiográfico da cidade nos últimos séculos; é uma testemunha ocular das transformações ocorridas nesse intervalo de tempo, em que ornamentou o cenário, fixando a sua imagem no imaginário social das pessoas.

No tocante aos casarões, na atualidade, a dimensão privada sucumbiu à pública, tanto que as famílias proprietárias dos casarões, um ano e meio após a enchente, não haviam conseguido autorização para realizar reformas internas na edificação. O Estado, através do tombamento histórico, tem total domínio sobre a edificação privada, tornando-a pública para manutenção da memória social.

Para Gonçalves (2003), o patrimônio faz uma mediação de oposição material e espiritual, tomando o patrimônio em São Luiz do Paraitinga como escopo (destaca-se que o mesmo contribuiu para a mediação dos espaços). O patrimônio, elemento concreto e

simbólico, representou a religião, a cultura e a história do lugar, funcionou como elemento de ligação de dois mundos sociais: os pobres e os ricos, assim como ligava o céu ao inferno, o santo ao profano, a terra ao espiritual. O uso do patrimônio pela população luizense ajudou no processo de pacificação e/ou minimização da contradição social, conferindo experiências coletivas na vida dos citadinos.

Todavia, pareceu que também há uma apropriação interessada da imagem do casarão por setores econômicos, porque tal imagem construída sobre os casarões funcionou como cenário para manutenção das estratégias políticas, econômicas e culturais. Isso ocorreu quando houve uma captura da sua imagem enquanto produto histórico oficial para reproduzir na atualidade, artificialmente, um cenário idílico, bucólico. Esse cenário suscita, naqueles que o observam, elementos simbólicos de aproximação com o passado, transformando-se em objeto da atividade do turismo histórico. A imagem do casarão se apresenta desconectada das contradições históricas ocorridas naquele espaço, no qual muitos fatos não foram oficializados.

Desta forma, o casarão é um objeto muito importante para a expansão de uma das atividades produtivas desenvolvidas no município. Tal atividade é o turismo histórico, cujo empreendimento público e privado nas últimas décadas tem demonstrado uma centralidade no investimento nesse setor. Ou seja, para a manutenção desse segmento econômico na cidade, a gestão pública precisa dos objetos históricos que a qualificam nesse ramo de negócio. Os casarões, dentre os objetos históricos da cidade, têm grande força na manutenção da imagem local como cidade histórica.

4.5.1 A Perspectiva do Olhar

A proeminência da imagem é um fator importante a ser considerado porque a imponência de algumas edificações perdurou no decurso da história. Foram objetos importantes que a sua representação manteve até hoje. A representação dos casarões, da igreja e das casas traz em seu bojo não somente a beleza, mas também um cenário político, um

modo de comportamento, um poder econômico e um poder cultural. Essas edificações ressaltaram o período em que a fachada se tornou importante para impactar a percepção visual, enaltecendo a perspectiva externa do imóvel. Esse mecanismo se baseou na proeminência da imagem imediata como princípio organizador da percepção do observador.

A fachada das edificações se impôs no campo perceptivo pela pujança do traçado arquitetônico – cor, forma, detalhe –, adquirindo um *status* de obra de arte (objeto de contemplação). Desta forma, houve uma centralidade nas imagens como escopo da lembrança. A percepção visual prevaleceu sobre os outros sentidos (BARROS, 1999), conferindo à representação da cidade uma imagem circunscrita ao centro histórico, a imagem das edificações históricas.

Entretanto, na gênese da representação das edificações e da imagem social da cidade, encontram-se, no seu conteúdo, entre outros elementos, as vivências da religiosidade católica (igreja), a praça (Estado) e a família (núcleo da estrutura social). Esses elementos se constituíram em categorias de mediação da estrutura social local, cuja análise demonstra um comportamento psicossocial vinculado a esses entes:

– Família – A reprodução biológica do espaço (LEFEBVRE, 2006), núcleo mantenedor da tradição na cidade, tem como característica a forma nuclear orientada pela moral cristã;

– Praça – A construção da praça representou a presença do Estado, o planejamento, a divisão social do espaço, o enaltecimento da propriedade privada e o compartilhamento social, pois, no entorno da mesma, concentraram-se edificações simbolizando o poder, mas também funcionou como espaço socioafetivo e simbólico;

– Igreja matriz – Expressão da religião católica, principal religião praticada na cidade, fundamentadora do valor moral da família, mantenedora da tradição como princípio norteador da esfera social.

Não obstante, a mediação da estrutura social não se restringe apenas aos elementos acima citados, mas os selecionamos como forma de condensar uma multiplicidade de aspectos que compõem a dinâmica social. Estes funcionam como entidades que estruturaram

o sentimento coletivo da perda provocada pela inundação, especificamente aquilo que era comum para toda população: os objetos representantes da memória e da identidade cultural.

A manutenção do conservadorismo nas esferas públicas e privadas possibilitou uma aproximação sensorial e afetiva com as edificações históricas. Da aproximação, entre o conservadorismo na família, na religião e no comportamento, pudemos inferir o quanto era importante para população a construção ou a manutenção de objetos concretos representantes simbólicos desse traço social, instigando, portanto, o comportamento coletivo de preservação de algumas edificações, tornando-as parte da história da cidade, fomentadoras de um modo de vida típico do local, fonte de inspiração artística e legado cultural.

As edificações coloniais foram as principais representantes do conservadorismo coletivo que permeou os níveis da estrutura social da cidade – família, instituições, grupos e outros. Desta forma, justificou-se o hiato causado na imagem da cidade quando a inundação destruiu parte do centro histórico, ou seja, as pessoas, logo após a tragédia, indagavam como ficaria a cidade sem o centro histórico – não seria mais São Luiz do Paraitinga.

O quanto era importante para a população a construção ou a manutenção de objetos concretos representantes simbólicos desse perfil social. O simbolismo desses objetos pareceu ser uma construção social que pode ser identificada, embrionariamente, no processo histórico da fundação da cidade, como ver-se-á adiante. A inundação, ao destruir tais objetos, tirou algo que estava submerso e o elevou para a superfície. Então, destacou a imaterialidade do perceptível, ou seja, realçou algo existente, mas pouco observado cotidianamente – as edificações como entes substanciais para formação da identidade social. Sendo assim, os objetos funcionaram como representantes de um dos aspectos da vida social (conservadorismo) e instigaram no percurso histórico o sentimento coletivo da preservação, circunscrevendo no modo de vida local a imagem da cidade colonial como protagonista cultural.

Nas observações informais feitas durante a estada na cidade, foram identificados comentários imbuídos de sentimentos de tristeza e inconformidade pela perda das igrejas e dos casarões. Mesmo aqueles que perderam suas casas em bairros no entorno do centro demonstravam um sentimento de desolação com a destruição parcial do centro histórico. Tais

sentimentos dos vitimados foram explorados pela mídia impressa e televisiva para impactar o público em geral. O meio de comunicação de massa utilizava as imagens dos casarões e da igreja submersos na água do rio para retratar a tragédia socioambiental.

Por conseguinte, retomando o processo histórico de fundação da cidade, identificou-se que essa foi preparada para incorporar o desenvolvimento urbano nos moldes das principais províncias brasileiras sob o comando da coroa portuguesa. No entanto, no século XVIII, a coroa, percebendo a importância estratégica do local, efetivou ações de transformação da vila em cidade. Em torno de um século e meio, foram transpostos para o local objetos, estilos de vida e, principalmente, a arquitetura portuguesa, transformando o lugar, até então rudimentar no tocante aos seus hábitos caipiras, em um misto do moderno com o antigo.

Contudo, após o século XX, esse processo da incorporação do moderno se estagnou. Em contrapartida, iniciou-se um processo coletivo da preservação das construções daquele período, preservação do novo, hoje antigo. Pode-se apontar que, ao estagnar-se a produção econômica em função da crise do café, o estilo de vida aburguesado almejado pela pequena elite agrária luizense foi tomado novamente pela tradição do modo de vida rural. A ideia da tradição e da representação da preservação de alguns imóveis e igrejas perdura até hoje de forma residual. Mas cabe uma indagação: por que, de forma contígua, a elite agrária luizense não foi incorporando o que se produzia de novo na Europa e nas capitais brasileiras?

Não é esse o foco desta discussão, mas vale apontar que o período áureo da cafeicultura brasileira propiciou o apogeu econômico do município de São Luiz do Paraitinga. Essa fase áurea possibilitou que o segmento abastado da cidade importasse ideias, objetos e costumes que estavam na moda dos países europeus, sendo a maior expressão dessa atitude a construção das edificações no modelo arquitetônico português. Souza (2000) faz um interessante comentário sobre a extensão da vida rural de uma elite agrária brasileira para a cidade, como segue:

> [...] de início, o privatismo e o personalismo rural foi transposto tal qual era exercido no campo para a cidade. A metáfora da casa e da rua em Gilberto Freyre assim o atesta. O sobrado, a casa do senhor rural na cidade, é uma espécie de prolongamento material da personalidade do senhor. Sua relação com a rua, essa espécie arquetípica e primitiva de espaço público, é de

> representar o perigo, o escuro (...) a não casa, uma ausência [...] (SOUZA, 2000, p. 88)

Considerando o declínio da cafeicultura na região e, por conseguinte, em São Luiz, os ciclos produtivos sucessores no local não propiciaram, da mesma forma, a continuidade do processo de importação "cega" do estilo de vida burguês europeu. Por conseguinte, dentre as questões socioeconômicas do local, a vivência religiosa, a família e o convívio com a praça foram vivências que atuaram na criação e na manutenção coletiva da preservação da tradição com base nos valores do campo.

As edificações, construídas em grande parte no período da cafeicultura, transformaram-se no signo do próprio período, objeto da memória social. A imagem das edificações foi transladada da perspectiva individual do ente privado para uma perspectiva social de um ente público, simbolismo da tradição, ou seja, não representou somente a si mesmo, mas à cidade, à ideia da tradição, da cidade tradicional. Mesmo emergindo, no percurso histórico, outros símbolos representantes da cidade, as edificações construídas no período do café, são as que mais realçam a imagem da cidade tradicional, e são compartilhadas por todos os segmentos da população.

Dessa forma, a destruição desses objetos provocou, de forma abrupta, uma reorganização na imagem da cidade. Foi preciso afirmar nas manifestações culturais – expressão simbólica – os objetos ausentes. A ressurreição dos objetos ausentes ativou as lembranças, a memória social e fez com que o concreto não perdesse a sua função simbólica. Houve um reelaboração do simbólico para manter os seus símbolos concretos. Segundo Pollak (1992), quando se perde o objeto concreto da memória, perde-se a memória[20].

---

[20] "*A priori*, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativo íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida, também, ou sobretudo, como fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes [...]"(POLLAK, 1992, p.2).

4.5.2. A Igreja

No período da observação, constatou-se que a imagem da queda da igreja era recorrente no comentário das pessoas que vivenciaram a catástrofe. Para muitos, foi uma perda irrecuperável e a sua destruição transformou-se em uma das imagens mais chocantes da enchente. Nesse cenário, várias habitações foram destruídas pela inundação, porém algumas pessoas elencaram a igreja como a perda maior, mais impactante, em relação ao universo destruído. Essa ideia denota a força da instituição religiosa, mas também a força da edificação, da sua imagem.

Foto 11. Fachada da Igreja Matriz de São Luis de Tolosa. Fonte: Portal Terra. Vida e estilo. Turismo. http://vidaeestilo.terra.com.br/turismo/vc-reporter-sao-luiz-do-paraitinga-ja-recebe-turistas,dc18392625237310VgnCLD100000bbcceb0aRCRD.html

Foto 12. Restos da Igreja Matriz durante a enchente 2010. Fonte: Autor

Caiu o símbolo de um poder cristalizado desde a fundação da cidade. Vale lembrar que a formação desta incluía em sua estratégia a construção da igreja matriz como elemento do poder religioso. Sendo assim, o objeto sucumbido impele uma reorganização nas estruturas de pensamento das pessoas devido à ausência do objeto real no campo da experiência concreta, e também por instigar questionamentos de ideias universais, tais como "a igreja nunca acabará, pois é a casa de Deus". Outra inquietação decodificada no comentário dos moradores foi expressa na oposição entre Deus e a Natureza, traduzida na seguinte frase: "se Deus é a natureza, como a natureza destrói a casa Deus?".

Ao cair o símbolo concreto do poder religioso instituído na cidade desde sua fundação, a forma cristalizada das pessoas conceberem a imagem e o objeto da imagem foi abalada. Essa desestabilização do processo de pensamento obrigou-as a buscarem uma solução para o problema que se impunha: a destruição do objeto concreto. Interessante que, para manter o simbolismo da igreja, uma das formas de substituição alegórica do objeto concreto foi a utilização de "uma foto ampliada da mesma, nos espaços religiosos" (informação verbal)[21].

A imagem da igreja, juntamente com o objeto, era algo comum e estruturado para os luizenses porque era uma construção secular. Quando se rompeu essa fusão na inundação, as

[21] Informação proferida pelo Prof. Dr. José Rogério Lopes, na palestra "Do Divino Espírito Santo ao Círio de Nazaré: festas, religiosidades e fluxos identitários na contemporaneidade", em 11 de agosto de 2010, no XXIV Simpósio de História do Vale do Paraíba – Universidade de Taubaté.

pessoas vinculadas à igreja católica necessitaram de uma substituição do objeto, o símbolo (espelho) precisava do seu duplo, o concreto. Esse processo cognitivo de reorganização demandava rapidez porque a ideia que sustenta essa fusão – especificamente, a igreja católica como símbolo da cidade – era um legado da fundamentação religiosa que constituiu na cidade a esfera dos valores da igreja católica.

O simbolismo da igreja era tão forte para as famílias que os primeiros investimentos públicos na reconstrução foram voltados para a igreja Matriz e a igreja das Mercês. Esta última foi reconstruída em torno de um ano e sete meses após a sua destruição total.

Para Souza (2000), a família rural brasileira desenvolveu uma forma religiosa familial. "Além da base econômica e política 'material', o catolicismo 'familial' lançava os fundamentos de uma base imaterial e simbólica referida às suas próprias necessidades de interpretar o mundo a partir de seu ponto de vista tópico e local" (IBIDEM, p.86). A tradição familiar na cidade é vinculada à forma que a população local incorporou os fundamentos católicos. Em vista disso, o objeto (edificação) igreja simboliza o lugar da concretização dos fundamentos católicos, da ligação do humano com o divino, do objeto de referência espacial e cultural na cidade. Como comentou o senhor Natalino:

> [...] Não, eu senti muito pela igreja. Senti mais pela perda da igreja. A gente se espelhava mais... na cidade, que era o ponto da cidade. A igreja era o ponto estratégico da cidade... lá em São Luiz era matriz, matriz. E hoje nunca mais vai construir a matriz como ela era, por dentro era rústico, por dentro [...].

A ideia de reconstrução desse objeto concreto promoveu uma estabilização na representação entre o símbolo e o objeto. A ideia de reconstruí-lo propiciava um mecanismo de compensação da falta do objeto original no imaginário coletivo dos católicos.

Entretanto, não podemos deixar de apontar a captura desse elemento simbólico pela esfera política, pois esta, quando desenvolve ações com intencionalidade, não o faz apenas por respeito à importância do objeto para a demanda popular, mas pelo controle político da opinião das pessoas. Na inauguração da Igreja das Mercês, houve uma grande festa, da qual participaram representantes dos poderes político federal, estadual e municipal.

Como a igreja se tornou tão importante para a imagem da cidade? Tem-se como

hipótese que a força desse ente teve origem nas missões jesuítas no Brasil, quando, através da catequização, disseminaram-se os valores do cristianismo, os quais foram amalgamados às experiências de outros povos que aqui habitavam, formando um sincretismo religioso. No povoado de São Luiz do Paraitinga também ocorreu o mesmo processo. Com predomínio da igreja católica sobre as demais experiências religiosas.

Destarte, a experiência com o sagrado e com a terra produziu os espaços de referência, espaços de sentido para o modo de vida da cidade. O objeto igreja na experiência do vivido incorporou ideias, crenças e dogmas, transcendendo o pensamento concreto, transitando em estado imaterial no imaginário citadino.

A destruição das igrejas na inundação de 2010 provocou um vácuo na concepção do espaço social na cidade, o que justifica a constante recorrência na fala das pessoas sobre a perda da igreja, principalmente, o sofrimento psíquico para os fiéis do catolicismo. Como pode ser percebido na fala da sra. Rosa: "A igreja vai demorar para ficar de pé. [...] " igreja é um cartão postal da cidade, né!"

O catolicismo não foi abalado. Ele continua o mesmo; o objeto destruído foi a igreja, representante simbólico da experiência imaterial do catolicismo, traduzido como lugar onde se realizavam os rituais, purificavam-se, subordinavam-se, reprimiam-se os desejos carnais, em suma, tentava-se ausentar-se da materialidade.

Na igreja, buscava-se a transcendência de um estado material para imaterial. A perda da mesma pode ter fomentando um estado de descompasso nas celebrações ritualísticas do catolicismo. Os fiéis precisaram readaptar as práticas religiosas realizadas nas duas igrejas, assim como divulgar as lembranças produzidas na experiência com essas igrejas. O relato oral dessa experiência ajudou a manter pujante a memória social do objeto destruído.

4.5.3. A Praça

A praça, herança portuguesa, foi implantada no Brasil com grande sucesso. A arquitetura portuguesa, fundamentada na racionalidade renascentista, projetou a praça nas vilas e cidades como forma de organizar o espaço citadino. Esta tinha uma função simbólica,

mas também político-administrativa. No entanto, as praças funcionalmente foram construídas como adro da igreja matriz e/ou local para concentração dos edifícios públicos.

No caso de São Luiz do Paraitinga, ela teve uma função político-administrativa com uma importância funcional e simbólica. Funcional porque, em seu entorno, concentraram-se imóveis com arquitetura colonial, os órgãos públicos e a organização viária. Foi elemento dominante da malha urbana. Em várias cidades brasileiras, através da praça, a coroa portuguesa efetivou um modelo urbano que possibilitou o funcionamento das instituições de controle jurídico, político e religioso. Construía-se ao redor da praça a casa da Câmara, o pelourinho, a cadeia e a igreja matriz.

A adoção arquitetônica da praça foi de origem portuguesa, mas a grande aceitação dessa criação urbana (espaço livre) deu-se devido ao hábito indígena de reunir-se em um espaço livre, rodeado pelas "malocas". Esse hábito dos povos originários se transpôs para os espaços livres urbanos. No caso de São Luiz, a praça foi sempre o lugar do compartilhamento social; é nela que se festeja, namora-se, conversa-se, encontra-se, reza-se. Um lugar das trocas simbólicas.

As edificações ao seu redor são objetos de complementação desse cenário socioafetivo, estão interligadas pelas sensações, vivências, imagens e religiosidade. Dessa forma, a praça denota um modo de vida centrado na relação direta entre as pessoas, o lugar do exercício pleno da democracia (aberto a todos), para debater, compartilhar as ideias e opiniões.

A praça se configura como espaço funcional, sobretudo socioafetivo e político-administrativo. Conjuga, respectivamente, o espaço livre público e o espaço concreto do poder, unidos a partir de um encontro cultural (costume dos povos originários e projeto arquitetônico português). Por conseguinte, os casarões, os prédios públicos, a igreja são objetos concretos planejados no entorno da praça para cumprir a sua função religiosa, administrativa e social, como pode ser ilustrada no trecho abaixo:

> Entrevistador – Quais são os lugares mais importantes na cidade que você acha?
> Sra. Rosa – A praça, né?

> Entrevistador – A praça, no caso, não foi destruída...
> Sra. Rosa – Mas a Igreja foi.
> Entrevistador – Mas é um lugar importante para você?
> Sra. Rosa – Eu falo praça, mas é o redor da praça que manda na praça. Só a pracinha ali no meio, não... ? O redor, os casarões, a igreja... (Sr. ROSA).

Por fim, na vida cotidiana, os objetos ao redor da praça fazem parte de um legado cultural compartilhado socialmente. O hábito de frequentar a praça fez com que houvesse também uma incorporação do cenário ao redor como sendo também espaço de compartilhamento, o que ajudou na preservação desses objetos e na manutenção do tradicionalismo.

4.5.4. A Família

Todos os aspectos expostos acima não seriam possíveis se não houvesse também a instituição familiar "que la família es el núcleo de la estructura social, y busca investigar la interacción entre el centro y el conjunto social (…)" (PICHON RIVIERE *apud* LEME,1985, p. 105). A instituição familiar, orientada pelos valores morais do catolicismo, ajudou na constituição da praça e do seu entorno como objetos-símbolos da cidade.

Dentre os inúmeros processos com que a família pode contribuir para a reprodução ideológica, dois elementos podem demonstrar a relação desta com a formação da representação do espaço central – praça e casarões – como referência para os citadinos.

O primeiro elemento está ligado à religiosidade católica. O hábito de frequentar as missas também auxiliou, por desdobramento, o hábito de frequentar a praça – como já expusemos, a praça era também um espaço socioafetivo. As famílias, orientadas pela moral cristã, ajudavam a manter o conservadorismo que se estendia nas esferas do comportamento, da política, da vida privada, da cultura e nas edificações. Desta forma, as edificações históricas foram preservadas em função de um juízo mantenedor da tradição oriundo das

famílias tradicionais.

O segundo elemento remete à posição social das famílias. Nesse sentido, a base de funcionamento da família no município tem a convergência dos valores morais, mas, conforme o estrato social que essa família ocupa, a eles são incorporados outros atributos referentes a comportamento, ideia, cultura e relação de poder (econômico, político, religioso). A área no entorno da praça era um lugar valorizado economicamente, e as famílias que residiam naquela área eram, na sua maioria, abastadas e tradicionais no município, com inserção em vários setores da sociedade. Portanto, o sobrenome das pessoas dessas famílias constituía uma referência para a dinâmica social local. Por contraste, em outros locais onde a casa não seguia um padrão arquitetônico colonial (burguês), ou a área não sofria valor agregado, o sobrenome não expressava a mesma importância.

Com isso, expõe-se que a família serviu como mediadora para a construção da representação do espaço no que tange às diversas localidades na cidade, pois as habitações representavam a posição social da família, assim como as ideias, valores e costumes. A concentração de um segmento social ao redor da praça com um modelo de família tradicional orientou a população, por contraste, a criar representações sobre as fronteiras do espaço – o local onde a casa é construída em consonância com a tipologia da habitação classifica o estrato social da família.

5. CAPÍTULO 4: A CIDADE INCONCLUSA: Experiências, Imagens e Lembranças da Inundação

5.1. O Sentido da Fala e a Fala do Sentido

Nos capítulos antecedentes, buscou-se demonstrar que, no desenvolvimento da cidade, produziram-se espaços hierarquizados e simbólicos. Os casarões, a igreja matriz e a praça foram considerados edificações estratégicas no processo de análise desta pesquisa, por

terem uma função imaterial que não se alterou com a catástrofe socioambiental ocorrida recentemente. Ao contrário, esses objetos exerceram uma força motriz para impulsionar ações de preservação e manutenção da imagem histórica da cidade.

Esse processo imaterial parece cumprir uma função de preservar e salvaguardar a memória social, permitindo à pessoa acessar a imagem e/ou a ideia do objeto representado através da concretude do próprio objeto. O citadino, ao longo da sua vida no município, teve contato com monumentos e edificações históricas. A experiência construída na vida cotidiana com tais objetos, nessa perspectiva, possibilitou às pessoas conservarem na memória a imagem e os acontecimentos referentes aos objetos destruídos.

Os principais objetos coletivos, símbolos da tradição e da cultura luizense, localizavam-se no entorno da praça, região central da cidade. As edificações históricas parecem ser as principais representantes do simbolismo da cidade, possuíam a mesma tipologia arquitetônica e indicavam uma predominância no padrão econômico das famílias residentes nessa localidade. Verificou-se a existência de uma demarcação no espaço, denominada como fragmentação e hierarquia deste – cada lugar tinha um valor econômico, cultural e simbólico, e toda a cidade estava demarcada por divisões espaciais em consonância com esses valores.

No período da pesquisa, foi possível acompanhar as pessoas se locomoverem no espaço, observando o ambiente, emanando juízos diante dos objetos percebidos. As sensações suscitadas pelos órgãos dos sentidos diante das edificações históricas, praça e igrejas, pareceram possibilitar aos citadinos a organização da imagem pública da cidade. Para Lynch (2006), a percepção da cidade e a imagem produzida é fruto de uma combinação de todos os sentidos: cada indivíduo cria a sua imagem, mas há simultaneamente a existência consensual de imagens de grupos que se estendem a grandes contingentes de habitantes de uma cidade. Essa imagem comum produzida pelos habitantes é denominada imagem pública da cidade.

Por sua vez, Rivlin (2003) afirma que a imagem da cidade, construída a partir da experiência de cada citadino, pode compor um acervo cognitivo passível de mudança por ser orientado pelas expectativas e objetivos pessoais daquele que percebeu. Nesse sentido, as pessoas desenvolveriam pontos de vista sobre os objetos e selecionariam as imagens a serem

lembradas. O pressuposto dessa ideia está de acordo com as formulações de Lynch (p. 51, 2006), quando salienta que "parece haver uma imagem pública de qualquer cidade que é a sobreposição de muitas imagens individuais". No contexto pesquisado, tal imagem pública construída ressaltava as edificações históricas como o principal elemento coletivo comum das inúmeras possibilidades de imaginar o município.

Considerando que as edificações históricas foram parcialmente destruídas na inundação de 2010, a situação de ruína na cidade pode ter provocado nas pessoas um estado psicológico de desorientação em decorrência de o ambiente físico ter sofrido esse processo de destruição parcial. Tal destruição retardou o funcionamento das atividades de trabalho e lazer na cidade, impelindo à população mudanças no trajeto de locomoção, nas sensações com o ambiente (visão, sinestesia, tato, audição e olfato) e na organização da imagem pública do local, entre outros fatores, envolvidos na relação pessoa e ambiente. A desorganização dos elementos móveis e imóveis[22] na cidade (LYNCH, 2006) parece ter tido força para provocar uma desorientação no comportamento das pessoas, com a possibilidade de interferir até mesmo nas crenças e na visão de mundo da população local. Como pode ser percebido no trecho das entrevistas abaixo:

> [...] depois da inundação a gente deparou com uma cidade arrasada politicamente, né! Todos órgãos públicos foram atingidos, prefeitura, cartório, fórum, paralisou por um tempo, né! O setor de emergência né!, uma cidade muita arrasada do ponto de vista econômico, 90% do comércio de SLP fica paralisado, então todos foram atingidos [...]. (Sr. CRISTIANO)

> [..] Perda maior mesmo foi a perda material, perda de vida não teve, a maior mesmo foi a perda material e o sentimento de perda da felicidade, a gente não esperava uma coisa dessa... Essa enchente pegou a gente desprevenido, a gente nunca ia acreditar que um dia ia acontecer isso, a gente perdeu a cultura da gente tudo, a água levou tudo[...] a tradição nossa? ficou um vazio na cidade. [...]Vai voltar a ter enchente? Um vazio. E a cultura? Nós perdemos nossos casarões, né! (Sr. NATALINO)

Todavia, no contexto pós-catástrofe, o conjunto das edificações históricas degradadas possibilitou, também visualmente, a explicitação do contraste das áreas ocupadas na cidade, entre um bairro e outro.

---

[22] Para Lynch (2006), os elementos móveis na cidade são as pessoas e suas atividades. Os elementos imóveis são as partes físicas estacionárias, ou seja, objetos, casas, monumentos e outros.

> [...] Mas tem uma diferenciação muito clara e isso está acompanhado nesse processo de reconstrução infelizmente, ainda não foi superado porque toda a iniciativa do serviço público está, principalmente, no centro histórico, sabe? O Alto do Cruzeiro teve problema sério na mesma época e você não vê solução e nem proposta, né? Do que fazer com essas pessoas, os mais graves foram tirados de lá e levados para a CDHU [...]. (Sr. CRISTIANO)

Deve-se ressaltar que existiram outros elementos imóveis e móveis na cidade que contribuíram para a diferenciação de uma área e outra, como já foi apontado. Mas a edificação histórica pareceu o elemento imóvel que mais realçou o contraste dos lugares quando se visualizou o conjunto das edificações nos bairros, e quando se referiu à cidade como um todo. As edificações históricas tornaram-se o elemento comum da imagem pública da cidade. A fala que se segue, do Sr. Reginaldo, pode ser considerada representante dessa ideia. "[...] Eu reconstruiria do mesmo jeito, mesmo padrão até a cor, eu achava que devia continuar com a mesma cor, porque se mudar hoje vai perder a característica que estava há três anos, um ano, antes da enchente, né!". Ao perguntarmos às pessoas informalmente sobre a reconstrução dos casarões, todas interpoladas, respondiam de forma semelhante a mesma ideia: "se não reconstruir da mesma forma, não será mais São Luiz do Paraitinga".

Nessa perspectiva, tem-se como pressuposto que a formação coletiva das imagens emergidas no contexto pesquisado atribuiu à edificação histórica uma posição central de elemento convergente das múltiplas imagens particulares construídas sobre a cidade. A imagem pública desta, de acordo com tal lógica, sobrepôs os elementos coletivos consensuais às imagens particulares, propiciando uma estabilização na imagem da cidade em ruínas e, provavelmente, possibilitando aos vitimados uma reorganização psicológica no contexto de desolação que se encontravam ao perceberem a cidade parcialmente destruída.

Considera-se também que as pessoas, quando se depararam com as contradições do espaço ocupado, selecionam as imagens a serem realçadas. Rivlin (2003) argumenta que, na vida diária, há infinitas imagens construídas a partir da percepção repetitiva das edificações, objetos e pessoas. Na seleção das imagens pelo observador, pode-se supor uma busca de estabilidade no processo de sobreposição das imagens, e a busca da sensação de conforto, segurança e previsibilidade do que está se percebendo diariamente. Quanto mais estáveis as imagens, menos alternância entre as infinitas imagens percebidas e menos atenção despendida com os detalhes dos objetos e pessoas. Esse argumento foi uma das formas de

compreendermos o ofuscamento da divisão espacial para os citadinos luizenses. Tal divisão pode ser percebida, mas dificilmente questionada, em função do nível de atenção que as pessoas atribuem à mesma na vida diária.

Entretanto, a mudança no ambiente e/ou o senso crítico da pessoa perante o objeto observado tem a probabilidade de alterar a estabilidade das imagens pré-selecionadas exigindo uma reorganização permanente dessas. As imagens do ambiente deixam de ficar cristalizadas como se fosse um cenário imóvel, natural, com pouca alternância. Ao contrário, as minúcias são percebidas, as mudanças, as formas, as discrepâncias são eleitas pelo observador como foco. Pode-se apontar que o questionamento daquilo que é observado fomenta flexibilidade na anunciação de juízos rígidos sobre o objeto, atenção diferenciada aos detalhes do ambiente, instiga a busca por novas informações, impele tempo e, em suma, exige mais atenção e interesse daquele que observa em compreender o espaço percebido.

A cidade, então, passa a ser percebida de forma equilibrada entre um lugar e outro, por mais que o citadino tenha a compreensão das diferenças entre os lugares na vida cotidiana, o mesmo não fica de forma permanente refletindo sobre as contradições do espaço. De acordo com (RIVLIN, 2003), somente quando houver alguma alteração no cenário circundante aos citadinos, eles perceberão alguma mudança. A partir dessa concepção, torna-se possível argumentar que as contradições dos espaços ocupados se inscrevem no comportamento das pessoas e no funcionamento da cidade.

No caso de São Luiz, a inundação, ao destruir parcialmente a cidade, impeliu uma mudança no espaço construído das pessoas, realçando a tomada de consciência sobre o ambiente. A destruição da materialidade forjou uma ruptura na imagem pública da cidade histórica, instigando questionamentos, realçando as diferenças sociais, econômicas e culturais dos bairros, provocando sofrimento e movimentando bruscamente a percepção das pessoas a respeito do espaço construído. Dois de nossos depoentes realçam seu sofrimento pela perda material nesse contexto de destruição:

> Fiz magistério nessa escola que caiu, perdi tudo, rodou tudo com a enchente. Uma parte minha, né? Agora sobra uma parte, vou recomeçar tudo de novo [...] Teve gente que nem chegou a ver a casa reconstruída, a casa foi toda destruída, não teve coragem de voltar para ver a casa, foi pra casa de parente, adoeceu morreu e não viu a casa em pé [...] (Sr. NATALINO)

> [..] Aí o vizinho ficava chorando, eu dizia: “não chora não”. Minha casa está debaixo d’água também e eu não estou chorando. Se acabou tudo! Foi punição de Deus, se Deus achou que nós merecíamos perder tudo, então nós recuperaremos o que perdemos [...]. (Sra. PENHA)

No contexto pesquisado, a imagem que se estava construindo sobre a cidade por uma moradora do Bairro Benfica permite que se realizem interpretações sobre as imagens dos lugares. No trecho da entrevista destacado a seguir, a Sra. Rosa refere-se à relação do Bairro São Benedito, área da CDHU, com o centro histórico:

> [...] Ahhh! A gente vai ver uma São Luiz diferente. Porque se você subir lá nas casas populares, eu tenho muito amigo no bairrinho novo que saiu, sabe? Você olha pela janela, você não parece que está em São Luiz, sabe? Parece que você está em uma cidade diferente. É outra visão, não é aquela São Luiz que a gente tem, desde pequenininha. Você entra ali no trevo, você já vê São Luiz. Agora se você olhar na janela das casas lá [casa CDHU], você não vê São Luiz. (Sra.ROSA)

A moradora revela duas imagens da cidade em oposição, uma do centro histórico, consolidada secularmente, e a outra, em processo de construção, dos moradores das casas construídas pela CDHU. A *perspectiva do olhar*[23] mudou conforme o lugar social e espacial em que essa moradora estava inserida. Como mudou a perspectiva visual, progressivamente mudou-se a imagem particular da cidade, mas a imagem pública do centro histórico como referência da cidade permaneceu. Pois essa última, como já foi discutida anteriormente, apresentou elementos coletivos consensuais de vários grupos de pessoas.

Na sequência, quando se perguntou para os entrevistados sobre os principais lugares na cidade destruídos pela inundação, apenas uma entrevistada não elegeu a igreja católica, a praça e seu entorno como os principais lugares afetivos. Perante essa constatação, partiu-se do suposto que as pessoas construíram uma imagem particular da cidade a partir do lugar em que estavam inseridas no contexto global do município, mas o centro histórico era um lugar socioafetivo em comum para a boa parte dos moradores das regiões próximas ao centro. O morador, ao se referir ao local da residência, à imagem construída, relacionou-se com as condições econômicas e sociais do bairro; quando se referiu à cidade, a imagem resgatou os casarões, a praça e a cultura da cidade.

---

[23] Esse assunto foi discutido com mais profundidade na p. 85.

Tem-se como hipótese que o simbolismo das edificações se formou com o conjunto de representações construídas pelas pessoas a partir da vivência, da organização das imagens do espaço percebido, e tais símbolos formaram um conjunto de imagens compartilhadas socialmente. O símbolo do objeto se apresenta na vida cotidiana como instância integrada à materialidade. A separação, nesta análise, foi apenas para título de argumentação. Destaca-se, também, que a estabilidade das imagens de São Luiz do Paraitinga poderia fomentar pontos de vistas acríticos em relação às contradições das áreas ocupadas. Enquanto os símbolos das edificações históricas foram compartilhados de forma socioafetiva pela maioria dos citadinos, a locomoção de uma pessoa, de um lugar para outro, não se dava de forma tão igualitária. O acesso das pessoas em determinados lugares na estrutura funcional da cidade não ocorreu de forma tão livre. Existem condicionantes sociais para tal acesso, as restrições aparecem com mais força, sobretudo, quando envolvem o poder econômico.

No trecho da entrevista abaixo, o morador explicita a contradição no acesso das políticas públicas entre centro histórico, Alto do Cruzeiro e Várzea do Passarinho:

> [...] Quanto a isso, São Luiz é uma cidade assim, por mais que tenha essa identidade cultural muito forte, ela tem uma divisão assim... de bairros, isso é assim... muito diferente até o padrão de atenção que o poder público dá para ele. Como você disse, o Alto do Cruzeiro de ocupação não planejada, eles ficam muito menos assistidos pelo serviço público, sabe? Eles têm vários problemas das encostas e tudo aquilo está no centro... você tem espaço para evento no centro, campo de futebol está aqui no centro, quadra. Agora que vai haver uma primeira semana temática no Alto do Cruzeiro, mas assim a Várzea dos Passarinhos é um bairro periférico também, com exceção do São Benedito que é um bairro na entrada da cidade que tem um padrão assim... com famílias um pouco melhores, economicamente, falando, falar isso é um pouco complicado, sem os pobres, né! Mas tem uma diferenciação muito clara e isso está acompanhada nesse processo de reconstrução infelizmente, ainda não foi superado porque toda a iniciativa do serviço público está, principalmente, no centro histórico, sabe? O Alto do Cruzeiro teve problema sério na mesma época e você não vê solução e nem proposta, né? Do que fazer com essas pessoas, os mais graves foram tirados de lá e levados para a CDHU, que eu achei legal, mas assim! A casa caiu! Ou estava caindo. Agora assim, solução pro bairro pra esse problema é muito [...] (Sr. CRISTIANO)

Além de nossas observações, os relatos descritos, de moradores do Alto Cruzeiro, em estudo realizado por Tomazin (2011), consideraram o próprio bairro também como um local

substancial para o resgate/ a preservação da memória social da cidade. A história da cidade não se restringia apenas aos acontecimentos e objetos circunscritos no centro histórico. O Alto do Cruzeiro também era parte dessa história.

As principais dificuldades elencadas pelos depoentes daquela pesquisa retratavam problemas de infraestrutura, desemprego, precariedade no acesso aos benefícios oriundos de políticas públicas, lazer e outros. Explicitaram a dificuldade em participar das festividades públicas que ocorrem na cidade, o que acaba por configurar uma invisibilidade desses moradores no cenário da cultura oficial local.

Em São Luiz, a relação entre condições material e imaterial são destoantes nas suas formas de manifestação da cultura dos bairros e da oficializada, como por exemplo, no Alto Cruzeiro e no Centro Histórico.

Nesse caso, o bairro formou-se pela ocupação espontânea de pessoas pobres provindas das áreas rurais do município que construíram suas habitações de pau a pique nas áreas baldias do morro, área pouco valorizada na época. O local era desprovido de infraestrutura, mas era próximo do centro da cidade, facilitando o acesso dos moradores a determinados serviços e ao comércio. A situação de pobreza em que as pessoas viviam, somada ao abandono pelos órgãos públicos, configurou uma tipologia das habitações em contraste com as habitações do centro histórico. Tem-se, então, a imagem do morro Alto do Cruzeiro em oposição ao centro histórico, sendo este último legitimado como centro do poder econômico, político e administrativo.

Por sua vez, a contradição material nas áreas contíguas engendrou formas diferentes de gerenciamento do local e do modo de vida. Os aspectos materiais visivelmente ressaltaram aos olhos a contradição do espaço. No centro histórico, o órgão público construiu equipamentos urbanos e os definiu como palco para os eventos culturais. Ao contrário, no Alto do Cruzeiro, não foram instalados equipamentos equivalentes, e, até o momento desta pesquisa, havia trechos de ruas, nesse bairro, em que o esgoto público estava a céu aberto.

No que tange ao imaterial, o estudo de Tomazin (2011) demonstrou que, além do sentimento de pertencimento relatado pelos entrevistados sobre o bairro, pode-se perceber a

existência de agentes culturais[24] no local e histórias do bairro que envolvia mito, religiosidade e política. Essas histórias compunham um quadro das informações do povoamento do lugar, do modo de vida e da cultura, sendo esses transmitidos pela narrativa dos moradores mais antigos do bairro.

O Alto do Cruzeiro possuía um patrimônio cultural que, segundo Fonseca (2003), não se constituía apenas de documentos, obras de arte, monumentos, museus e outras, mas também das narrativas de um povo. Elementos como "lendas, mitos, ritos, saberes e técnicas podem ser considerados exemplos de um patrimônio" (IBIDEM, p. 69).

A partir dessa visão de patrimônio, considera-se que a cultura e os eventos desenvolvidos pelos moradores do Alto do Cruzeiro tem importância histórica e poderia ser acrescido ao patrimônio cultural oficialmente reconhecido no município.

A cultura e a história do bairro Alto do Cruzeiro, difundidas pelas narrativas dos moradores, não tinham a mesma importância na imprensa se comparadas com a historiografia do centro histórico. Como revelou Tomazin (2011, p.94), "[...] eles se sentem excluídos do município em todos os sentidos. Até mesmo no quesito de serem chamados para apresentarem e terem oportunidades para transparecer a cultura luizense que está presente no Alto do Cruzeiro". A invisibilidade da cultura e da história do Alto do Cruzeiro denota uma relação antagônica entre questões relacionadas à imaterialidade dos objetos, já que existe, de um lado o imaterial oficializado pelo órgão público e, do outro, o imaterial produzido na periferia.

Contudo, mesmo com a maioria das pessoas entrevistadas tendo indicado os casarões, a praça e a igreja matriz como elementos simbólicos socialmente compartilhados, no tocante ao acesso a determinados lugares ou festividades, a permanência e o usufruto de determinadas camadas da população não se deu de forma tão igualitária. Tem-se como síntese dessa discussão que, nos espaços fragmentados, as estruturas habitacionais foram resultantes das produções sociais sobre o espaço e no espaço. As contradições se reproduzem sobre o objeto concreto e seu símbolo, por serem também atividades humanas. Em vista disso, pode haver um tipo de restrição velada ao acesso a objetos e a lugares na cidade.

---

[24] O termo agente cultural se refere às pessoas da comunidade que se empenham na organização, na transmissão, na preservação e na divulgação da cultura popular. Nesse sentido, estão os músicos, os dançarinos, os mestres e os mestres de manifestações populares, como: Folia de Reis, Moçambique, Congada e outras.

Relatou-se que a igreja das Mercês foi frequentada pelos escravos e a igreja Matriz, pelos proprietários dos casarões, assim como o Alto do Cruzeiro recebeu, em sua maioria, os moradores pobres do município, enquanto o centro aglomerou principalmente a camada social abastada. A população que perdeu seu imóvel na inundação teve tratamento diferenciado, conforme estrato social e localização da habitação na cidade. Se, para alguns, a gestão pública construiu o conjunto habitacional, para outros foram disponibilizados recursos para reconstrução da sua habitação, como abordaremos adiante no texto.

Portanto, postula-se que as restrições veladas ao acesso de pessoas e objetos ao usufruto da cidade ocorreram no processo histórico de formação social do espaço da cidade e, mesmo após a catástrofe, os resíduos desse processo permaneceram nas ações dos órgãos públicos, como pode ser identificado na fala do Sr. Cristiano. Retomando, este dizia que o tratamento despendido pelo órgão público municipal para o centro histórico se diferenciou do dado ao Alto do Cruzeiro e Várzea do Passarinho.

A seguir apresentar-se-ão dois relatos distintos do Bairro Alto do Cruzeiro e da cidade como um todo. O primeiro, com a percepção do pesquisador; e o segundo, com a vivência de uma moradora local. As discussões suscitadas pelos relatos enfocaram aspectos distintos do local observado, mas o elemento convergente das duas percepções se refere à contradição social e imagem da fragmentação entre um lugar e outro, a partir das habitações.

5.1.1. O Morro – fragmentos da impressão

Nesse relato, objetivou-se apresentar a impressão de um dos bairros mais antigos do município, localizado em terreno adjacente ao centro histórico, na parte alta do relevo. Esse bairro concentra majoritariamente pessoas economicamente carentes, migrantes da área rural e/ou de outros municípios da região.

Como já apontado anteriormente, o bairro Alto do Cruzeiro tem uma importância cultural e religiosa na cidade, mas também lhe é imputada uma representação carregada de

comentários negativos ligados à pobreza e à marginalidade[25]. Contudo, diante dos paradoxos desse local na cidade, por meio de sua descrição, foi possível suscitar indagações a respeito da contradição do padrão das edificações em relação ao centro histórico, que agora discutir-se-ão a partir das anotações feitas em diário de campo.

> Visitei[26] o bairro Alto do Cruzeiro, situado na parte alta da cidade e acima do centro, de forma contígua. O bairro caracterizava-se por habitações de baixa renda e com vielas, assemelhando-se aos bairros pobres de outros centros urbanos, retrato da imagem do cortiço no primeiro momento da industrialização no país, apenas uma aproximação, em função da tipologia das ruas e becos. Não percebi na arquitetura das casas uma aproximação estética e tipológica com as casas do centro histórico. As casas são dispostas em ruas estreitas, denotando ausência de planejamento, tanto da habitação como das áreas ocupadas. Quase todo o bairro se encontrava na encosta do morro. Algumas habitações estavam situadas no topo e a maioria no perímetro do morro (encosta), área com uma topografia irregular e um declive acentuado. Tipicamente ribanceira. Pela tipologia das habitações e das ruas, parece que o bairro teve um crescimento desordenado e espontâneo, fato costumeiro em todas as cidades brasileiras, provavelmente devido ao êxodo rural e/ou crescimento vegetativo das famílias e rede familiar – uma família, aos poucos, vai abrigando seus outros familiares de outras localidades. No mesmo terreno se constroem várias habitações (aglomerados habitacionais) cujos moradores são ligados pelo vínculo de parentesco. O movimento na rua pareceu diferenciado, em comparação com o costume dos bairros de cidades pequenas oriundas de uma tradição rural. Havia poucas pessoas nas ruas, principalmente crianças, contudo era período de férias escolares e, normalmente, as crianças nessas localidades utilizam as ruas para brincadeiras durante esse período. Considerei que essa ausência das pessoas e crianças nas ruas era um reflexo da inundação da cidade no comportamento das pessoas. Como a cidade ainda estava em ruínas e passando pelo processo de reconstrução, pairava uma desorientação momentânea no modo de vida daqueles citadinos. Em torno de 30 minutos, andando em linha reta, atravessei o bairro; há várias vielas, algumas sem saída. Quando passava pelas ruas, me perguntava como as pessoas daqui avaliariam a cidade? O que pensariam do centro histórico? Não conversei, nesse dia, com ninguém desse bairro, até porque as pessoas que me viam andando na rua ficavam desconfiadas de um transeunte estranho tirando fotos de algumas casas. Ficava muito artificial parar para perguntar sobre o bairro. Era óbvio o estranhamento da pessoa com o desconhecido. Contudo, percebi um fato interessante a partir da visão panorâmica que aquele bairro propicia da cidade. Ao olhar de forma horizontal para toda a cidade, a partir daquela perspectiva que me encontrava, percebia nos quatros cantos da vista aérea de morros (cume das serras) formando no conjunto uma forma geográfica parecida com uma cruz.

[25] Sobre esse assunto verificar a pesquisa de Tomazin (2011).
[26] Observação realizada em 20 jan. 2011, um ano e 19 dias após a enchente.

Foto 13. Morro do Alto do Cruzeiro visto pela entrada principal da cidade. Fonte: Autor

A perspectiva propiciou também a vista panorâmica do centro histórico, situado abaixo desse conjunto de morros (serras). Perguntei-me se os quatro cantos – lugares da cidade – possuíam características diferenciadas no que se referia ao processo de ocupação. Conjecturei que provavelmente há uma relação do crescimento da cidade com as limitações impostas pela tipologia do relevo. Desta forma, a área urbana foi se espraiando em áreas descontínuas do cenário histórico. Os agentes dessa expansão, provavelmente, diferenciaram-se no tocante a algumas questões: do interesse público da comercialização da área, do interesse privado, das resoluções judiciais de inventário de terra, do setor imobiliário, entre outros motivos. Em alguns pontos, o bairro Alto do Cruzeiro possibilitava a vista panorâmica das áreas urbanas e da sua fragmentação. Havia outra indagação: historicamente, a construção no topo do morro, nas cidades interioranas, era ocupada pela igreja, como forma de poder, aproximação com o céu, e o morro tinha uma posição estratégica de controle (a partir da visão panorâmica das áreas e do simbolismo do poder). Por que o centro histórico está em baixo? As elites da cidade não ocuparam os morros? Seria menor risco ocupar as planícies do que os morros? Na volta, conversando com um artesão da cidade, ele me disse que existe uma área próxima à cidade em que deveriam fazer um estudo geológico para se construir uma outra cidade, aos poucos, pois é uma área com pouco risco, mas não tinha nenhum

conhecimento de algum estudo dessa área supracitada. (Diário do Pesquisador)

Foto 14. Foto panorâmica do Alto do cruzeiro. Fonte: Projeto Encontro com o Folclore – UNICAMP, 2001. http://www.unicamp.br/folclore/folc7/relatori/relatorio.html

A indagação de por que as elites não ocuparam o morro em São Luiz do Paraitinga pareceu substancial para início da discussão do relato acima. Segundo Tuan (1983), as principais religiões difundidas para toda humanidade tem como pressuposto que o Ser Supremo (Deus) está no céu, em uma posição superior na perspectiva espacial de alto e baixo. Muitas cidades antigas e medievais tiveram a sua arquitetura baseada nessa ideia – os lugares altos e habitações altas (com mais de um pavimento) indicavam uma relação de superioridade a aqueles que estavam em baixo. Porém, esse autor comenta que algumas cidades modernas subverteram essa lógica: a posição de alto e baixo manteve o simbolismo de poder, mas deslocou de posição, sai da localidade ou relevo para o objeto construído (edificação). Ou seja, não importava construir a edificação em lugares altos, topo de morro, mas sim construir casas, monumentos e/ ou prédios cada vez mais altos.

A transição dessa relação de perspectiva do relevo para a edificação não foi despretensiosa, os arquitetos e planejadores urbanos perceberam que os principais recursos como: água, solo apropriado, vegetação e outros, encontravam-se com mais facilidade na planície do que nos morros. Na relação morro e planície, a área plana oferecia mais facilidade com menos gastos para construção de infraestrutura e para manutenção do ambiente.

Nessa lógica, tornou-se possível compreender os motivos que levaram os estratos mais abastado do município de São Luiz do Paraitinga a ocuparem as planícies ou várzeas ao invés do morro. Na várzea, essas pessoas estavam mais próximas do rio, era mais facial construir as vias de locomoção e, sobretudo, essa localidade beneficiava a construção da infraestrutura urbana com menor custo. A primeira intervenção do império no vilarejo "orientou um empirismo geográfico do sítio escolhido, da topografia e do rendimento imediato da instalação" (TRINDADE, 1977, p. 22). Tal intervenção se configurou em introduzir o planejamento urbano na área plana próxima ao rio Paraitinga.

O Estado, ao construir seus prédios e monumentos na proximidade do rio e no entorno da praça, orientou o processo de valorização daquele espaço em detrimento dos outros. Em decorrência dessa orientação estatal, o maior número de casarões tombados como patrimônio histórico e arquitetônico situa-se nessa área ou em sua vizinhança, e passou a constituir o centro histórico e administrativo do município.

Ressalta-se que essa relação entre morro e planície não ocorreu de forma tão linear, pois na planície de São Luiz do Paraitinga, anualmente, há problemas com enchentes, morar na várzea também tem um ônus. Mas, apesar da dificuldade em morar na várzea, foi essa área que os grupos familiares pertencentes ao estrato social mais abastado ocuparam majoritariamente.

Por dedução, mesmo tendo ônus pelas enchentes anuais, essa área oferecia também vantagens sociais e topológicas em relação ao morro. Na várzea, fisicamente, existia a possibilidade de enchente e, socialmente, o prestígio e o *status* social; e, no morro, a topografia favorecia o deslizamento, a dificuldade no acesso e na manutenção da área e, no aspecto social, atribuía um desprestígio da família perante a sociedade.

Nesse sentido, o simbolismo da perspectiva, do baixo e do alto, permaneceu na cidade, mas vinculado relativamente ao relevo topográfico. A tipologia da edificação (alto e baixo) ou um pavimento e dois pavimentos passou a reproduzir o simbolismo do poder. As famílias mais abastadas construíam casarões (dois pavimentos) e, as menos abastadas, casas comuns (um pavimento). Então existia a relação hierárquica entre um pavimento e dois pavimentos na mesma área e, ao mesmo tempo, havia a valorização ou a desvalorização social

entre os moradores da planície central e os moradores do morro. A tipologia comum das casas das famílias pobres nessa região central da cidade era de um pavimento e localizada no morro, enquanto os mais abastados tinham casas com um ou dois pavimentos situados na planície ou arredores. Assim, tornou-se possível inferir, a partir da compreensão desse processo histórico, como a localização das edificações e sua tipologia simbolizavam prestígio ou desprestígio.

Desse modo, também se tornou possível afirmar uma divisão espacial estrutural na cidade, a qual remonta às primeiras intervenções públicas no local. Os espaços foram ocupados a partir de uma relação de poder econômico e poder político. Essa divisão se apresentou com tanta naturalidade que as pessoas a veem sem questionamento. O citadino identifica as divisões na cidade, mas lhe passa despercebida a contradição no processo de ocupação do espaço.

O bairro Alto do Cruzeiro pode ser um exemplo dessa contradição da ocupação do espaço. Bairro formado desde o processo de escravidão, provavelmente por escravos libertos, estes, sem terra para morar, migraram para a cidade, construindo suas moradias no topo do morro, onde havia uma topografia irregular com risco permanente de deslizamento e de difícil acesso para locomoção e para construção.

Os ricos ficaram nas planícies, com uma topografia regular, mas com risco sazonal (enchente na época da chuva). Essa contradição aparece na fala abaixo:

> [...] Tudo igual, eu não troco cor nem raça. Podia estar hoje com uma casa lá em cima, e ele (morador do Morro Alto do Cruzeiro), aqui em baixo. E daí? Quem mandou você morar lá em baixo? Quem mandou você morar lá em cima? Se, mora em cima, pode rodar o morro. Se mora embaixo, vê sua casa encher de água [...] (Sr. Natalino)

Após a catástrofe, explicitou-se uma transição na relação hierárquica do espaço ocupado na cidade, que relaciona, indiretamente, o simbolismo planície *versus* morro e, diretamente, a tipologia da habitação entre pública e não pública, um pavimento e dois pavimentos. Esse processo (re)atualizou os resíduos históricos da hierarquia do espaço entre sobrado e casa, e áreas fomentadoras de prestígios *versus* áreas com desprestígios.

Na construção dos conjuntos habitacionais, as pessoas pobres que perderam as casas com a enchente receberam as habitações construídas pelo poder público (padronizadas). As

famílias mais abastadas estão aguardando a liberação da sua casa para a reforma ou reconstrução, de acordo com as normas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e/ou Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat).

A vivência diferenciada no tratamento recebido dessas famílias não leva a concluir que o sofrimento das pessoas ao perderem suas casas varie conforme a renda. Independente da questão econômica, as pessoas sofreram muito com a destruição de seus bens e cada uma lidou com a perda de acordo com as suas experiências pessoais e estrutura psicológica.

O tratamento dado pela gestão pública aos estratos sociais foi distinto no tocante à localização do imóvel e à renda. As experiências posteriores com a perda do imóvel foram diferenciadas considerando as experiências pessoais (particularidade) e os aspectos socioeconômicos. Os relatos dos moradores da cidade, a seguir, explicitam essa situação antagônica das experiências da perda por estratos sociais diferentes[27]:

> a) A senhora Leonora sofre com doença óssea crônica, o que impossibilitava a sua locomoção em terreno acidentado, escadas e longa distância. Ela perdeu a sua moradia, e a prefeitura aloco-a no sobrado da CDHU com financiamento de acordo com a renda familiar de um salário mínimo. Aparentemente, o poder público estaria cumprindo a sua função, mas a compra do sobrado se deu através de um financiamento, não foi uma doação. E, também, não atendia às especificações para pessoas com deficiência física, além de situar-se longe dos equipamentos urbanos e dos antigos vizinhos. Dentre os inúmeros problemas que essa senhora estava tendo com a nova habitação, acrescenta-se o seu sofrimento pela perda do imóvel antigo, o sofrimento do lugar alheio aos seus costumes, o custo social (NEVES, 2004) em morar em lugar desassistido pelas políticas públicas.
>
> b) A senhora Bárbara perdeu sua casa no centro da cidade, estava morando com familiares e aguardava a liberação do órgão público para reconstruir seu imóvel seguindo o mesmo padrão arquitetônico tombado como patrimônio histórico. O sofrimento da perda, paulatinamente, foi se intensificado para essa senhora, por ver o que restava do seu imóvel cada vez mais em estado de degradação, uma situação sobre a qual não tinha autonomia. Contudo, esse caso era diferente do caso da senhora Leonora, pois a sujeição ao custo social não lhe era atribuída e lhe foi garantido, apesar do atraso, o direito à sua propriedade e a permanência relativa em seu local de origem na cidade.

Portanto, a questão dos casos das senhoras Leonora e Bárbara não está apenas no

[27] Dados coletados em conversa informal.

sofrimento pela perda provocado pela inundação, mas na forma desigual com que se apresenta o tratamento das pessoas, explicitando os resíduos históricos da contradição social.

Aqui, podemos resgatar também o comentário informal da senhora Maria quando disse, em relação às casas do centro histórico, que o dono é o governo, e que aquelas pessoas apenas tomam conta. Essa fala deu a oportunidade de apontar a ingerência do Estado sobre a propriedade privada quando o interesse se refere à memória da cidade; à importância da habitação para a constituição das referências culturais da cidade; assim como o tratamento diferenciado a partir da habitação para os que têm casas no centro histórico e os que não têm.

O Estado defendeu o interesse da coletividade, representado pela memória da cidade. Essa posição não deixou de ser verdadeira, mas a contradição da ação do governo se apresentou logo na sequência, ao tratar os segmentos sociais de forma diferenciada: para os mais pobres, ações padronizadas desconsiderando a realidade de cada morador e a localidade em que os mesmos residiam.

A inundação destruiu o centro da cidade, espaço apropriado comercial ou domiciliarmente pelo segmento abastado da cidade. Como esse espaço estava inscrito no imaginário do citadino e, também, concentrava a atividade econômica do turismo e do comércio, emergiu um desejo coletivo de reconstrução que transcendia as fronteiras sociais. As pessoas se engajaram na reconstrução devido à manutenção do emprego ou da atividade de trabalho, mas também pelo sentimento de solidariedade com a perda do outro. A reconstrução apresentou-se como forma de compartilhamento social do sofrimento provocado pela destruição.

Essa ajuda teve um caráter simbólico, pois contribuiu para ressignificar a relação do corpo para a cidade, pois o que subsistiu após a tragédia, no âmbito simbólico, foram os elementos subjetivos construídos na relação espaço, casa, corpo, como já foi discutiu anteriormente. Conjectura-se que esses entes não estão separados (LEFEBRE, 2006). Dentro da cosmologia dos povos originários, a noção de pessoa não estava vinculada ao corpo individualizado da sociedade ocidental. Nesta última, a noção de corpo é uma produção cultural, pois há sociedades em que não existe a noção de corpo. O corpo é definido a partir da noção de pessoa, “é um olhar lançado pela pessoa nas sociedades humanas, que lhe baliza

os contornos sem o distinguir, na maior parte do tempo do homem que ele encarna" (BRETON, 2011, p.40), e o pensamento racional separa esses elementos como entidades autônomas.

No dia a dia, apesar das pessoas conceberem o espaço, a casa e o corpo como entes separados, a vivência, a necessidade, a utilização dos sentidos e as diversas motivações humanas diárias estreitam essa relação de forma concatenada: o espaço, entidade maior, envolve a casa e o corpo. Por sua vez, a casa passa ser o representante concreto das necessidades elementares do corpo, como: sonho, desejo, abrigo, privacidade. O corpo, nessa tríade, funciona como microcosmo de todos esses elementos, sendo assim produto e produtor de outros corpos. Apropriando das argumentações de Lefebvre (2006), o corpo produz outro corpo via reprodução sexual. O corpo se autoproduz, via desenvolvimento físico adquirido pela satisfação das necessidades fisiológicas. E, por fim, o corpo se relaciona com outros corpos, agindo sobre o espaço e no espaço, dando significado às suas ações e construções. Compreendemos que o cuidar do ambiente, do imóvel, do outro e de si mesmo passa pelo cuidado com o corpo.

Nessa lógica, a cidade, como uma construção humana (BERQUER, 2000), está marcada e significada no corpo dos citadinos. A destruição dessa produção humana, ou seja, a cidade parcialmente em ruínas permite afirmar, mesmo que temporalmente, a emergência de uma desconstrução da imagem e do sentido da cidade e da vida para os próprios moradores, pois instalou uma tensão na perspectiva dos vitimados, traduzida nas frases: O que sobrou? E o que será de nós agora? Como nos diz o Sr. Natalino nos trechos abaixo:

> [...] Psicologicamente, a gente não tem onde se espelhar. A gente tenta levar, a gente tenta esquecer, a gente fica meio sem saída, né? [...] Sonho. Sonho voltar no lugar que era antes. Não sei quando, mas eu quero morar no lugar de novo *[mesmo lugar]* [...] A gente sente muito assim, perdeu uma casa, perdeu um lar, não é aquela vida anterior, aquele cantinho que a gente estava acostumado, né? Muda o comportamento, vai voltar lá, readaptar de novo, vai ter que ter uma readaptação, né? (Sr. NATALINO)

A ideia da reconstrução foi substancial para a retomada da perspectiva da vida na cidade, e tal ideia teve sucesso porque havia a necessidade da retomada da atividade econômica da cidade e, por conseguinte, as atividades de trabalho e lazer para cada citadino.

Mas o citadino também necessitava compartilhar as suas tensões com o outro, demonstrar o seu sofrimento e a sua compaixão de forma coletiva, pois, dessa forma, tinha a possibilidade de reelaborar a relação espaço, casa e corpo.

5.1.2. A Cidade e o Morro: Parceiros invisíveis

A destruição das edificações não destruiu o invisível da cidade; pelo contrário, criou-se força para uma reconstrução. Se há uma força para a reconstrução, não podemos descartar que esteja também ocorrendo, no espaço social, reprodução das desigualdades históricas nas novas formas de reorganização do espaço, como, por exemplo, no caso dos conjuntos habitacionais.

Conforme a cidade se desenvolveu, aos poucos, o espaço social sofreu divisões que, aparentemente, misturaram os estratos sociais. No entanto, determinados objetos, em sua função concreta ou simbólica, demarcaram a divisão social, como se pode perceber no relato abaixo, sobre o bairro Alto do Cruzeiro.

> Durante a entrevista com a senhora Rosa, uma vizinha chamada Maria adentrou a casa daquela e ficou ouvindo a nossa conversa. Logo percebi que as duas tinham uma relação de amizade, pois a entrevistada não se sentiu intimidada com a presença de sua amiga e continuou a sua fala normalmente. Em alguns momentos, desenvolveu-se um debate com a amiga, indicando que ela tinha uma visão contrária à sua. Mas a amiga não entrou no jogo sutil de sua colega, ficando em silêncio. Terminada a entrevista, Maria me perguntou do que se tratava a pesquisa. Sentei-me próximo a ela e expliquei os objetivos e procedimentos da pesquisa. Feito isso, ela, que aparentava ter em torno de 40 a 45 anos e possuía bastante conhecimento da história de São Luiz do Paraitinga, me fez supor que estava atenta às questões locais e se interessou pela pesquisa. Diante dessa impressão, expus com mais detalhes os objetivos do trabalho. Maria, em seguida, iniciou uma conversa informal comigo. Reproduzo alguns aspectos e principais ideias que foram relevantes para nossa discussão. Maria disse que a cidade tinha que ser reconstruída no mesmo lugar e da mesma forma, senão perderia as suas raízes, a sua identidade. Disse que em 1996 perdeu a sua casa em um desmoronamento devido à chuva no início daquele ano. Na enchente de 2010, não perdeu nada, pois a água não chegou à sua casa. Mas, após a perda da casa em 1996, havia construído uma nova casa em outro bairro. Comentou que educava a sua filha para não jogar nada no rio, pois o homem poluía cada vez mais a

natureza e interferia no curso natural do rio. Seu avô, quando vivo, contava que o curso do rio Paraitinga era em frente à igreja Matriz, desmoronada pela inundação de 2010. Aos poucos, as pessoas foram construindo casas na margem do rio e mudando seu curso. O rio era largo e raso, passando a ser estreito e fundo. Dizia seu avô que os antigos acreditavam muito em lendas, e que o bairro Alto do Cruzeiro teve as primeiras habitações construídas pelos escravos – era o lugar em que os escravos moravam. Relatava que os escravos haviam construído sobre uma pedra, com formato de um dragão. Nesse momento, a senhora a Sra. Rosa corrigiu a sua fala, dizendo que era uma cobra. A senhora Maria indagou: "Será que, talvez, encontraram fóssil de dinossauro? E por isso, a lenda que todo o morro do Cruzeiro estava em cima de uma cobra ou dragão?" Dessa forma, concluiu ela, explicavam tudo com mitos e lendas. Alguns dizem que houve essa enchente (2010) em função da adoração do Saci na cidade. Os mais velhos dizem que desde que começaram a adorar o Saci na cidade começou a desgraça, inclusive a enchente. A Sra. Maria, ao enunciar vários pontos de vista sobre a cidade, entrou em conflito de opinião com os pontos de vista da Sra. Rosa. Nesse momento, as duas mulheres iniciaram uma discussão. Entre as questões mais importantes, as convergências das ideias foram: a cidade era tranquila, era importante para as raízes culturais; passaram a infância em São Luiz do Paraitinga; tiveram experiência em morar em outras cidades; retornaram porque gostam da cidade. Divergiam, principalmente sobre a reconstrução do centro histórico. Para a Sra. Rosa, a cidade está sendo deslocada para outra área e, no futuro, vai haver um centro novo e um centro velho (centro histórico). Disse que o projeto da prefeitura é esse. A Sra. Maria apesar de não duvidar dos argumentos da amiga, achava que deviam reconstruir o centro histórico da mesma forma, igualzinho. Questionei se não viraria apenas um cenário, como se fosse um teatro. Ela respondeu que não tinha importância, poderia ser um cenário, mas faria parte da história da cidade, ela teria o que mostrar para sua filha. Caso isso não ocorresse, mudasse a tipologia das casas no centro histórico, não teria o que falar para sua filha. Na sequência, relembrou as histórias de seu avô, que dizia que, em 1933, na revolução constitucionalista, o exército construiu a ponte sobre o rio Paraitinga ao lado do centro histórico que até então, para ele, não era centro histórico. Era um lugar perto do campo de futebol, onde o exército construiu várias casas para os soldados, todas iguais. Algumas dessas casas ainda permanecem, outras já foram mudadas. Isso faz parte da história e era importante o repasse desse acontecimento para as crianças. Da mesma forma, apesar de não concluir seu raciocínio, quis dizer que também os casarões eram importantes para a história. Questionei sobre quem morava no casarão e por que as pessoas foram morar no morro. Ela respondeu que quem morava nos casarões eram os barões, coronéis e agora luizenses que descendem daqueles. Hoje, são todos pobres, mas têm ainda uma empáfia – basta você visitar o cemitério que vai perceber nos túmulos várias pessoas "nobres", com o nome da nobreza. Agora, boa parte da cidade foi construída pelos escravos. Na rua da igreja das Mercês, há duas subidas e poucas pessoas sabem para que serve! Foram os escravos que construíram para a enchente não chegar às casas. Quem morava no morro eram os escravos. Os pobres no morro e os ricos em baixo, nos casarões. Nessa enchente, misturou tudo nos primeiros dias porque se viam pessoas mais abastadas comendo marmita junto com os pobres na fila da assistência social. (Diário do Pesquisador)

Esse diálogo leva a afirmar que, por baixo do que era aparente (superfície) da cidade, existe a explicação popular para a hierarquia do espaço. Esta se apoia nas lendas sobre os escravos e a nobreza, nas crenças e na vivência do local. Em seu bojo, de forma direta, tais comentários explicitam antagonismos sociais, contradições do espaço, coparticipação de segmentos da população na construção da cidade. Sobretudo, revelam aquilo que estudos ligados à Psicologia Ambiental denominam de identidade social do lugar – o lugar está marcado em nós de forma inseparável, carregamos uma multiplicidade de lugares que compõem o cenário socioafetivo das nossas lembranças.

De acordo com (TWIGGER; UZZEL apud FREIRE; VIEIRA, 2006), o processo de identidade de lugar é condicionado por quatro princípios: distinção, continuidade, autoestima e autoeficácia.

– No caso das interlocutoras, a distinção refere-se à especificidade do relacionamento que a moradora tem com o ambiente nativo, ou seja, com a cidade de São Luiz do Paraitinga, distinto de qualquer outra relação ambiente/pessoa que já experienciou. A continuidade se revela na necessidade que há em preservar o ambiente com o qual se identifica, pois há uma relação entre a manutenção do espaço e a do próprio indivíduo. Destruir o espaço em que foram construídas as lembranças provocaria rupturas no processo de identidade. Isso explica o motivo da reivindicação da moradora de reconstruir as edificações históricas da mesma forma.

A autoestima diz respeito à capacidade de o ambiente influenciar na relação de estima dessa pessoa, como, por exemplo, as tradições, as festas, o cenário histórico e outros elementos da cidade, que propiciam à moradora conforto e gratidão em morar ali. Esse sentimento, no entanto, diz respeito à cidade como um todo, pois, quando ela se desloca do contexto global para o específico, local da moradia, habitação em área de risco, a lógica subverte-se. A imagem negativa da área em questão provoca baixa autoestima. É possível perceber, portanto, uma alternância na relação autoestima entre pessoa e lugar: conforme se muda de perspectiva, o mesmo ocorre com o sentimento relativo ao espaço.

– No caso da autoeficácia, o ambiente pode facilitar ou dificultar as atividades do dia a dia dos moradores no que se refere à tipologia da habitação, do mobiliário, da

localidade, da mobilidade, dos transportes, das vias públicas e outros. Nesse item, não foi possível fazer alguma conjectura, visto que isso envolve um conjunto complexo de elementos do espaço que não são passíveis de serem investigados na situação de entrevista.

Partindo dessa referência, é possível afirmar que a relação socioafetiva com a cidade como um todo era mais forte do que a relação com o bairro onde a moradora em questão residia. Havia uma sobreposição da imagem pública do lugar sobre a representação específica do local (bairro). A cidade era uma das peças centrais da sua identidade e a destruição pela enchente configurou-se como um ataque às suas raízes históricas.

Outro desdobramento dessa discussão se refere à hierarquia dos espaços na cidade. O bairro Alto do Cruzeiro teve um processo de ocupação urbana pelos escravos e durante décadas o morro, “espaço renegado” mas legitimado pelo poder público, serviu de morada para os trabalhadores rurais, migrantes desempregados, população pobre do município. Tamanho o sentimento de abandono e carência econômica de algumas famílias dessa localidade que, na pesquisa de Tomazin (2011), houve relatos de pessoas desse bairro denunciando a dificuldade em se conseguir emprego em São Luiz do Paraitinga.

Paradoxalmente, a enchente, apesar de trágica, teria proporcionado oportunidade de trabalho e revertido a necessidade de alguns moradores buscarem-no em outras cidades ou regiões. A tragédia natural na cidade “melhorou” sua tragédia social, ao proporcionar novas condições de trabalho e moradia para uma população com dificuldade de acesso aos possíveis benefícios propiciados pela política pública (SCARCELLI, 2011) local. Ressalta-se também que a divisão histórica dos ambientes habitados permaneceu intocada.

5.2. A Cidade na Pessoa: Possíveis efeitos psicossociais

A cidade de São Luiz teve problemas com a reconstrução pós-enchente 2009. Muitos casarões no entorno da praça continuaram interditados, algumas pessoas não puderam reformar a área da habitação, que está degradada ou em ruína, e isso tem causado transtornos para algumas famílias, principalmente aquelas que têm pessoas idosas e moraram décadas

naquelas edificações. Comentários nesse sentido foram identificados, tais como: os moradores idosos estão em crise por não poderem fazer nada diante de suas moradias que vêm sofrendo desgaste acentuado há um ano pelos efeitos da chuva e do sol. Ou seja, eles não têm autonomia sobre a sua própria casa.

Importante ressaltar que há estudos desenvolvidos sobre catástrofes[28] ambientais em outras cidades que procuram classificar e quantificar dificuldades psicológicas que emergem nesses momentos. Houve cidades em situação de catástrofe nas quais pesquisadores identificaram a emergência de 144 tipos de problemas psicológicos (informação verbal)[29] na população local.

Em vista da amplitude que o desastre pode causar em uma sociedade, Valêncio (2011) alega a existência de um consenso sociológico de que o desastre configura um acontecimento social trágico com desdobramento simbólico e concreto nos vitimados, de tal modo que:

> [...] Tanto no plano simbólico quanto concreto, um fenômeno de desastre circunscreve múltiplas e diferenças vivências, de tal sorte que as afetações num desastre não são as mesmas para um comerciante, com a dor que passou com a perda da mercadoria; para uma dona de casa, na destruição de sua moradia [...] para um idoso, na perda de seus objetos de valor sentimental que exprime uma trajetória de vida [...]. (VALÊNCIO, 2011, P. 22)

Embora não faça parte dos pressupostos e objetivos desta pesquisa quantificar ou classificar problemas psicológicos de pessoas vitimadas, cabe uma correlação: a emergência de problemas desse tipo, que expressam sofrimento mental, bem como o aumento de óbitos de pessoas idosas, parece aumentar a sua incidência em situações de desastre dessa natureza.

Os relatos informais indicam que os idosos estavam tendo quadros de crise depressiva e desenvolvendo doenças cardíacas e respiratórias. Em conversa com os

---

[28] Nos estudos desenvolvidos pela Psicologia de Emergência e Desastre, discutidos no Conselho Federal de Psicologia em 2011, o desastre, seja ele ambiental, socioambiental ou social, tem correlação com a gestão pública no que diz respeito à forma como são gerenciadas as políticas públicas antes, durante e após a catástrofe.

[29] Informação proferida na palestra do psicólogo Cássio Rogério Dias Lemos Figueiredo, em 10 de outubro de 2011, no I Seminário Estadual: Psicologia em Emergências e Desastre: Atualidades e Perspectivas. Evento realizado pelo Conselho Regional de Psicologia-06 (São Paulo).

profissionais da área da saúde[30], o diagnóstico dessas mazelas, em sua grande maioria, é atrelado a problemas de ordem física provocados por causas adversas, mas tais profissionais comentavam a coincidência dos óbitos em pessoas idosas após a catástrofe, assim como o aumento do índice ou da gravidade de certas doenças nessa população. Pairou, então, uma dúvida: essa população não estaria morrendo em função das perdas ocorridas pela enchente em 2010?

Defende-se que sim, pois os relatos informais explicitaram as situações difíceis que as vítimas da inundação sofreram, seja pela perda material, seja pela situação de humilhação que vivenciaram durante e após a catástrofe. Diante do vigor das informações e da profunda expressão de dor que algumas pessoas apresentaram no ato da conversa, decidiu-se elencar algumas situações que podem ter fomentado, nessas pessoas, principalmente, a angústia, o medo e a desorganização.

– A senhora Bromélia relatou que a sua família ficou morando no carro durante quatro dias; não tinham para onde ir, os abrigos improvisados pela prefeitura estavam cheios, não dava para todo mundo. Ficou esperando a água abaixar para poder entrar em sua casa novamente. Desde então, tem muito medo das chuvas e aumentou os seus problemas físicos relacionados ao coração e à diabete, e sente-se muito angustiada.

– A senhora Patrícia relatou que, quando a água baixou, entrou em sua casa e havia perdido quase tudo. Para sua felicidade, encontrou um álbum de fotografias de batizado e conseguiu recortar o rosto de algumas fotos para ter a lembrança do evento. Com uma fisionomia de muita tristeza, comentou que a água havia levado todo o passado; tem muito medo dos filhos ficarem na rua quando está chovendo.

– A senhora Carla relatou que, sempre que chove, fica preocupada com uma nova enchente do rio Paraitinga. Imediatamente vai para a rua e fica observando atenta e com medo o volume da água do rio.

– O senhor Joaquim disse que, quando estava na pensão (abrigo da prefeitura) esperando as casas serem construídas, ele e os outros inquilinos chegaram a beber água podre,

[30] Essas informações foram repassadas por uma psicóloga e enfermeira que trabalhou voluntariamente no atendimento dos vitimados durante e após a enchente.

água da cacimba que estava misturada com a água do rio, e várias pessoas ficaram doentes. Por um longo período após a inundação, ele teve que tomar antidepressivo em função do sofrimento mental provocado pela catástrofe e pela situação de humilhação que vivenciou após a inundação.

Muitas pessoas não conseguiram relatar as perdas, visto que as lembranças evocadas remetiam às situações vivenciadas durante o evento: inundação provocada pela enchente. Falar da mesma era resgatar também a dor da perda. Dessa forma, diziam sempre que perderam tudo, utilizando o silêncio como uma forma de comunicação, o qual poderia ser interpretado como mecanismo de evitar a verbalização da tragédia e/ou retardamento da evocação das lembranças desagradáveis.

Apesar de alguns relatos apontarem explicitamente o medo da ocorrência de uma nova enchente, a maioria das falas denotava ser natural a enchente anual com a expressão: “Já estou acostumado!”. Mas, nas expressões físicas e nas falas sobre esse evento, transparecia uma preocupação, um medo da recorrência da catástrofe. Deduziu-se uma possível emergência ou manutenção do estado psicológico em constante alerta (um sentimento de medo que não desaparecia), uma preocupação constante que levava essas pessoas a ficarem em estado de tensão, podendo provocar estresse ou problemas de outra ordem.

O desgosto da perda provocou em alguns a incapacidade da reação, porque aquilo que perderam representou a construção de uma vida longa e, na atualidade, não dispunham de vigor físico nem de motivação para reconstruir. Esses casos foram mais comuns entre a população idosa. Talvez porque o estado psicológico da desesperança tomou conta dessas pessoas, elas não acreditaram mais na possibilidade da reorganização da vida, adoecendo a partir de então. O adoecer seria uma forma de reorganização da identidade.

Diante do conjunto de consequências da catástrofe nos atingidos, notou-se que havia um sentimento difuso na população vitimada, associado ao medo, à insegurança de uma nova enchente, ao sentimento de vazio pelas perdas, à angústia e à incapacidade de reação. Esses foram aspectos gerais que configuraram alguns dos possíveis efeitos psicossociais provocados pela vivência da inundação.

Por conseguinte, e paradoxalmente, o assunto enchente era recorrente nas conversas

das pessoas, pois, assim como havia morador que preferiu o silêncio, conforme já se apontou nos parágrafos antecedentes, também havia morador que estava sempre relatando sobre a enchente e seus efeitos na cidade e na vida privada. Este segundo tipo de morador sempre evocou lembranças sobre a casa em que morava ou sobre a cidade como um todo.

A imagem da cidade submersa na água, nos dias em que ocorreu a inundação, era relembrada com a mesma força que a imagem da cidade após enchente, cheia de lixo, barro e com odor fétido. O conjunto dessas lembranças descrevia o desdobramento do evento, elencando as situações e os sentimentos emergidos na situação.

O morador relator do evento propiciava que o ouvinte fosse conduzido pela narrativa dos fatos adentrando nas suas lembranças, percebendo o que lhe era importante: valores, relações pessoais, ideias e sentimentos perante a cidade e os objetos pessoais. No percurso desse trajeto, o interlocutor tinha a possibilidade de construir representações do quadro do evento a partir do testemunho do vitimado.

Assim, as lembranças decorreram sobre o cotidiano dos desabrigados nos dias da catástrofe, sobre a igreja que caiu, da casa sendo inundada progressivamente, da retirada dos objetos, das casas desabando. Após a inundação, as lembranças, mudaram de foco, referiram-se mais ao comportamento e ao sentimento das pessoas e menos aos objetos em ruínas. A dificuldade da limpeza daquilo que havia sobrado nos destroços juntamente com a comprovação das perdas (material e imaterial) provocou um estado de tristeza, lamento, incerteza e desesperança. As lembranças procuravam retratar as diversas expressões do sentimento de quem perdeu algo.

Na sequência do relato, havia também o dizer sobre a vontade de reconstruir, simbolizado pela ideia de ressurreição – morte ao passado e vida para o futuro – o sentimento de que conseguiriam recuperar tudo, pois as perdas foram materiais e não lhes foi retirada a vida (mas era preciso nascer novamente). O sentido que davam era de uma reorganização psicológica na busca da motivação e da força para reconstruir todos os bens materiais novamente. Reconstruir a cidade traduz-se na reorganização dos aspectos materiais que compõem a **identidade de lugar**[31], pois a mesma demandava a manutenção do ambiente

[31] Segundo Freire e Vieira (2006), a identidade de lugar são os modos por que a pessoa simboliza o espaço, a

socioafetivo no qual se estruturavam as principais lembranças dos vitimados.

Narrar o evento para alguns possibilitava, então, o acionamento das lembranças (HALBWACHES, 2011) pessoais daquele que falava: a evocação das lembranças dos outros que vivenciaram a mesma situação; a reorganização do seu estado emocional; a busca de uma explicação; a construção da ideia da catástrofe por aquele que não a vivenciara; a legitimação da verdade do testemunho, pois quanto mais se ouviam relatos iguais aos seus, mais a lembrança se aproximava da verdade dos fatos, sem distorções – a vivência do evento. Esse processo tornou-se uma das formas das pessoas reconstruírem os seus interesses e motivações para com a cidade. A necessidade de narrar o evento tinha, dentre outras relações, a função de superar os infortúnios, afirmar a continuidade do lugar e projetar novos caminhos pessoais.

Entretanto, outro elemento contribuiu posteriormente para a sustentação de uma narrativa coletiva em comum, com extensão para toda a cidade e com recorrência em curto intervalo de tempo. Constou-se que, no conteúdo das narrativas, havia a convergência de situações desdobradas do evento (enchente), quais sejam: as torres da igreja cedendo; o mercado submerso; a praça desaparecida; os casarões em ruínas. Essas imagens amplamente divulgadas na mídia construíram o acontecimento midiático.

O discurso do acontecimento teria ordenado uma verdade (FOUCAULT, 2011)? E qual verdade? A verdade do discurso da imprensa, o qual trazia em seu bojo a separação da fala e do sentimento, a oficialização de uma história do fato, o condicionamento de imagens da catástrofe e, sobretudo, o discurso da imprensa sobrepôs no domínio local interesses múltiplos que transcenderam as fronteiras regionais.

Partindo desse pressuposto, a exposição midiática da tragédia engendrou um discurso oficial em que as lembranças dos testemunhos – as ideias e as imagens – transformaram-se em representações do evento. Tais representações estão na dimensão do discurso e não na vivência do evento, e essas passaram a circular em toda a sociedade. Para legitimar tal acontecimento, a mídia utilizou-se, principalmente, do testemunho dos atingidos, mas também das opiniões dos representantes políticos, dos artistas famosos, de cientistas sociais e outros. A ampla divulgação do acontecimento provocou sensibilização em diversos setores da

---

relação com ela mesma e com o mundo.

sociedade, instigando campanhas nacionais de arrecadação de alimentos, produtos de limpeza e outros materiais e utensílios doméstico. De certa forma, os efeitos da dramatização midiática do acontecimento foi uma forma de legitimar um discurso do acontecimento, e conseguiu atingir o grande público.

As diversas experiências pessoais oriundas da vivência da inundação transpuseram da intimidade doméstica (vida privada) para o circuito social. As pessoas passaram a compartilhar a experiência da tragédia, pois, aos poucos, a relação diária entre as mesmas propiciou que as experiências fossem ajustando-se, equiparando-se, assemelhando-se, confrontando-se, anulando-se, e produzindo um discurso social da tragédia, uma ruptura coletivamente partilhada que atravessou todos os segmentos da cidade; era ouvido em qualquer canto do município e, ultrapassando as fronteiras regionais, quando passou a ser divulgado em massa pelos meios de comunicação.

Todavia, os discursos geraram disputa de sentidos (CARISSIMI, 2010) no contexto da catástrofe, porque, mesmo eles se colocando como verdade oficial, outros discursos circulavam no contexto em questão, ora denunciando o oficial, ora consubstanciando com o mesmo. Tem-se, então, um jogo discursivo que permeou o evento, que pode ser colocado da seguinte forma:

– O discurso midiático possibilitava a criação da imagem panorâmica da destruição, informação, mas trazia em seu bojo *agenciamentos religiosos*[32] (LOPES, 2012), *apropriações culturais*[33] (SILVA, 2011), interesses políticos, econômicos e outros interesses que se sobrepunham aos outros discursos;

– Os discursos não oficiais provinham das testemunhas da catástrofe e buscavam ressaltar sentimento, ponto de vista, cultura, construídos ao longo da morada na cidade. Pode-se comentar que era uma versão particularizada da experiência, aproximando do que Halbwachs denomina de *intuição sensível* – a parte da lembrança que permanece um estado

[32] Para Lopes (2012), os agenciamentos religiosos foram arranjos produzidos no contexto da Festa do Divino Espírito Santo, em São Luiz do Paraitinga, após catástrofe socioambiental. Tais arranjos buscaram resgatar a autoestima das pessoas, valorizando as manifestações de devoção popular, reorganizando o circuito festivo e, sobretudo, resgatando a memória social e a valorização do patrimônio.

[33] De acordo com Silva (2011), o mercado e o Estado tem se apropriado das práticas culturais como nicho econômico, transformando-as em espetáculo, uma forma de produto a ser consumido.

da consciência individual da pessoa. Os vitimados, ao pronunciarem tal acontecimento, deixavam transparecer a feição do desgosto e da dificuldade que a nova realidade impunha em suas vidas. Para aqueles, portanto, não havia até então uma separação entre o discurso e o sentimento, pois as lembranças evocavam um passado em andamento, ou seja, o passado com o olhar, a sensação, o sentimento, o ponto de vista suscitados pela realidade presente.

No tocante às imagens de algumas edificações em ruínas, amplamente circuladas nos discursos dos moradores e divulgadas pela imprensa, estas possibilitaram a indagação: se tal imagem não configurava a emergência de um trauma[34] coletivamente partilhado, ou seja, um trauma social, disponível a todos, pois era presente de forma comum nas falas das vítimas. Será que as falas não contribuíram para o repasse das imagens e dos sentimentos coletivos a toda a cidade, formando uma espécie de corrente da memória social na qual se intensificava a dor pela perda, pois acrescentava a experiência individual à dor do outro?

Aqui, das inúmeras possibilidades de especulação que essa questão coloca, apresentaram-se duas perspectivas que são complementares, mas partem de pontos diferentes, para discussão: a) a lembrança do trauma pelo sujeito vitimado; b) a lembrança social do acontecimento.

A) De acordo com Seligmann-Silva (2008), nós temos necessidade de contar aos outros o trauma de forma tão forte e impulsiva que compete com as outras necessidades elementares. O autor classifica como elementar a necessidade de narrar após uma vivência em situações traumáticas. Narrar o trauma tem o sentido primário do renascer, ligar-se ao outro que existe em si mesmo e aos outros fora de si. Há uma dificuldade de narrar o trauma, contudo o “trauma é a memória do passado que não passa” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p.5).

A narrativa da catástrofe, nessa perspectiva, seria uma forma alegórica de minimizar a lembrança da agressão emocional, superar a dor, buscar explicações pessoais para a destruição. Tais justificativas se apoiaram, principalmente, nos valores religiosos, na tradição e, indiretamente, na gestão pública da cidade. A convicção de que tal explicação foi suficiente para a compreensão da tragédia que se abaterá possibilitou aos atingidos a motivação para

[34] Aqui, a palavra trauma está sendo usada no sentido corrente como abalo emocional capaz de desencadear desordens psíquicas e, em decorrência, somáticas.

superação das circunstâncias (materiais e psicológicas) nas quais se encontravam. O processo de achar uma explicação para a sua situação alterava o ponto de vista sobre si mesmo e seus desígnios. Desta forma, quando narrava a catástrofe, revia seu ponto de vista, sua percepção das coisas, buscava superar o passado para projetar o futuro.

Contudo, os moradores da cidade continuavam no ambiente que foi gerador da lembrança. O funcionamento da cidade, a paisagem, a organização do trabalho, a vida doméstica, o comércio, o patrimônio, as edificações, e outros, impunham um presente descontínuo com o passado, mas, paradoxalmente, impeliam às pessoas a constante evocação das lembranças do evento. Esse mecanismo indicou que a vivência do ambiente propulsor da lembrança tem força para fazer emergir e/ou reaparecer as lembranças (HALBWACHS, 2011) produzidas no mesmo ambiente. Dessa forma, o ponto de vista sobre o passado poderia sofrer alteração, mas a realidade no qual estava inserida era muito recente, evocando aspectos desagradáveis da memória.

Relatos obtidos a partir de conversas informais com familiares de pessoas vitimadas são exemplares para ilustrar tal situação:

a.1) Há família que perdeu sua habitação e, até o momento, não conseguiu construir uma nova e nem acessar a política pública habitacional. Portanto, ao se depararem diariamente com essa situação, a lembrança da enchente se torna permanente, pois existe uma condição concreta que ativa a memória da família desabrigada. Dessa forma, a evocação do evento resgatou um passado (desconcertante) que se atualiza diariamente, falar do mesmo o ressignifica, pois o elemento impulsor desse processo ainda é vivaz na memória, por produzir dificuldades cotidianas na vida da família;

a.2) Determinado comerciante perdeu seu ponto comercial, maquinário e mercadoria na enchente. Desesperançado com a situação em que se encontrava, resolveu recomeçar a vida em outra cidade. Até a data desse relato (março de 2012), o investimento feito em outras atividades de negócio na localidade em que residia fracassou. Esse comerciante se encontrava em dificuldades financeiras e apresentando problemas de ordem psicológica (depressão). Nesse caso, a enchente desestruturou não só a vida material dessa pessoa, mas também desencadeou outras dificuldades de ordem psicossocial.

Pode-se se deduzir, a partir das circunstâncias anteriores, que a lembrança do ocorrido tem uma função de “mito de origem”, ou seja, a todo o momento é acionada para justificar as suas dificuldades atuais e até mesmo o seu insucesso na retomada das atividades de negócio. A busca de uma explicação sobre a sua condição atual de insucesso parte da vivencia da enchente, as etapas antecedentes ao evento são resgatadas com saudosismo e com “dose” de *glamour*, mesmo que não o tenham sido. Assim, parece que a experiência da catástrofe foi um marco, desencadeou situações provocadoras de rupturas nas vítimas, permaneceu pujante nas relações sociais. Tal ruptura se apresenta de forma simbólica como um passado que não passa, pois é revivido diariamente pela lembrança das perdas após tragédia. A destruição das condições materiais que essa pessoa vivenciou fomentou uma ruptura na relação ambiente/pessoa podendo ter produzido momentaneamente uma desordem psicológica no sujeito a partir da perda do referencial do lugar como partícipe da identidade de lugar.

B) A lembrança social do acontecimento vincula-se ao compartilhamento das experiências individuais dos vitimados, mas sua expansão, além da escala local (contexto), relaciona-se com a forma que o discurso da inundação influenciou a percepção das pessoas sobre a cidade.

Dessa ideia, pode-se tirar as seguintes discussões:

b1) a primeira diz respeito à memória social: de acordo com Halbwachs (2011), as representações dos objetos e lugares na memória individual são fruto de uma representação coletiva relacionada à mesma. Precisamos do outro para sobreviver, mesmo que parcialmente, sendo assim, a sociedade é uma construção social. Construímos os objetos, as casas, os lugares, as relações; dessa forma, as lembranças não estão sozinhas, elas resgatam outros personagens, lugares e coisas que fazem parte do coletivo. Partindo desse pressuposto, quanto mais as lembranças são comungadas pelas pessoas que vivenciaram o acontecimento, mais tais lembranças serão intensas e apresentarão explicitamente o seu caráter coletivo. No contexto da tragédia de São Luiz do Paraitinga, diversas situações contribuíram para a construção social da memória coletiva do evento, quais sejam: um grupo de pessoas (mais de

50% da população da cidade)[35] compartilhava da mesma lembrança; o evento coletivamente provocou intensas sensações e sentimentos; a existência de relação afetiva entre as pessoas envolvidas; relação familiar; tradição, vivência integral do evento; relação afetiva com o objeto externo (objetos pessoais, monumentos, casa e outros).

Esse conjunto de atributos circunscreve o quadro da lembrança do evento (enchente em São Luiz do Paraitinga), centenas de pessoas vivenciaram o efeito da irrupção da catástrofe em suas vidas, transformando toda dinâmica cotidiana, mudando a paisagem – algumas áreas transformaram-se em ruínas – até mesmo provocando um estado difuso das relações interpessoais – mudança de comportamento, humor, vestimenta, opinião, crença e outras. Portanto, nesse contexto, há um conjunto de elementos que propiciaram a evocação de lembranças convergentes sobre o evento, essas lembranças se uniram e formou-se a memória social da catástrofe, baseada na narrativa coletiva do fato.

b.2) Em segundo momento, diz-se da transformação do evento (enchente) em um fato jornalístico ou acontecimento. A ampla utilização da tragédia pelos meios de comunicação conferiu uma polarização do assunto durante meses no contexto regional e nacional. O evento ambiental, com desdobramento social, é enfocado em diferentes pontos de vista e imagens, sensibilizando as pessoas fora da cidade e intensificando a recorrência da lembrança coletiva nos vitimados. Como pode ser percebido no trecho da entrevista abaixo:

> [...] Então a cidade paralisou e só que teve um discurso muito forte, que veio de fora com muito força... A gente não acompanhou muito as notícias da TV, em função da nossa situação aqui, o que a gente ouvia é que São Luiz do Paraitinga estava na mídia, imprensa, a toda momento na imprensa escrita, na imprensa internacional, éeh! Aí se para pra pensar, né! Vieram os políticos de todas esferas: regional, governador, federal, né! Estavam aqui! Como pensar que uma cidade de 10 mil habitantes chama tanta atenção assim?[...] (Sr. CRISTIANO)

Os motivos que levaram as empresas de comunicação a escolher a cidade de São Luiz do Paraitinga para alvo dos seus noticiários não são o foco desta pesquisa. A enchente que abateu essa cidade também destruiu boa parte das estradas e casas na zona rural do

[35] De acordo com a Prefeitura Municipal, a população estimada da cidade, em 2009, era 10.908 pessoas. Durante a inundação nos primeiros dias de 2010, a Defesa Civil contabilizou 4.000 pessoas desabrigadas – encaminhadas para abrigos públicos – e 5.000 desalojados – que aguardaram a água baixar em casas de amigos ou parentes.

município de Cunha, muitas famílias ficaram ilhadas por dias. E, este último município não teve a mesma cobertura jornalística que a cidade de São Luiz do Paraitinga obteve. Como hipótese, tem-se, *a priori*, que aspectos como patrimônio arquitetônico e histórico, cultura, festas populares e conjuntura política foram determinantes nessa escolha. Mas seria necessário realizar uma pesquisa para identificar as variáveis desse processo de cobertura na mídia entre essas duas cidades vizinhas atingidas simultaneamente pelo fenômeno socioambiental em 2010.

Entretanto, concebe-se que a imprensa tem papel substancial no desenvolvimento de políticas e ações para redução dos riscos e desastres na sociedade, não sendo esse o foco desta discussão. A discussão a seguir se refere ao desdobramento do discurso midiático na cidade e como o mesmo se correlacionou com a narrativa do trauma.

A imprensa iniciou a cobertura da inundação do centro histórico de São Luiz do Paraitinga durante a enchente. As pessoas estavam ilhadas, e as câmeras filmavam ao vivo a evolução da inundação sobre o município. As experiências dos testemunhos eram peça fundamental para dar vida às imagens transmitidas em rede nacional. A narrativa das testemunhas comporia o discurso jornalístico, provocando sensações e sentimentos nos espectadores. Produziu-se para a população de fora da cidade um discurso coletivo da enchente mediado pelos agentes da imprensa, o qual foi repetitivamente veiculado e transformou-se no noticiário do acontecimento. O enfoque jornalístico divulga o evento a partir de um acontecimento traumático com danos irreversíveis para a sociedade local.

A veiculação repetitiva das cenas, como a torre da igreja caindo e os casarões encobertos pela água, foi uma das formas que a mídia utilizou para impactar e sensibilizar os espectadores. Quando os repórteres conseguiram contato com a população vitimada, produziu-se um discurso ancorado na imagem dos destroços e no drama das famílias desabrigadas. Tal discurso instigou na sociedade brasileira o sentimento de empatia e solidariedade para com a cidade. Dessa forma, o município passou a receber doações provindas de vários seguimentos, tais como: Empresas Privadas, Órgãos Públicos, Organizações Não Governamentais, Artistas, Jogadores de Futebol e pessoas físicas.

O acontecimento jornalístico pressupôs estratégias discursivas de acordo com o

receptor da mensagem. Os mecanismos utilizados para tal feito basearam-se na produção textual e de imagens, direcionadas à religiosidade católica e à preservação patrimonial, como salientou Foucault: “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (p.26, 2011). Desta forma, o drama da população com a queda das igrejas e do patrimônio histórico a partir de um evento foi exaustivamente explorado pelos meios de comunicação.

Fazendo uma relação com o estudo do acontecimento desenvolvido por Knauss (2007), tem-se como proposição que a mídia, além de informar a população sobre os aspectos da inundação, também contribuiu para formação nas pessoas dos sentimentos de empatia, de solidariedade e ressonância. A empatia possibilitou igualar o discurso do observador ao do testemunho, assim, o sofrimento do testemunho da tragédia foi vivenciado coletivamente, houve um compartilhamento social do sentimento de dor provocada pelo acontecimento. Já a solidariedade derivou desse processo de difusão coletiva do sofrimento, o interlocutor, sensibilizado com as consequências do acontecimento e compartilhando do mesmo discurso, prontificou-se a ajudar as pessoas. Assim, surgiram as campanhas, arrecadações, doações e outras ações em prol dos vitimados da inundação em São Luiz do Paraitinga. A ressonância se explica pelo acontecimento ter constituído um fato histórico. Devido à sua importância, ele ocupou um lugar na memória social. Dessa forma, a cidade não deixou de se lembrar do mesmo, estão constantemente falando do acontecimento.

Contudo, o fato de a mídia transformar o evento em acontecimento no primeiro momento possibilitou que as pessoas fossem assistidas, imediatamente, à ocorrência da inundação, e tais ações foram valorativas positivamente. Por outro lado, no segundo momento, como os meios de comunicação buscam audiência através da dramatização e/ou espetaculosidade dos acontecimentos, rapidamente o foco jornalístico mudou-se para outro acontecimento. Havendo essa mudança, correu-se o risco das campanhas e doações cessarem antes que os agentes sociais organizassem suas demandas, provocando diversos problemas na organização social e na gestão pública do município, que não estariam relacionados diretamente com a catástrofe.

Para compreender essa ideia, faz-se necessária uma digressão. Apropriando-se das formulações de Das (1995) sobre o evento crítico também como um evento, a enchente, decorreu de um fenômeno socioambiental que acontece há décadas no município. O evento

crítico, nesse percurso temporal, serviu como mediação para negociação entre os agentes sociais e o Estado. Contudo, a intensidade do evento e a conjuntura política dos períodos históricos eram elementos que balizavam o teor das negociações e os interesses dos envolvidos.

Tanto os agentes sociais, como o Estado, negociaram a partir de um campo de disputa de interesses que auferiu a melhora das condições de vida da população, até projetos desenvolvimentistas que desconsideraram o risco do desastre e as vulnerabilidades locais[36]. Partindo desse pressuposto, as negociações intermediavam interesses diversos dos grupos envolvidos na disputa. Dessa forma, os resultados das ações eram empregados de forma sutil, dissimulada e, às vezes, anacrônica. O dado substancial da catástrofe de 2010 foi que o evento crítico provocou ruptura nesse processo, estabeleceu com maior clareza os interesses em jogo, impondo ações conjuntas aos agentes sociais e ao Estado.

Os edifícios públicos e muitas habitações de pessoas ligadas ao Estado foram atingidos pela inundação. A experiência do drama citadino não se restringiu, dessa vez, a um local ou camada social, estendeu-se a vários segmentos sociais e a diferentes áreas na cidade. Entende-se que a disputa da negociação entre sociedade civil e ente público mudou de perspectiva, pois foi permeada, mesmo que provisoriamente, pelo interesse conjunto da melhora, considerando os interesses de classe, os entraves burocráticos e as disputas de poder. O desastre obrigou o Estado a aceitar que algo tinha que se fazer para mudar a situação na qual a cidade se encontrava – existência de áreas em risco e vulnerabilidade – e alertou a população sobre isso. Tem-se, a partir de 2010, uma nova conjuntura social para realizar as negociações, diferente da estrutura consolidada secularmente, em que os interesses dos agentes envolvidos circunscreviam-se mais aos campos político e econômico.

Essa enchente também explicitou que o centro da cidade continuaria correndo risco de inundação caso não fosse feito algo novo na política municipal de urbanização e meio-ambiente. Como o centro histórico agrega a maior parte das casas e casarões tombados como patrimônio arquitetônico e histórico pelo Estado e pela Federação, a sua destruição provocaria um impacto na atividade turística e nas festas populares. O desdobramento de tal impacto

[36] "Vulnerabilidade, portanto, é um conjunto de características de um cenário, resultantes de fatores físicos, sociais, econômicos e ambientais, que aumentam a sua possibilidade de sofrer danos e prejuízos em consequência de um evento adverso" (LOPES et alii, 2010, p.35).

seria incalculável, visto que atingiria não somente a economia do município, mas também a cultura do lugar.

Pode-se afirmar que a catástrofe detonou uma crise na gestão pública da cidade e nos citadinos, sendo que esses últimos transformaram-se em coparticipantes do processo de reconstrução. Houve um consenso de que o modelo de gestão pública praticado outrora, até o evento, em 2010, não fora suficiente para prevenir os impactos da enchente no município. Após 2010, houve uma conscientização dos riscos e das novas ações civis e públicas que estavam operando na cidade. O desfecho desse novo processo de negociação só poderá ser avaliado no futuro.

Todavia, essa discussão possibilitou indicar que na cidade havia a conjunção de dois processos distintos, o da vivência do *evento crítico – propulsor de demandas e negociações* – mas também a produção do *acontecimento traumático – organizador do discurso oficial.*

Na sequência, a correlação do evento com a narrativa do trauma perpassou pela sobreposição do discurso, considerando que o acontecimento traumático organizou uma narrativa de dentro para fora (testemunho) e de fora para dentro (representação do acontecimento). A coalizão dos discursos consolidou a narrativa coletiva do acontecimento ou narrativa coletiva do trauma. Com isso não se quer dizer que exista apenas um discurso, mas há uma convergência nos relatos indicando o enredo coletivo do trauma. Percebeu-se também que narrar o evento tinha uma função psicossocial, mas devem ser considerados os aspectos particulares decorrentes das circunstâncias socioeconômica e cultural em que tais pessoas vivem. Para o vitimado que até o momento não conseguiu uma nova moradia, provavelmente o sentimento oriundo da narrativa coletiva do trauma será diferente daquele que conseguiu restabelecer sua habitação.

Em vista disso, não se pode afirmar que somente a narrativa proporciona um processo de superação. Cada pessoa encontrou uma alternativa específica para responder às demandas psíquicas. Tem-se como hipótese que a narrativa do trauma contribuiu coletivamente para fatigar a dor, não deixando de mencionar que esse processo também teve um reverso para alguns, ou seja, o contato constante com a narrativa coletiva do trauma intensificou a evocação das lembranças desagradáveis. Nesse caso, a pessoa pode ter

desenvolvido problemas físicos e/ou psíquicos, em alguns casos com o risco de morte.

5.3. Experiência Desorganizadora Socialmente Compartilhada

Aqui cabe outra discussão a respeito da narrativa traumática compartilhada. As pessoas comumente têm uma imagem compartilhada da cidade que está ligada às experiências pessoais na cidade. Essa imagem comporta lembranças afetivas com as pessoas e com os lugares, a respeito dos lugares. Por mais que cada um simbolize particularmente, existe um elemento comum que tem a ver com ideias e valores universais repassados para as pessoas. O universal e o singular no mesmo local, friccionando-se. Porém, a inundação provocou uma ruptura na imagem pública da cidade, principalmente para aqueles que vivenciaram a tragédia ou foram vítimas dela. Essa ruptura ou choque na imagem da cidade está provocando reformulação da imagem anterior. Têm-se duas lembranças fortes em movimento: uma, do antigo estruturado; outra, do passado recente desestruturado.

O antigo estruturado pode ser caracterizado pela tradição familiar, pelo comportamento, pela cultura, pelos valores religiosos e, sobretudo, pela preservação dos edifícios históricos. No passado recente, a enchente mexeu na estrutura física da cidade, fomentou questionamentos, criou rupturas no comportamento e nos valores, provocou mudanças econômicas e desenvolveu problemas psicossociais em algumas vítimas.

O passado recente desestruturado agrega uma carga afetiva muito grande e que ainda não se dissolveu. Essa carga afetiva é acionada constantemente pela pessoa ao se deparar com objetos e situações ligados à inundação. Porém, caminhou-se para uma terceira proposta, uma transição dessas duas imagens (antigo estruturado/passado desestruturado) para uma terceira, que está ligada ao futuro, à transição, à constante mudança na cidade em função da reconstrução. Ou seja, um presente se modificando abruptamente; quando a cada modificação se constrói, um novo passado reaparece, e este é reestruturado parcialmente; pode-se denominar de passado desestruturado.

Fora do centro histórico, talvez o bairro que tenha sido mais afetado seja a Várzea

dos Passarinhos, bairro adjacente ao centro, margeando o rio Paraitinga. Visualmente, as casas em ruínas se encontram abandonadas, algumas já desapropriadas, mas claramente se avista boa parte das habitações em ruínas. Nesse bairro predominam casas de menor valor econômico, em comparação com as do centro da cidade, e uma grande parte das casas construídas encontra-se na margem do rio Paraitinga, área considerada de risco pela Defesa Civil. Entretanto, não se ouviram tantos comentários sobre o futuro do bairro, que tem pouca visibilidade em comparação com as notícias e acontecimentos do centro.

Assim, esse cenário da Várzea dos Passarinhos possibilitou visualizar a hipótese da percepção presente do local ou passado reestruturado, justamente quando evocamos as lembranças e fazemos a transição, da imagem do bairro para uma outra, que nos indique o futuro. Vejamos: quando se faz a pergunta: Como esse bairro permanecerá? A pergunta induz a pessoa a pensar na história do bairro, na população que ali residia, nas dificuldades anuais com a enchente. Tem-se que aquele bairro cumpriu uma função de receber, principalmente, os primeiros migrantes da área rural, pois é localizado na entrada da cidade, no sentido Ubatuba-Taubaté. Provavelmente, foi uma das primeiras áreas de expansão espontânea da cidade, da periferia, uma área que se caracteriza por uma topografia irregular, fenda entre o rio e a serra, fator que tornava a área com risco de inundação ou deslizamento na época da chuva.

Diante desse risco, o valor da terra não sofreu os mesmos parâmetros da especulação imobiliária, facilitando a aquisição da área pela população rural do município, pois tinha também como atrativo a proximidade com o centro e com a rodovia estadual Oswaldo Cruz. Então, feita essa apresentação do bairro, partiu-se do pressuposto de que os moradores locais tinham consciência do risco de morar naquela área, mas, ao mesmo tempo, a vida naquele bairro assegurava a sua permanência na cidade – trabalho, lazer, família.

A passagem do tempo e a produção sobre aquele espaço foi conferindo aos moradores um sentimento de segurança, confiança e, sobretudo, identificação com a área. Por mais que um olhar estrangeiro percebesse aquela área como perigosa, o morador imerso na vida cotidiana local estabelecera uma relação com o outro (pessoa e lugar), transformando o local em um espaço de convivência, de compartilhamento material e imaterial. A percepção do bairro como área de risco foi suprimida, e a percepção do lugar na cidade como área apropriada para morar foi elevada.

Esse processo de mudança na percepção envolveu um conjunto de características subjetivas construídas a partir da relação homem e cidade, especificamente o modo de vida em que os moradores vivenciaram naquele local, uma fricção do universal com o singular. Este último envolveu as relações comerciais, a tipologia das pessoas, as casas, a localidade, e outras relações diversas que se construíram localmente.

Todavia, existiu a conivência do serviço público em não planejar a expansão da cidade para aquele local, pois há uma Política Nacional de Defesa Civil (LOPES et alii, 2010), a qual determina as ações de redução dos desastres, nas fases: prevenção, emergência, resposta e reconstrução. A negligência da ação pública perante os riscos daquela área não sinalizou que os entes públicos tenham efetivado tal política. Essa ausência de ação pública contribuiu para a afirmação do comportamento dos moradores de que aquele lugar era uma área salubre para residir.

Então, tem-se, nesse percurso histórico, uma teia de relações pessoais com os objetos, com o rio, com o serviço público, com as festas, que possibilitaram uma imagem do bairro permeada pelos acontecimentos da vida cotidiana, um bairro que está não só na memória dos moradores do local, mas de toda a cidade. Um conjunto de experiências que formou a memória social do local. Assim, destruída boa parte da materialidade do lugar, provocando sofrimentos nos moradores, qual será o desfecho para o bairro? Como os moradores estão processando as imagens suscitadas após a inundação (passado, presente e futuro)? Nesse sentido, retoma-se a questão anterior de uma suposta ruptura na imagem do local, fomentando um fluxo intenso entre as lembranças do passado (antigo) e a projeção para o futuro.

Por meio da inundação, torna-se possível visualizar os fragmentos da cidade, a cidade cindida em lugares em ruínas. As ruínas que ali estão não representam as experiências constitutivas adquiridas anteriormente, pois são a marca de uma ruptura no comportamento das pessoas, na vida do bairro, até mesmo na dinâmica da cidade. As ruínas denotam uma transição no espaço e no tempo. O morador que foi removido do bairro terá a lembrança de como o lugar era, de sua casa, de sua vida. Agora, o local se tornou outra coisa, que não é o antes, os objetos significativos foram destruídos. Esse sujeito terá a lembrança, mas não mais os objetos reais, e uma nova significação do espaço emergirá.

Essa cisão na imagem da cidade é a mesma resgatada constantemente pela população vitimada com a tragédia. Um exemplo é a fala informal de uma pessoa que, em conversa com um morador do centro histórico, diz: “Meu avô fez primeira comunhão naquela igreja, meu pai e eu também, e agora ela não existe mais. Então meu filho não terá mais essa experiência.”.

Nesse exemplo, denota-se que as experiências serão transmitidas na narrativa, mas a experiência do objeto concreto real permanecerá no plano da imaginação singularizada. Portanto, um novo tipo de relação subjetiva se configura nesse processo, ou seja, a experiência a partir da subjetividade do outro que fala, e não da experiência do objeto.

No processo de resgate da memória social dessas pessoas vitimadas, há um jogo de imagens (a cidade: antigo estruturada; a cidade: passado desestruturado, inundada; a cidade: reestruturando, presente) e há também a evocação intensificada da lembrança do acontecimento, resgate dos sentimentos e experiências das ações no âmbito privado e público. Para algumas pessoas, essas lembranças evocadas provocam muita tristeza, mudanças de humor e desalento. Para outras, são formas de compartilhar os efeitos da inundação e buscar superação. Em ambos os casos, há o envolvimento de um conjunto complexo de sentimentos, evocados a partir da lembrança, em decorrência das imagens suscitadas na experiência da catástrofe. A vivência desse processo coletivamente pode ser nomeada como a *experiência desorganizadora socialmente compartilhada*.

A discussão do bairro Várzea dos Passarinhos está ligada a essa relação complexa de lembranças evocadas após a inundação, porque o morador não sabe o que será do lugar, para onde o bairro caminha. Um conjunto de elementos subjetivos que está se movimentando na memória em situação diferenciada, qual seja, a descontinuidade no tempo e nas produções sobre o espaço. Desta forma, pensar o futuro de São Luiz, para alguns, é pensar através do antigo estruturado, do passado desestruturado e do presente reestruturando.

6. CAPÍTULO 5: AS TRINCHEIRAS ESPACIAIS SIMBÓLICAS

6.1. Fronteira e Trajeto no Espaço Topológico

Até o momento, procurou-se demonstrar que, na produção do espaço social da cidade de São Luiz do Paraitinga, houve fatores que historicamente demarcaram-na em lugares diferenciados no tocante ao estrato social que as pessoas ocupavam. Nesta pesquisa, foram analisados os resíduos da hierarquia valorativa de algumas áreas na cidade, a sua formação oficial e como esse processo se apresentou na forma em que o Estado organizou o espaço citadino[37]. Conforme foi intensificando-se o processo de povoamento e urbanização, a fragmentação do espaço ocupado também foi assumindo novos contornos e complexidade. O território passou a ser cindido em áreas geográficas com valores agregados diferenciados.

Cada área se desenvolveu a partir da forma como os grupos majoritários daquele lugar lidavam com as questões econômicas, políticas e culturais da cidade. A característica de um lugar tinha relação direta com o conjunto de fatores sociais explicitado pela maioria dos moradores locais. Como exemplo: os bairros Alto do Cruzeiro e Várzea do Passarinho eram considerados áreas pobres, pois havia um conjunto majoritário de pessoas economicamente carentes em habitações simples, que denotavam ausência de recursos financeiros da família que pudessem ser investidos na reforma ou na ampliação[38] de suas moradias. Em contrapartida, embora no centro histórico houvesse pessoas pobres, o conjunto de habitações e os fatores sociais indicavam uma predominância de famílias com maior poder aquisitivo.

Faz-se necessário retomar, nesse momento, a proposição de que as experiências pessoais com o local podem ter fomentado infinitas imagens particulares sobre o espaço ocupado e de que os elementos convergentes da memória social tiveram a possibilidade de circular a imagem pública da cidade. Entretanto, após a inundação, muitas pessoas foram

---

[37] As informações históricas foram apresentadas no tópico “Localização e antecedentes históricos”, mas em todos os capítulos, de forma pontual, essa discussão se apresenta como pano de fundo.

[38] Está sendo considerado o padrão de habitação adequado à concepção burguesa de moradia, a qual envolve um planejamento arquitetônico que abarca tipologia, estética, conforto, privacidade e segurança.

removidas das suas habitações. Essa transição em massa de uma habitação para outra, em áreas diferentes, inaugurou uma nova forma de perceber os bairros na cidade e, por conseguinte, significar o novo lugar.

Apropriando-se da psicologia topológica[39] desenvolvida por Lewin (1973), podem-se importar conceitos que contribuem no processo explicativo de como a hierarquia do espaço oculta conflitos e modos de vida dos diversos grupos sociais alocados no espaço físico da cidade. Cada grupo, empossado do seu lugar (área no território), produziu comportamento, visão de mundo, imagem da cidade, a partir da referência dos objetos no local. Como explica Tuan (p. 20, 1983), "objetos e lugares são núcleos de valor", são eles que as pessoas experimentam através dos sentidos, adquirindo contornos, ângulos, imagens, orientações e, sobretudo, visões de mundo. Neste capítulo, além dos significados socioafetivo e econômico derivados do espaço ocupado pelas pessoas, a perspectiva da edificação da moradia foi utilizada como elemento central nas discussões, como será demonstrada adiante no texto.

Por ora, retomando a noção de espaço, esta envolve as dimensões físicas, psicológicas e sociais, pois é no espaço que as pessoas vivem e se relacionam com os objetos e com outras pessoas. Desse modo, na estreita relação da pessoa com o ambiente é que Lewin (1973) argumentou que se formou o *espaço vital*, definido como a totalidade de eventos possíveis e não possíveis que cada indivíduo pode desenvolver de acordo com o estado psicológico e, ao mesmo tempo, sob a influência do ambiente (objetos, lugares, pessoas).

Entende-se que o *espaço vital* é individual e coletivo, ao mesmo tempo. O enfoque em um ou outro depende do prisma de que se observa o objeto. A locomoção das pessoas no *espaço vital* envolve características específicas do lugar relacionado ao contexto global. A locomoção tem um caráter físico, social e psicológico. Dessa forma, tem-se: movimento físico – relações que se estabelece com o corpo no espaço; social – aquilo que é acessível ou não acessível para a pessoa ou grupo; mental ou psicológico – envolve o comportamento baseado na relação do permitido e do não permitido, e dos aspectos da subjetividade de cada indivíduo.

---

[39] Kurt Lewin desenvolveu a teoria do espaço topológico aplicado à Psicologia, pautado em pressupostos da teoria da Gestalt e da matemática. Não foi objeto desta tese relacionar os conceitos da teoria do espaço topológico, explicitando seus princípios teórico e metodológico. Apropriou-se neste trabalho da noção de *localização* desenvolvida por Lewin, com o objetivo de avançar na caracterização da acepção de trincheiras.

Utilizou-se de forma adaptativa, nesta discussão, o conceito de locomoção no *espaço vital*, desenvolvido na teoria psicológica do *espaço topológico*[40]. Um dos pressupostos dessa teoria do espaço topológico estabelece que as relações entre diferentes pessoas e/ou grupo no ambiente podem ser estudadas a partir de conceitos da matemática não métrica, com objetivo de caracterizar as diversas formas de locomoção das pessoas em dado ambiente.

Parte-se do princípio de que cada pessoa ocupa um lugar no ambiente e fez parte de um grupo, e de que esses grupos pertencem a grupos maiores distribuídos em regiões. As regiões são parte de um todo, incluem os objetos e as pessoas. Através das mesmas, era possível distinguir numerosas posições sociais e/ou aspectos pessoais na sociedade. Uma pessoa[41] pode ser considerada uma região, assim como um bairro, uma cidade, um país, ou seja, uma parte de um todo mais inclusivo.

Todavia, a apropriação da noção de locomoção e região no estudo de caso da cidade São Luiz do Paraitinga se deu no sentido em que "[...] a diferença no espaço de livre movimentação entre pessoas de diferentes classes sociais acarreta importantes diferenças de comportamento" (IBIDEM, p.66). Cada bairro interpretou-se como uma região, conectada uma na outra e, no perímetro de interligação entre as regiões, houve um corte – fronteira entre uma ou mais regiões – pois existia um trajeto percorrido pelas pessoas, e esse caminho pode ser caracterizado como um trajeto topológico.

O trajeto topológico envolve o percurso físico no qual as pessoas se locomovem de um lugar para outro após a inundação, mas também o aspecto subjetivo e social que subjaz o *espaço vital*. Pode-se indicar que o estado psicológico de cada pessoa, os valores, a cultura, as motivações, o trabalho, a religião, a renda, a tipologia da família e outros elementos da estrutura social foram elementos com o poder de influenciar o trajeto topológico dos citadinos.

Discutiremos duas situações de locomoção nas regiões (bairros) na cidade de São

---

[40] "Esse teorema fundamental estabelece que, para quaisquer dois objetos dados, U e V, de um sistema para a qual certas condições se mantêm constantes, a seguinte relação será ou não será válida: U é uma parte de V (isto é equivalente a 'V inclui U'). Mediante certas séries monótonas de inclusão de um 'ponto' e, em seguida, o de 'arredores'." (LEWIN, P. 72, 1973).

[41] Uma pessoa pode ser considerada uma região pelas infinitas possibilidades de ação que essa pessoa pode desenvolver no seu espaço vital, de acordo com as suas características psicológicas, com os seus aspectos sociais e ambientais.

Luiz do Paraitinga que indicam as fronteiras e o processo no qual os cortes entre regiões puderam ser considerados trincheiras.

6.2. – As Margens do Paraitinga: O espaço vivido e as demarcações sociais

Foto 15. Rio Paraitinga como fronteira. Fonte: Google mapas. https://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl

A primeira situação de locomoção entre regiões pode ser analisada a partir da entrevista com o Sr. Reginaldo. Antes da enchente, o Sr. Reginaldo morava no centro histórico, em uma casa construída no fundo do quintal da residência dos pais, local onde nasceu e cresceu, e continuou residindo, mesmo depois do casamento. A relação que estabelecera com a casa e o lugar provinham de sentimentos relacionados a família, vizinhos e localidade da área no contexto da cidade.

O primeiro objeto dessa relação ambiente/pessoa considerado foi a casa, por propiciar abrigo, proteção, intimidade, manutenção do corpo; metaforicamente, é caracterizada como o ‘ninho’, segundo Bachelard (2000). Para este autor, a casa da infância, em que se vive a primeira experiência com o mundo, equivale ao universo, funciona como o

primeiro canto no mundo. Compreendemos que, no caso de Sr. Reginaldo, a casa foi o primeiro objeto que integraria seu *espaço vital* e constituiria o *espaço vivido* – sensório-motor. Naquele local, desenvolveu seu corpo, sua experiência com as pessoas e com os objetos no ambiente, constituindo também a sua posição na cidade, na relação com seus pares e com o mundo.

Os aspectos sociais, culturais e econômicos que compuseram a região onde a casa do senhor Plutão estava inserida foram substanciais na determinação das suas experiências, comportamento e de sua visão de mundo. Naquele contexto, estabeleceu as relações psicossociais entre as antinomias: o acessível e o não acessível, o permitido e o não permitido, a autopercepção de si e do mundo, o eu e o outro, a cultura, a educação, e, sobretudo, as diferenças sociais.

A região (bairro) onde o Sr. Reginaldo residiu a maior parte da sua vida, teve especificidades em relação à atual região da sua moradia pós-inundação. A seguir, uma pequena descrição das principais características das regiões.

Região A – Local em que residia antes da enchente

Características físicas, sociais e culturais – Região central da cidade de São Luiz do Paraitinga, margeada pelo rio Paraitinga, parte baixa, considerada várzea. Concentra o centro comercial, os principais edifícios representantes dos poderes político, religioso e econômico. Lugar de constante fluxo da população local e turística. Culturalmente, possui o maior número de casarões tombados como patrimônio histórico, as igrejas seculares, a praça principal, as ruas do trajeto festivo, os monumentos, os blocos de carnaval, os bares e os restaurantes típicos da cidade. No tocante ao aspecto afetivo, foi o local onde o Sr. Reginaldo teve as primeiras experiências[42] com a cidade. Espaço da residência dos seus pais, a qual proporcionou, entre outras coisas, a infância, os encontros sistemáticos com os amigos, parentes e turistas.

[42] Tuan (1983) desenvolve um estudo no qual descreve a constituição da experiência da pessoa com o lugar. Argumenta que as pessoas se relacionam com o espaço pela utilização dos órgãos dos sentidos desde o nascimento e, através de tal relação, criam um senso de orientação e distância, assim como por relações afetivas, com os objetos e lugares.

Região B – Bairro São Benedito

Características físicas, sociais e culturais – Bairro localizado na entrada da cidade, no sentido do município de Lagoinha. Apesar de ser um bairro antigo, nos últimos anos aumentou significativamente o número de residências no local. A tipologia do relevo dessa localidade é irregular, com aclives e declives, ou seja, fenda na encosta da serra. Uma pequena parte do perímetro do bairro é margeada pelo rio Paraitinga, situado no lado oposto do centro histórico. Bairro tipicamente residencial, com uma pequena rede de comércio. Deve-se considerar que o conjunto da CDHU, construído nesse bairro para as vitimas da enchente de 2010, constitui uma sub-região interna a esse local, por concentrar 151 moradias padronizadas, alocando uma população de vários bairros da cidade, em curto espaço de tempo, na mesma área. Culturalmente, o Bairro São Benedito tem pouca visibilidade no campo cultural, a manifestação cultural mais expressiva nesse bairro é o bloco carnavalesco Bebebum. No tocante ao aspecto afetivo, como o Sr. Reginaldo mudou-se recentemente para o conjunto da CDHU, supõe-se que está em transição, adaptando-se às novas relações de vizinhança e à nova condição de moradia.

Foto 16. Orçamento casas da CDHU. Fonte: Autor

A inundação destruiu totalmente a antiga moradia do Sr. Reginaldo devido à área de risco em que a mesma se encontrava. Vale destacar que essa moradia se situava no fundo da casa dos pais dele e, durante vários anos, outras enchentes atingiram a moradia do Sr. Reginaldo, mas não a casa dos seus pais. A Defesa Civil proibiu a construção de uma nova casa (edícula) naquele terreno.

Por esse fato, o Sr. Reginaldo foi obrigado a procurar uma nova moradia, mas, impossibilitado no momento de adquirir[43] um imóvel naquela localidade, foi impelido e sair do local (região), acessando a política pública de habitação. Mudou-se para o conjunto habitacional da CDHU. A saída de um bairro para outro se configurou em uma locomoção de um trajeto topológico, ilustrada na figura a seguir. Em contrapartida, as pessoas moradoras do centro com recursos econômicos suficientes ou reformaram posteriormente a sua moradia ou adquiriram um novo imóvel através de recursos próprios, não acessando, portanto, a política pública habitacional da CDHU.

Ilustração 2. Trajeto Topológico. Fonte: Mapa baseado em Moradei (2005) apud Tomazin (2011)

[43] O termo adquirir está relacionado à compra, ao aluguel ou à permanência cedida por outrem. Conjectura-se que a impossibilidade da permanência na região, para essa pessoa, relacionou-se aos recursos econômicos próprios e/ou da família, insuficientes para garantir a sua continuidade na região.

A locomoção do Sr. Reginaldo referiu-se à saída de uma região para outra, o trajeto topológico consistiu no caminho físico, social e psicológico por onde transitou. De forma sintética, na entrevista, ele expressou algumas das dificuldades que estava tendo até o período desta pesquisa, com relação à locomoção entre um lugar e outro.

A primeira diz respeito à locomoção física, na qual o Sr. Reginaldo argumenta que poderia ser superada pela utilização do automóvel, pois rapidamente sai de uma região e entra na outra. Entretanto, para a esposa era um transtorno, visto que realizava o trajeto caminhando. Ela estava com dificuldade de fazer compras, rever os amigos e os parentes no dia a dia, em função da distância física entre uma região e outra. Tal dificuldade fomenta, também, aspectos problemáticos nas relações dessa senhora, com desdobramentos psicológicos, a distância física separou a pessoa do seu espaço vivido de outrora. O espaço vivido caracterizava-se pelas relações afetivas estabelecidas com os outros – parentes, amigos, colegas, comerciantes – e com os objetos – casa, edificação histórica, praça, ruas – construídas por um longo período da sua vida. Considerando que a transição de um lugar para outro foi forjada pela enchente, a esposa do Sr. Reginaldo estava sentindo a falta do ambiente e das pessoas pertencentes à antiga região.

A antiga região consistiu no principal lugar de formação da sua identidade, e as lembranças do lugar de origem eram constantemente evocadas, pois denotavam uma tentativa de reelaborar o novo a partir de uma continuidade do antigo. A região atual era uma experiência em construção, a lente pela qual a moradora avaliava o presente – provavelmente recorria ao passado (antes inundação), ao realizar esse movimento de ida e volta nas lembranças, reativando os aspectos dolorosos das perdas materiais e imateriais.

No que tange à locomoção dessa família, de uma região para outra, há um aspecto substancial no que se refere à arbitrariedade do fato – obrigação da locomoção – dentre o leque de escolhas que poderiam ser feitas, ou seja, para onde ir e recomeçar a vida. Para eles, pareceu mais apropriado resolver o problema de moradia acessando a política pública habitacional da CDHU. Talvez pudessem fazer outra opção para manterem-se próximos aos seus familiares, mas a escolha da política pública se apresentou como a alternativa adequada, naquele momento, para suprir a carência econômica.

A locomoção de uma região para outra explicita o seguinte antagonismo:

- A região A permitiu acessos e valores ligados à concepção coletiva que se tem em morar no centro da cidade;

- A região B lhes retirou valores agregados da região A e lhes ofereceu outra perspectiva visual da cidade, assim como um novo enquadramento na posição social, mesmo com o Sr. Reginaldo expressando que, após a enchente, aumentou a procura por seus serviços[44].

Para dirimir essa questão, veja-se a seguinte discussão: na perspectiva macroestrutural, as experiências constitutivas do imaginário do Sr. Reginaldo referentes à moradia (habitação, edificação) situaram-se em uma sociedade ocidental, capitalista, no século XXI, ou seja, uma concepção burguesa da moradia. Nessa sociedade, a responsabilidade pela ascensão econômica recai sobre o indivíduo, e a moradia se configura como um dos objetos que, conforme a pessoa tenha uma ascensão econômica, também incorpora valores agregados referentes à habitação. Há uma relação direta entre rendimento econômico, tipologia da habitação e localidade da mesma na cidade.

Em vista disso, o simbolismo da habitação congregou, dentre outros, os seguintes objetivos: a) uma função de objeto de ostentação/poder, ou seja, um dos objetos que explicita a ascensão econômica e social; e b) um objeto de intimidade (extensão do corpo) e, nesse sentido, o homem projeta na edificação da moradia seus sonhos, desejos, conflitos e sentimentos. Essas duas funções simbólicas estão imbricadas na representação das pessoas e variam na intensidade de uma sobre a outra. A variação decorre das experiências individuais das pessoas em relação à renda, à cultura e aos valores.

Contudo, nessa concepção, existe uma hegemonia da função econômica nesse processo: a habitação, elemento complexo que pode ser utilizado simbolicamente de acordo com a situação ou o contexto em que a pessoa estava inserida. Ora pode-se acionar a moradia como objeto de ostentação, ora como objeto de intimidade, ou ambos.

Porém, a dinâmica acima, ou seja, o resgate da função da habitação, aparentemente

[44] O Sr. Reginaldo era trabalhador autônomo.

se caracterizou como um processo centrado apenas na escolha do indivíduo. Mas, a moradia tem um caráter coletivo, pois é um espaço de troca e compartilhamento social. Essa se configura, como salienta Pankow (1988), em um espaço vivido – utilização plena do espaço através da harmonia e da integração com o mesmo –, onde há um arcabouço de significados que passam a ser significantes na relação com o outro. Ou, como salienta Bachelard (2000, p.32), "(...) a casa natal está fisicamente inserida em nós. Ela é um grupo de hábitos orgânicos (...)", sendo que tal fato se desempenha pelo compartilhamento e pelas trocas simbólicas entre a pessoa e o seu lugar no mundo.

A moradia, portanto, espaço de intimidade e objeto de valor econômico e/ou cultural, parece ser uma conjugação de fatores, secularmente construída em diversas sociedades. Entretanto, nessa sociedade, a produção da cidade se orientou pela fusão desses dois termos: a habitação como objeto de intimidade que nos serve para as vivências da vida privada; e uma mercadoria que ajuda a qualificar a posição social. Em vista disso, essa questão da moradia como mercadoria promotora de *status* social revelou que um conjunto de elementos referentes à tipologia da habitação pode determinar a localização do morador na cidade e a forma pela qual a cidade está dividida.

Em decorrência desse processo, as áreas na cidade se hierarquizaram pelo valor dos blocos concentrados das edificações. Como se mostrou em São Luiz Paraitinga com os casarões no entorno da praça, quanto mais sofisticada a tipologia das edificações, maior emprego de recursos econômicos e melhor infraestrutura dos aparatos públicos e privados (luz, água, esgoto, vias de acesso, redes comerciais, entre outros).

As funções concreta e simbólica da habitação convergiram para a formação de uma representação das regiões e da população na cidade – o lugar social das pessoas e o lugar do território, em contraste com outros lugares – e também para a formação de uma imagem da cidade diferenciada das diversas áreas representadas no espaço citadino.

A região do Bairro Alto do Cruzeiro, em contradição com o centro histórico, construiu uma representação e apresentou o que Lefebvre (2001) denominou de descontínuo – uma percepção aparente de que estão dissociados, de que não fazem parte do todo –, mas esses espaços em contradição são partes constituintes do todo (cidade), lembrando que, por

sua vez, houve uma hegemonia da imagem do centro histórico como sendo de toda a cidade.

Ou seja, pode-se verificar que a imagem do centro histórico foi expandida para toda cidade, pois as pessoas concebem a totalidade da imagem da cidade São Luiz do Paraitinga como histórica. Essa construção está ligada ao processo histórico já abordado em capítulos anteriores, da mesma forma que a construção de um conjunto habitacional na cidade, com o passar do tempo, pode redimensionar essa representação, pois institui na cidade uma nova perspectiva da habitação, sobretudo da reorganização do modo de vida.

Nessa lógica, a fala de uma outra entrevistada, a Sra. Rosa, intui uma mudança no modo de vida das pessoas, quando disse que haverá no futuro uma nova São Luiz do Paraitinga. Essa afirmação aponta a possibilidade de divisão do espaço citadino entre uma cidade histórica – área que envolverá as edificações históricas – e uma cidade nova expandida para o outro lado do rio, envolvendo as habitações construídas pela CDHU. Acrescenta-se que o impacto das casas construídas pelo poder público poderá influenciar também o setor imobiliário local, no que diz respeito às tipologias das casas a serem construídas e/ou comercializadas e, sobretudo, ao valor agregado do imóvel.

Todavia, em decorrência dessa discussão, pareceu que a locomoção do Sr. Reginaldo da região A para a B denotou uma decadência econômica, se for considerado o foco na posição social. No aspecto cultural, as referências continuaram centradas nas suas vivências anteriores, o centro histórico como o lugar do protagonismo cultural. E, no aspecto psicológico, afigurou-se um sofrimento socioafetivo para sua esposa, considerando o forjamento da saída da região A.

No que diz respeito à sociabilidade, pode-se apontar que o distanciamento do local alterou o vínculo de vizinhança, dificultou o encontro frequente com os antigos colegas e amigos e fomentou novas relações entre os envolvidos na díade novo/antigo.

Indaga-se também que a casa perdida evocou lembranças dolorosas, como a perda dos amigos falecidos, fato expressado na relevância que o Sr. Reginaldo atribuiu a uma fotografia levada pela enchente em detrimento aos outros utensílios domésticos perdidos. Comentou que essa fotografia foi a maior perda imaterial provocada pela inundação. Conclui-se que a perda do imóvel e a locomoção sequente entre as regiões (A e B) fomentaram nessa

pessoa aspectos afetivos e culturais ligados às experiências com os objetos, com as pessoas e com sua moradia natal. Parafraseando Rivlin (apud COOPER MARCUS, p.27, 2003), “A mistura de pessoa e lugares que constitui a memória de um lar não é fácil de ser substituída, mas suas lembranças persistem e podem ser evocadas” a qualquer momento.

6.3. O Público, Política e Habitação

Uma segunda situação de trajeto topológico dos moradores envolve a locomoção de uma região para outra, mas também a movimentação dentro da própria região. Utilizou-se, para discussão desse exemplo, um dos relatos extraídos do diário de campo do pesquisador.

> Em meados de janeiro de 2011, o rio Paraitinga estava cheio, mas não transbordando. Diante de várias enchentes ocorridas na semana nas cidades do Vale do Paraíba-SP e no Rio de Janeiro, como divulgado na imprensa local, a situação era apreensiva e, dentre os motivos, estavam o volume da chuva na semana e a iminência da possibilidade da abertura (ato não divulgado publicamente) de comportas de represas pública ou particular na cabeceira dos rios afluentes. O assunto enchente era recorrente nas rodas de conversa na praça em São Luiz do Paraitinga. Pairava nos semblantes das pessoas uma feição de preocupação com a água do rio subindo, mas, como conforto, logo vinha a expressão de que a cidade era assim mesmo, todo ano chovia daquela forma, e a nova enchente que se anunciara estava dentro dos padrões da normalidade vivenciados ano a ano nas décadas que se foram.

Uma construção da normalidade do evento crítico a partir do hábito ou da vivência recorrente do fato – enchente anual.

> O relato informal das pessoas denunciava a preocupação com o risco iminente de uma nova enchente, mas outras preocupações dividiam a atenção dos moradores: a principal delas referia-se aos problemas que começaram a aparecer nas habitações populares construídas pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU). Nesses relatos, as pessoas divulgavam que vários moradores estariam reclamando da qualidade do material utilizado na construção do conjunto habitacional, algumas casas e sobrados estariam apresentando rachaduras, vazamentos e erosões nos quintais. Diante desse fato, o foco da pesquisa se concentrou naquele momento em investigar os conjuntos habitacionais na cidade. Tinha conhecimento prévio de que um conjunto havia sido construído há cerca de 10 anos pelo programa federal Habitar Brasil, e que o conjunto recém-construído pela CDHU envolvia duas tipologias de habitação: térrea e sobrado. Visitei o conjunto habitacional

construído pela CDHU para os desabrigados da enchente e para a população de baixa renda. O conjunto se dividia em duas partes: a parte baixa e a parte alta. A parte baixa eram habitações térreas e se localizavam na entrada do conjunto. A parte alta eram habitações de dois pavimentos (andares) e se localizavam acima das habitações térreas, na parte mais alta do terreno. Tanto as habitações térreas como os sobrados eram distribuídos de forma contígua, havendo uma única rua de acesso e tráfego para todo o conjunto. A primeira impressão que tive do local me lembrou casas no modelo "americano", sem muro, rua larga, com uma jardinagem e ornamentação na entrada, passando uma impressão de organização e suavidade. Percebi que algumas pessoas estavam construindo o muro em suas casas apesar do modelo arquitetônico não contemplar isso.

Foto 17: Casas térreas da CDHU- Parte baixa. Fonte: Autor

Foto 18: Casas verticalizadas da CDHU – Parte Alta. Fonte Autor.

> A circulação de pessoas e veículos na rua era pouca, viam-se mais operários finalizando as obras do que moradores. Parei na casa de uma senhora, denominada senhora Margarida[45]. Esta me foi apresentada quando estava conversando com algumas pessoas na praça pelo período da manhã. A senhora Margarida, ao me ver andando pela rua da sua habitação, me convidou para entrar e na sequência mostrou as rachaduras na mureta em frente à casa e no muro do fundo, assim como um buraco no solo no canto do muro. Em seguida, fez questão de ressaltar a sua horta, que estava bem cuidada e com várias espécies de verduras. Pareceu-me que, através do hábito de plantar no quintal, procurava reafirmar a tradição do cultivo de frutas e hortaliças no ambiente doméstico, uma prática comum da população de origem rural que fora se perdendo em função dos inúmeros fatores do processo de urbanização e mecanização no campo. Ao adentrar a casa da senhora Margarida, percebi o quanto o lugar estava bem cuidado. Ela havia decorado a casa com objetos artísticos do local, fez questão de apresentar cada cômodo, de demonstrar as melhorias realizadas, de falar das suas ações de manutenção no terreno. Ao falar da casa, me passou a impressão de que estava falando de si mesma: cada ação, cada objeto, cada cômodo era a expressão de um arcabouço subjetivo que tinha um sentido latente para a moradora. Casa e corpo eram uma só pessoa, e aquele espaço vivido demarcava o seu lugar no universo, como diz Bachelard (2000). O comportamento da moradora em cultivar plantas no quintal me pareceu uma das formas de apropriação e investimento afetivo com a habitação naquele dado lugar. Espaço esse que, por ser novo aos seus modos de convivência, demandava um período de adaptação e identificação.

Atividades como plantar, decorar, reformar, limpar e outras ações que envolviam o cuidado cotidiano com o lugar poderiam aos poucos intensificar a relação da senhora Margarida com o novo ambiente. Com o passar dos anos, tem-se como proposição que a relação senhora/casa poderia desenvolver um processo de integração entre os entes: espaço, casa, corpo. Essa integração plena do espaço ou espaço vivido era fruto da subjetividade do seu habitante com a sua expressão subjetiva integrada ao ambiente.

A fim de adensar essa proposição, a fala do Sr. Reginaldo, vitimado que residia no centro histórico da cidade, é significativa: “A história do imóvel veio antes de mim, agora eu terei que contar daqui para frente, pois a casa veio depois de mim”

O Sr. Reginaldo vivia em uma casa herdada dos seus avôs, a qual foi tombada como patrimônio histórico. Por isso a história do imóvel ter vindo antes dele. Como a enchente de 2010 destruiu totalmente a sua casa, a partir de então teria de construir uma nova casa e contar

[45] Nome fictício dado pelo autor.

a história antes dele e a partir dele.

Essa fala deu possibilidade de visualizar a hipótese: o lugar habitado como condensador de múltiplos aspectos subjetivos, pois o morador conferiu ao objeto uma força de autorrevelação das marcas do tempo, as quais estavam na memória sobre o objeto e a história dele se expressa também na história da casa. Houve uma recolocação do papel do objeto, transformando-o também no sujeito da história, sobretudo demonstrando uma relação imbricada entre a história da pessoa e a história da casa. Ao se referir à sua história com a preocupação de como seria o futuro sem a sua casa, compreendemos a importância da casa para a manutenção da memória, ou seja, para a continuidade da identidade da pessoa e do lugar.

A casa, materialidade dos sonhos, desejos e vontades das pessoas, configura-se como um produto universal da atividade humana, cujas principais funções, nessa perspectiva, condizem com o abrigo do corpo para suas necessidades biopsicossociais e elemento de manutenção sociocultural. As experiências derivadas dessa relação homem/casa, aos poucos, fomentam um arcabouço de lembranças, afetos e significados constitutivos da vida.

Por sua vez, no caso do Sr. Natalino, a casa incorporou no deslocamento temporal as histórias das pessoas que ali habitaram, e esse sujeito internalizou a casa como parte da sua história, a história da sua vida faz parte da história da casa, ou seja, uma faz parte da outra, mas não se restringem exclusivamente uma à outra. O morador tem outras experiências fora da casa, e a casa possui um legado de histórias de outras pessoas.

A perda do seu imóvel pode ser interpretada, parcialmente, como a perda da referência do seu lugar na cidade, devido a uma ruptura circunstancial na estabilidade da relação de autopercepção de si e da casa destruída, pois a materialidade do espaço vivido era também o somatório de todas as histórias, uma porta-voz do passado, um elemento substancial das infinitas experiências da vida dessa pessoa. Portanto, a perda da habitação, para esse senhor, provocou um descompasso momentâneo no processo socioafetivo na relação pessoa/lugar.

Para a Sra. Margarida, o processo de investimento na casa foi parecido, constituiu um início de uma nova história com a moradia. O que se diferenciou do Sr. Natalino foi a história

anterior do imóvel. No período anterior à inundação, essa senhora morava de aluguel, o investimento afetivo que desprendia com a habitação era diferente, pois constantemente estava se locomovendo na cidade para outra habitação que atendia os seus interesses financeiros. O fato de adquirir uma habitação própria lhe permitiu imprimir no imóvel a sua marca, ou seja, a sua subjetividade.

Por conseguinte, a história das pessoas e a história do objeto se interpuseram, em alguns casos, e se fundiram com o passar do tempo, emergindo um conflito socioafetivo a partir da ausência da referência do objeto concreto. Então, como lidariam com essa perda? Uma das formas, supõe-se, seria que a narrativa sem o objeto faria uma espécie de compensação ao evocar na memória do vitimado as lembranças do objeto. Através da narrativa haveria a possibilidade da transmissão da memória histórica da sua família em relação àquele objeto. Contudo, a destruição da casa na enchente de 2010 seria um marco, uma ruptura na vivência do espaço ocupado. E tal ruptura possibilitaria a reedição da história, a qual envolveria, para as pessoas que perderam sua casa, uma nova experiência habitacional.

6.4. Paraitinga: Limite entre o histórico e o moderno

Foto 19. Ponte no centro histórico de São Luiz. Fonte: Autor

Na argumentação, até esse momento, abordaram-se duas situações: a primeira, quando se iniciou a constituição da relação socioafetiva entre casa e morador; e a segunda, quando foi destruída a casa do sujeito, com a qual ele já havia estabelecido uma relação socioafetiva.

Apresentar-se-á uma terceira proposição, desdobramento da relação da senhora Margarida com a qualidade dos materiais utilizados na construção do conjunto e, de forma mais abrangente, com a política pública habitacional.

Essa senhora pareceu satisfeita com a aquisição do imóvel, mas também fez várias críticas ao trabalho realizado pela CDHU, relatando o descuido com a qualidade do material utilizado no imóvel e os problemas de infraestrutura de que tinha conhecimento que estavam aparecendo no conjunto habitacional. Na própria casa, o muro da frente estava com uma rachadura e o quintal estava com problema de erosão – uma das hortas fora absorvida por um buraco que subitamente apareceu em seu quintal.

Diante de tudo isso, mesmo com esses problemas, a senhora Margarida repetiu várias vezes em nossa conversa que a casa em si era segura, no sentido de que não corria o risco de desabamento. Não havia problema em morar no imóvel daquela forma, mas as rachaduras no muro eram incompetência da empresa que o construiu. E não achava justo pagar novamente para arrumar, visto que a casa não era de graça.

A relação da senhora Margarida com a CDHU possibilitou dois pressupostos: a moradia como objeto potencialmente socioafetivo; e a moradia como objeto que agrega valor econômico e cultural. Tais questões levaram às seguintes hipóteses:

a) As políticas públicas habitacionais – tema com muitas contradições em função dos seguintes pontos: em primeiro lugar, o imóvel vendido pelo órgão público era uma concessão ao usuário, e não uma doação – a documentação do imóvel para o contemplado pela política, estava naquele momento confusa, não se tinha clareza da regulamentação do imóvel e do documento de propriedade; segundo, o controle político que tal mecanismo estava exercendo na vida das pessoas, atrelado à situação de favor; terceiro, pela situação de assistido, que para alguns se traduz em custo social – custo em morar em lugar estigmatizado; quarto, pela impessoalidade promovida pelo processo de planificação das habitações, a população não

participou no processo de planejamento tipológico das casas e da escolha do local a ser construído; quinto, pelo sentimento de impotência por não ter condições econômicas de adquirir um imóvel no mercado formal; sexto, porque a política pública habitacional se constituiu na principal ação pública no processo de mediação entre o Estado e a população, após a inundação.

Esta última questão demanda uma explicação, pois se apresentou como um elemento novo para a discussão já consagrada da habitação popular. Na tentativa de amenizar o impacto da inundação na vida das pessoas, nos aspectos materiais e simbólicos, o Estado se utilizou da construção de novas habitações como a sua principal ação pública de resposta à demanda. Deu ênfase a essa política, procurando demonstrar que estava presente e garantia a reconstrução da cidade, visto que estava primeiro preocupado com a demanda da cada vitimado.

Esse argumento parece óbvio, mas é necessário um cuidado na sua discussão. Tem-se consciência da obrigação do Estado em responder às demandas populares através de políticas públicas, mas o processo de condução dessas políticas muitas vezes pode produzir efeitos contraditórios aos objetivos da própria justificativa da sua efetivação.

Era necessária uma política pública habitacional para responder à demanda pregressa de habitação no município e outra para a demanda pós-catástrofe. Anterior a essa urgência da ação, o município vinha, ao longo dos anos, construindo habitações padronizadas, das quais o modelo criado pela CDHU foi reproduzido em várias cidades do estado de São Paulo. Na literatura sobre habitação popular (FERREIRA DOS SANTOS, 1981; BOLAFFI, 1981), existem trabalhos que condenam essa prática, pois a política padronizada desconsidera os valores, a cultura e o modo de vida dos mutuários.

Não obstante, na cidade em questão, utilizaram dois modelos distintos de habitação: um que se aproximou do modelo das casas formais no município, e outro, utilizado nos médios e grandes centros urbanos. Os conflitos populares de tal diferença serão apontados adiante no texto. Por ora, retomemos a contradição da política. Ao contemplar um número de pessoas vitimadas e até mesmo pessoas em situação de risco, não se projetou na sequência a melhora ou a ajuda para as pessoas que continuaram na demanda por novas habitações. Esse

fato leva a conjectura de que o imediatismo da política servia a propósitos capturados pela própria esfera política.

Outro desdobramento dessa contradição foi que, ao construir o conjunto habitacional, estava-se fomentando na cidade um novo tipo de relação com a habitação, visto que o legado daquela população assistida era a herança rural. A vivência da concentração em aglomerados populacionais planificados é uma experiência mais concreta da escassez de espaço nas grandes cidades, e pareceu que há um descompasso nessa transição de modelos a partir da experiência local.

Cita-se, também, a mudança da perspectiva visual do morador para com a cidade. Antes, o citadino visualizava a cidade com suas edificações históricas ou edificações de acordo com os costumes locais e, agora, há outro campo de visualização que envolveu a vista do próprio conjunto e, parcialmente, a cidade.

O formato da habitação, a relação da distância com o lugar de origem e a posição geográfica do conjunto, entre outros elementos, sutilmente fomentará nos mutuários uma mudança no modo de vida. Os elementos anteriores poderão repercutir na intensificação da fragmentação da cidade – uma cidade histórica e outra "moderna", com adensamento populacional planificado – enfraquecendo o senso de preservação histórica e fomentando novas relações de vizinhança. Em suma, essa discussão envolve uma miríade de possibilidades do homem com seu espaço ocupado, mediado pela contradição da política pública habitacional. Tal contradição envolveria os moradores de lados opostos do rio Paraitinga – Nova São Luiz e Velha São Luiz.

Retomando a discussão de locomoção no trajeto topológico, o trânsito de uma região para outra indicaria, nas circunstâncias descritas, não só apenas uma mudança na perspectiva visual das pessoas, mas uma contraposição na forma de produção do espaço e no modo de vida. O rio passaria a simbolizar uma fronteira entre o velho e o novo: de um lado a velha cidade, representada pelos monumentos históricos, imbuídos de simbolismos e cultura; e, do outro lado do rio, a nova cidade, representada pelo progresso, ou seja, pela atualização das estruturas urbanas.

Em conversa com outros moradores do conjunto construído pela CDHU, percebeu-se

um desconforto dos mutuários com a tipologia da habitação (sobrado) e várias reclamações sobre as avarias na moradia. O interessante era que os moradores apontavam problemas iguais, tais como rachadura, vazamento e erosão no quintal. Entretanto, a satisfação com a tipologia parecia se diferenciar. Para a senhora Margarida, a tipologia de um pavimento atendia às suas necessidades, propiciava-lhe aconchego e era objeto de investimento do seu afeto.

Ela estabelecera uma relação com cada canto da casa, organizado e decorado de acordo com as suas lembranças, os seus afetos e a sua experiência. A inconformidade com as rachaduras a fazia criticar a construtora pela incompetência, mas também a fazia comparar a sua situação com as pessoas que compraram os sobrados. Por ter conseguido uma casa térrea, com três quartos e um pequeno quintal, diferente daqueles que foram morar nos sobrados, com a dimensão dos cômodos menor com uma pequena área de serviço. Em alguns casos, a própria locomoção do morador na área interna da residência era dificultada, devido às escadas. Para uma família numerosa, ou para pessoas com algum tipo de deficiência física, aquele tipo de habitação era inapropriado, não atendia às necessidades de acomodação, locomoção e privacidade.

Assim, havia duas situações de vivências habitacionais diferenciadas, mas no mesmo local ou região, e construídas a partir da mesma política pública. Era facilmente possível identificar na conversa com moradores da cidade que os mutuários das casas estavam mais satisfeitos com a habitação, e os mutuários dos sobrados (predinhos, como chamavam) estavam menos satisfeitos.

Destarte, visitando o conjunto das habitações (sobrado), a primeira impressão suscitada foi de organização das estruturas no espaço, porém claramente se percebia o planejamento para o aproveitamento total da área disponível para aquele empreendimento. Construíram alguns prédios sobrepostos ao terreno do outro e isso provocava a impressão de perigo, pois, caso o barranco deslizasse, os prédios derrubariam uns aos outros e, visivelmente, alguns barrancos estavam com problemas de escoamento de água.

Foto 20: Área com erosão no conj. da CHDU. Fonte: Arquivo pessoal do autor.

> O senhor Apolo relatou que tinha uma casa com 11 cômodos e garagem, e agora estava morando naquele lugar, que não tinha espaço para nada e fazia um ano que o carro dele estava tomando chuva. Para não bastar, representantes da CDHU disseram-lhe que, quando a companhia construísse a garagem para os prédios, as vagas seriam sorteadas, em função da escassez do espaço. Esse senhor estava visivelmente nervoso com essa informação, pediu desculpa e na sequência começou a chorar. Reclamou do seu terreno, pois a prefeitura pegou um pedaço para alargar a rua sem consultá-lo, não pagou e disse-lhe que procurasse um advogado. Esse terreno era onde existia a sua casa antes da enchente. Foi procurar um advogado na OAB que lhe disse para contratar um engenheiro para medir a área e, feito isso, retornasse para entrar com o processo. O senhor Apolo estava inconformado, pois não tinha condição de contratar um engenheiro e argumentava que tinha todos os documentos da antiga casa. Relatou, também, que a Defesa Civil, no dia da enchente, não queria que ele e a esposa entrassem na própria casa, pois a água do rio estava subindo e a casa estava quase submersa. Ele e a esposa brigaram com a Defesa Civil e subitamente entraram na casa, justificando que havia duas coisas que não podiam deixar lá dentro, uma delas o documento da casa. Enalteceu esse fato como ato heroico, demonstrando o quanto a casa era importante para ele e a documentação era a garantia da propriedade do imóvel, pois intuíra momentos antes da inundação da sua casa, que as águas destruiriam totalmente sua habitação. Repetiu várias vezes nessa conversa informal que tinha todos os documentos do imóvel e agora estava pagando pelo outro, que não queria, mas não tinha outra opção. Estava desempregado e não tinha para onde ir, mas não gostava de morar ali naquele conjunto habitacional. Demonstrou explicitamente a insatisfação com o lugar e explicitou o estereótipo negativo que havia internamente na relação conjunto habitacional de baixa renda e habitação do mercado formal.

Esse morador, no desespero de assegurar o seu antigo imóvel, utilizava a

documentação do mesmo como prova da posse da sua propriedade. Contudo, como não tinha mais a posse, visto que fora desalojado, e como não tinha mais edificação, pois fora destruída pela enchente, a documentação perdeu seu efeito naquele contexto de catástrofe. A prefeitura havia utilizado o terreno da sua casa para alargar a rua e, até o momento dessa pesquisa, esse morador não tinha conseguido instalar um processo de indenização.

Identificou-se, também, na conversa informal com outros moradores dos sobrados, conflitos de vizinhança. Tais conflitos emergiam em função das famílias vizinhas umas às outras terem hábitos domésticos diferentes, tais como organização do lixo, barulho, horários para dormir, humor e outras. Tamanhos eram os desacordos que uma moradora relatou que havia uma ONG realizando um trabalho para as famílias viverem melhor no conjunto habitacional. Esse trabalho consistia em buscar o consenso das famílias para os problemas locais e a organização de ações em comum acordo.

Segundo essa moradora, a proposta era importante, mas o trabalho deveria ter sido iniciado antes da mudança de cada morador, tendo em vista que cada família residia antes do conjunto em localidades diferentes na cidade, em um tipo de habitação não padronizada, com autonomia sobre os cuidados com a sua casa.

Agora se perdeu essa autonomia, pois deviam se submeter às regras ditas e não ditas do conjunto. Citou o exemplo de que os moradores não podiam ter uma lixeira em frente às suas casas, pois o lixo tinha que ser coletivo. De acordo com a moradora, eram questões cotidianas que exigiam uma mudança radical, para algumas famílias, no hábito doméstico. Outro exemplo foi sobre um vazamento de água em sua habitação. Já havia comunicado várias vezes à companhia sobre o problema estrutural que estava ocorrendo, mas não tivera, até o momento dessa conversa, retorno algum.

Essas informações revelaram que a adaptação dos mutuários das habitações construídas pelas políticas públicas variou conforme o modelo a ser efetivado no município. Indicou que esse tipo de modelo habitacional (sobrado geminado) não estava no rol dos costumes desses mutuários, pois provavelmente essas pessoas vivenciaram ao longo de suas vidas moradias que carregavam o legado da cultura rural, em contrapartida ao modelo implantado na grande cidade. O modelo utilizado respondia à demanda do aproveitamento do

espaço nas áreas urbanas, com adensamento populacional significativo.

Outro dado desse processo de comparação de uma habitação e outra, internamente no conjunto habitacional, demonstrou o quanto as políticas públicas habitacionais necessitam ser revistas, incluindo a participação prévia da população assistida na formulação da própria política. Dessa forma, tem-se como hipótese a diminuição na distorção no modo de vida das pessoas em relação à sua nova moradia. Partindo desse pressuposto, abarcar-se-ia a singularidade do contexto e a particularidade de cada família contemplada.

No caso de São Luiz do Paraitinga, pareceu que a especificidade das famílias e do contexto não foram plenamente respeitadas, pois houve uma diferenciação nos modelos tipológicos das edificações no conjunto. Produzindo nos mutuários ora identificação, ora negação do local pelo contraste. Havia interesse das pessoas que moram no sobrado em ter uma habitação térrea, por essa condensar melhor os padrões de habitabilidade vivenciados na cidade.

Ao contrário, os moradores das casas térreas se sentiam mais satisfeitos com as suas habitações, entendiam que estavam em moradias melhores na relação com os vizinhos moradores dos sobrados – insatisfeitos porque estavam em lugares piores tanto em relação à sua antiga casa, quanto às casas térreas. Ambos os mutuários, ao se compararem com os desabrigados, sentiam-se beneficiados. Essa tensão ou contraste, a partir dos modelos de edificação, indicou uma fronteira endógena na própria região e uma fronteira exógena na relação com outras regiões. Por dedução, a forma dos grupos (sobrados e casas térreas) organizarem as suas vivências com a habitação também foram diferenciadas, pois, para um, o lugar estava adequado às suas expectativas, e, para outro, não.

Contudo, a padronização e a planificação das habitações demonstrou que a efetivação das políticas públicas habitacionais na cidade foi importante para responder uma demanda emergencial da catástrofe, mas reproduziu internamente na região conflitos de opiniões e modo de vida a partir de modelos distintos de moradia. A fronteira que se estabeleceu entre uma região e outra reproduziu-se também internamente no conjunto habitacional.

6.5. Concluindo os caminhos

É nesse cenário que se concebe a acepção das *trincheiras espaciais simbólicas* como uma representação que se forma progressivamente a partir da hierarquia do espaço ocupado. Tal representação se desdobra da segregação espacial. A formação do Alto do Cruzeiro, a qual denotava que a ocupação daquela área se iniciou com os escravos e/ou pessoas pobres; o Centro Histórico – ocupação que ocorreu com o domínio das famílias abastadas; o bairro Várzea dos Passarinhos – população majoritariamente pobre, oriunda das áreas rurais; o bairro Benfica – população pobre, provinda de todo o território citadino e outras.

A palavra trincheira, aqui, é entendida como a construção de um fosso subterrâneo ou de uma barricada em lugares em que está ocorrendo uma disputa, combate. As trincheiras funcionam como abrigo de proteção dos tiros, mas também como local estratégico para onde locomover a tropa e dissimular a ação de combate. A trincheira oculta para o inimigo a visão dos soldados.

A palavra simbólica está sendo utilizada no sentido "referente a, ou que tem caráter de símbolo; alegórico; metafórico" (*Dicionário Eletrônico Aurélio* séc. XXI). E, por último, a palavra espacial está sendo empregada no sentido do lugar do corpo (BETTANINI, 1982), da produção material (LEFEBVRE, 2006), da experiência (TUAN, 1983), e de lugar em que possui camadas de registros históricos (MASSEY, 2008).

Em vista dessas definições, pode-se sintetizar que o significado "trincheira espacial simbólica" forma a noção de uma barreira dual (concreta e alegórica), construída intencionalmente na superfície do espaço para abrigar, separar, dividir, dissimular e proteger as ações de pessoas e/ou grupos em contexto de disputa ou luta por algo. Ela é concreta porque há objetos que a representam, como uma rua, uma praça, uma igreja, um espaço vazio, um muro, um padrão de casa, entre outros. Ela é simbólica, porque os objetos que a representam estão inseridos em um processo social, econômico e cultural, prescritivo, que fomenta e produz a divisão do espaço, cuja divisão as pessoas internalizam como um processo natural e, dessa forma, a percepção, o comportamento, o juízo e os valores se orientam na

cidade pautados nesse processo.

As fronteiras das áreas em contradição alegoricamente representam as trincheiras espaciais, pois, na intersecção dessas áreas, há tensões, conflitos relacionados ao antagonismo social das áreas ocupadas. A representação das trincheiras espaciais simbólicas se forma pela contradição das áreas ocupadas na cidade, visto que o conteúdo dos objetos que condensam essa noção se revela para as pessoas de forma dissimulada. Temos como hipótese que a edificação (habitação) é o principal objeto fomentador da noção de trincheiras, e outros se desdobram na órbita da edificação e/ou em decorrência desta.

Entretanto, apontar o processo da fragmentação da cidade e a segregação espacial dele decorrente possibilita, de forma global, diferenciar as pessoas do lugar, o lugar das pessoas, e o lugar de outros lugares. A trincheira seria, então, uma forma de compreender aspectos do processo da contradição do espaço, esmiuçar alguns elementos que provocaram, na representação das pessoas, a cisão entre o objeto edificado e o seu caráter simbólico e funcional.

Partimos do pressuposto de que há uma linha divisória no espaço em contradição e, no bojo dessa linha, existem minúcias que precisam ser apontadas. A acepção de trincheiras emerge a partir de alguns elementos desse bojo circunscritos na relação pessoa/casa, no aspecto público e privado.

Essas representações, em alguns casos, são parecidas devido às condições sociais do local se assemelharem. Em outros, são conflitivas, porque traduzem experiências diversificadas. O conflito produzido na intersecção das áreas em antagonismo tem relação com os derivados das vivências em locais distintos quanto à sua materialidade e à sua representação. Os diferentes segmentos sociais têm os anseios da sociedade burguesa, mas as condições sociais determinam padrões de aquisição material diversificado, assim como o acesso a determinados bens imateriais. Ato contínuo, o conflito decorrente da fronteira das áreas em antagonismo explicita a habitação como objeto de ostentação e incorpora a ela também valores sociais.

Temos como hipótese que os moradores assistidos em casas planificadas públicas, como os sobrados geminados construídos pela CDHU, têm, neste momento, dado mais ênfase

à dimensão simbólica da moradia como espaço de intimidade, em detrimento do *status* produzido pela habitação. No entanto, essa inversão se dá porque, na representação do conjunto, está sendo conotado um valor depreciativo – uma imagem negativa do local. Tal representação conjugou as experiências dos moradores do local com a visão dos citadinos sobre aquele contexto. As pessoas avaliam o lugar pelo contraste com outras áreas, retomando os relatos dos moradores dos sobrados: há conflitos de vizinhança, estranhamento do lugar, mudança de perspectiva visual da cidade, distanciamento do antigo núcleo de amizade, insatisfação com a tipologia da casa, entre outros.

Todos esses elementos formam o conteúdo da representação da trincheira espacial. O conflito subjetivo emergido pela tensão do lugar, dentre outros elementos, é fomentado pelo anseio individual de ascensão e por uma melhor condição de vida. Além disso, há também o processo de fracasso desse objetivo. A internalização dos aspectos da hierarquia da cidade, que induzem as pessoas a uma naturalização dessas questões, não suprime o conflito subjetivo descrito anteriormente. Este conflito se dá na relação sucesso e fracasso em morar em lugares não rotulados negativamente, pois as pessoas buscam sempre melhorar a sua condição de vida, e isso significa também adquirir habitação.

Entretanto, os anseios sociais entre as áreas em antagonismo são parecidos, embora cada um se reconheça a partir do seu local e defenda o seu espaço, mesmo tendo como anseio as mesmas coisas.

Partimos do pressuposto de que, na relação habitação/lugar/pessoa, ocorrem os conflitos intersubjetivos objetivados no espaço. Como em toda guerra, existem dois lados, os quais têm propósitos e objetivos antagônicos. A construção das trincheiras no campo espacial objetiva uma demarcação do lugar, enquanto a explicitação do conflito sintetiza, simbólica e materialmente, os interesses particulares das pessoas e do grupo que as representa.

No cenário dos conjuntos habitacionais aqui exposto como exemplo, as trincheiras espaciais simbólicas, analogamente ao conflito no campo de batalha, dividem de um lado *o poder ser igual* (ter as mesmas condições socioeconômica e cultural) e, do outro, *a realidade como ela é*. Nesse conflito, torna-se mais apropriado às pessoas construir e alimentar as trincheiras do que desvencilhar as amarras da realidade, ou seja, compreender toda produção

histórica do local.

Através desta discussão, foi possível situar o caráter simbólico da habitação e a sua funcionalidade. Então, pergunta-se: qual a relação da habitação com as trincheiras? Como exposto em parágrafos anteriores, tem-se como hipótese que a edificação (moradia) é o principal objeto fomentador da noção de trincheiras, pois estas foram construídas a partir da percepção das pessoas sobre o morar. E o morar, no contexto pesquisado, é o morar em uma cidade destruída parcialmente, onde houve o seguinte desdobramento da relação habitação/cidade:

1) a perda da habitação possibilitou que o órgão público removesse um conjunto de pessoas economicamente carentes para habitações planificadas, padronizadas e em condição de assistência. Tal situação conferiu aos moradores uma dimensão de usuários e, aos órgãos públicos, de gestores; 2) a manutenção das edificações históricas representou, entre outras coisas, a relevância daquele lugar para a imagem da cidade e para o modo de vida; 3) as ações do órgão público tiveram uma centralidade no centro histórico, enquanto outros bairros atingidos pela inundação receberam uma atenção diferenciada; 4) o conjunto habitacional construído pela CDHU está ressignificando a imagem da cidade, e reproduziu a contradição do espaço.

Dessa forma, a verificação das trincheiras espaciais simbólicas na cidade de São Luiz do Paraitinga pode ser percebida e apreendida na seguinte síntese: as edificações demarcaram o espaço funcional e o espaço simbólico da cidade, mas, sobretudo, essa demarcação aparece de forma natural para a população. Tais pessoas têm uma percepção automatizada de quem habitou ou usufruiu do espaço citadino e o que ele representa. Os conjuntos das demarcações nesse espaço produziram fronteiras entre um lugar e outro, perceptíveis através do conjunto das edificações que qualificam as áreas em contraposição no território citadino.

A lógica do planejamento racional do espaço produziu as trincheiras e, na cidade, tal processo pode ser apontado em uma periodização histórica em que houve a promoção do desenvolvimento urbano ou do planejamento racional do espaço nos moldes hegemônicos (o controle do governo imperial no desenvolvimento da cidade de São Luiz do Paraitinga), sendo que a fundação da cidade tinha um caráter estratégico e funcional, na conjuntura da época.

A partir de então, as intervenções no espaço são orientadas pela divisão social (econômica, política, cultural e outras). A cidade se constrói de forma fragmentada, pautada em um modelo de planejamento na base do qual está a divisão do espaço social, criando lugares representantes dessas divisões no território. Como foi citado em capítulos anteriores, formaram-se edificações ao redor da praça representando um segmento social e áreas de bolsões de pobreza no entorno do centro urbano.

Na intersecção dessas áreas na cidade, produziram-se as trincheiras. Visivelmente podia ser percebido o contraste do lugar pelos moradores, mas a lógica desse processo era quase imperceptível por se apresentar como ordem natural das coisas. Somente se via o questionamento ou a reflexão à medida que esse processo era desvelado. A enchente de 2010 instigou nas pessoas o questionamento e a reflexão, e movimentou a representação das trincheiras, pois um contingente de desabrigados, moradores da parte baixa da cidade, foi abrigado por aqueles que moravam no morro (periferia).

Mas tal ação teve um caráter emergencial, induzido pela situação de calamidade que a catástrofe ambiental causou. Tão logo a cidade retomou sua atividade normal, a lógica histórica da fragmentação do espaço e a produção das trincheiras também foi retomada. Isso não quer dizer que a inundação não tenha provocado reorganizações no modo de vida das pessoas, até mesmo na visão de mundo. O que se está apontando é que o processo de hierarquização do espaço e os desdobramentos decorrentes do mesmo sofreram pouca reorganização; pelo contrário, atualizaram-se. Novamente, é possível citar a incoerência da construção de conjuntos habitacionais no pequeno município de São Luiz do Paraitinga com uma tipologia de conjuntos habitacionais planejados para municípios de médio e/ou grande porte.

A política habitacional buscou um aproveitamento do espaço, construindo parcela das habitações verticalizadas e geminadas. Esse tipo de política pode provocar mudanças substanciais no modo de vida da população mutuária, uma vez que impulsiona uma reorganização na concepção de moradia para aquelas pessoas fortemente marcadas pela tradição rural. Essa construção dá indícios da produção das trincheiras em toda a cidade e da reprodução de políticas públicas pautada nesse mecanismo de fragmentação do espaço.

A organização familiar local mediou a relação estado/espaço/pessoa, contribuindo para a construção social da representação das trincheiras, pois as edificações representavam a posição social da família, assim como as ideias, os valores e os costumes. À guisa de exemplo: a concentração de um segmento social ao redor da praça com um modelo de família tradicional contribuiu para a percepção da população sobre o contraste dos lugares, da fronteira do espaço – o local onde a casa é construída, em consonância com a tipologia da habitação, classifica a tipologia da família e o estrato social.

Para compreender por que a percepção das edificações foi um processo importante na orientação das pessoas sobre o espaço, assim como na formação da representação das trincheiras, retomar-se-á uma discussão já apontada em capítulos anteriores.

A imagem da cidade é a imagem do centro histórico. Até o momento, a imagem de outros lugares não se sobrepôs à imagem da cidade histórica. Através desse pressuposto, a formação das trincheiras também se consolidou pela hegemonia da perspectiva visual. A fachada das edificações se impôs no campo perceptivo pela pujança do traçado arquitetônico. A percepção visual prevaleceu sobre os outros sentidos (BARROS, 1999), conferindo à representação da cidade uma imagem circunscrita ao centro histórico, a imagem das edificações históricas. Da mesma forma, a percepção de outros tipos de habitação fomenta uma imagem do lugar, relacionada àquele modo de vida.

A partir desse argumento, é possível explicar por que, após a inundação de 2010, as falas dos moradores, em sua maioria, relevava a construção do centro histórico em detrimento de outras áreas na cidade. Entendemos que a representação da cidade se consolidou a partir da imagem do centro histórico, e não reconstruir esse símbolo significava recolocar outra imagem da cidade no local, ou reconstruí-la. Mas esse processo não seria fácil porque, na cidade, há uma tensão entre as representações dos diversos lugares, uma querendo se sobrepor à outra, ou seja, a manifestação das trincheiras, pois cada representação traz em seu conteúdo um modo de vida, uma experiência com o lugar, um valor e outros. Então, qual a imagem a ser formada? A imagem do bairro Alto Cruzeiro, da área rural, dos conjuntos habitacionais, da cidade em ruínas, ou a convergência de todas essas imagens?

Não há resposta para o questionamento, mas este confirma que, no espaço citadino,

há tensões e conflitos, que se podem nomear trincheiras espaciais simbólicas, e essas são representações que se formam na experiência do lugar. Mesmo destruindo a materialidade do local, a representação das trincheiras permaneceu orientando as ações públicas e o modo de vida das pessoas. As trincheiras espaciais simbólicas são fruto de um processo histórico e se apresentam como um tipo de representação específica do lugar e das pessoas.

6.5.1. São Luiz do Paraitinga: Ocupação, regiões e trincheiras

Foto 21. Subida lateral de acesso ao Bairro Alto do Cruzeiro. Fonte: Autor

O enfoque da discussão centrou-se no aspecto da edificação, a qual envolveu as casas e os monumentos. Considerou-se, na conjuntura histórica do município, que a produção das edificações não ocorreu aleatória ou despretensiosamente, a mesma foi permeada pelos interesses econômicos, políticos, culturais e outros.

A esfera econômica teve uma sobreposição sobre as outras, em alguns casos ela chegou a ser minimizada, mas nunca completamente anulada. Partindo desse suposto, considerou-se que os bairros no território citadino foram ocupados seguindo uma lógica

macroestrutural engendrada pelo Estado e uma lógica local relacionada à peculiaridade do modo de vida da população rural.

O processo de ocupação se relacionou diretamente com os elementos da estrutura social, elegendo os principais deles, o Estado, a família e a igreja católica. As diversas áreas, na qual a cidade foi fragmentada reproduziram, na arquitetura dos imóveis e nos elementos móveis (atividade de trabalho e lazer), conflitos de interesses e desigualdade social. Os bairros continham elementos simétricos e assimétricos em relação à estrutura social. Identificou-se[46] que a simetria se referiu ao modo de vida, religião e cultura popular, e a assimetria se referiu principalmente aos padrões de habitação e trabalho.

Considerou-se nesta pesquisa o escopo nas estruturas imóveis (edificações), portanto houve na unidade (cidade) partes conexas (bairros) em relação ao todo, mas descontínuas (LEFEBVRE, 2006) em alguns casos, quando se levava em conta a contradição social entre um bairro e outro. A contradição realçou um antagonismo entre as áreas, uma assimetria nos padrões de edificação, como supostamente desconectado da imagem pública da cidade.

Como exemplo das áreas assimétricas, cita-se a relação Bairro Alto do Cruzeiro, São Benedito (conj. da CDHU), Várzea do Passarinho *versus* Centro Histórico. Em capítulos anteriores, foram realizadas discussões pontuais sobre esses bairros, as quais possibilitaram caracterizar esses locais em comparação com a cidade. Conforme mudou o enfoque da discussão de uma região para outra, ou seja (de um bairro para outro), novos apontamentos foram sendo suscitados em função do processo de descontinuidade do espaço construído.

A mudança no enfoque enquadrou questões específicas das regiões na relação com o centro administrativo e histórico da cidade. A dissolvência da discussão permitiu uma espécie de giro analítico sobre a relação das pessoas com as regiões. Percebeu-se a criação de imagens sobre a cidade vinculadas à produção de ideias ou representações a partir do ambiente local em que se estava inserido e uma imagem pública da cidade – convergência das diversas imagens particulares.

Em vista disso, a representação das pessoas construída na experiência em morar no

[46] Inúmeros elementos da estrutura social podem indicar a simetria e a assimetria entre as áreas. Elencaram-se nesta discussão os percebidos pelo pesquisador como principais para análise das trincheiras.

Alto Cruzeiro apareceu em contraste com as pessoas que moravam no centro histórico e/ou no bairro São Benedito (CDHU). Através dessas representações, discutiu-se a produção social do espaço luizense se apropriando das falas dos moradores e utilizando conceitos como: evento crítico, acontecimento traumático, descontinuidade do espaço, região, locomoção, espaço vivido, memória social e identidade de lugar. Todos esses serviram de estrutura para explicar a relação pessoa e ambiente, conforme se transladou a discussão sobre as regiões na cidade.

Para fins explicativos, realizaram-se as análises, ora enfocando os objetos, e ora centrando nos aspectos simbólicos. Entretanto, tem-se como princípio que a representação do objeto não estava desvinculada do lugar onde este objeto se inseria na cidade, o objeto e seu símbolo são indissociáveis. A forma pela qual cada pessoa vivenciou a habitação e o lugar orientou também a sua visão da cidade, de acordo com Bachelard (p.25, 2000): "[...] todo espaço realmente habitado traz a essência da noção de casa [...]". Nesse sentido, houve uma diferença nas representações entre as pessoas residentes em um lugar e outro, levando em conta o conjunto majoritário de habitações no mesmo padrão.[47]

Nesse raciocínio, a habitação vai dizer muito sobre as relações do viver em contexto de desigualdade. Elegeu-se a mesma como elemento central para indicar as diferenças entre os bairros, pois a tipologia das habitações em determinada localidade pode classificar o bairro em diversos aspectos ligados a sociabilidade, infraestrutura, estrato social, cultura e outros. As regiões urbanas são representadas, no que tange ao valor econômico, pelo conjunto das suas edificações. Parece haver um anseio massivo difundido na sociedade em morar em regiões onde o padrão de habitabilidade condiz com o ideário burguês.

Partindo desse pressuposto, identificou-se, na cidade histórica, a reprodução dessa lógica, em função da conservação das edificações no padrão arquitetônico construído no período do café, momento histórico áureo para a economia local. A arquitetura baseou-se nos modelos português e mineiro (sobrados neoclássicos) construídos no centro da cidade, ao redor da praça.

---

[47] Mesmo em uma região pobre, era possível identificar casas com padrão sofisticado de construção, indicando que o proprietário pertencia a um segmento econômico mais abastado. Sendo assim, considerou-se na pesquisa, para diferenciar um bairro do outro, o conjunto majoritário de habitação que expressava a imagem daquele bairro.

Fez se importante marcar esse período, pois o mesmo revela a contradição dos espaços ocupados na cidade nos séculos anteriores, considerando o conjunto das habitações como determinante do lugar social das famílias residentes daquelas habitações. Parafraseando Tuan (p.43, 1983), “[...] as localizações residenciais tem a mesma hierarquia de valores [...] os ricos e poderosos não somente possuem mais bens imóveis do que os menos privilegiados, como também dominam o espaço visual [...]”.

Outros elementos também corroboraram para a discussão da edificação na cidade como: as ruas, a praça, as igrejas, os monumentos. Através desses, foi possível explicitar que, mesmo havendo a contradição social entre uma região e outra, os moradores construíram experiências socioafetivas com esses objetos, compondo, no percurso temporal, a memória social do lugar. Interpretou-se que, dentre os fatores relevantes da manutenção da memória coletiva do lugar, encontra-se a função de integração coletiva dos espaços fragmentados.

Contudo, mesmo havendo objetos coletivos de investimento socioafetivo da população, em alguns casos existe o revés ou a parte “oculta” negativamente de tal objeto. Ele (objeto) também demarca a fronteira entre uma região e outra, estipula o limite geográfico da região, ao transpor o marco, entra-se em uma outra região, em que os elementos da estrutura social se apresentam de forma assimétrica no contraste entre uma e outra.

Nessa lógica, tem-se como hipótese que a igreja matriz, espaço socioafetivo e religioso de todos os fiéis do catolicismo, contém também, na sua imaterialidade, um polo negativo, o qual ocultou que o seu edifício (materialidade do objeto) separa duas regiões em contradição social. A sua frente (entrada) estava voltada para a praça e para os casarões, e o seu fundo para o Bairro Alto do Cruzeiro. Essa relação de frente e fundo do objeto e da cidade tem um simbolismo daquilo que se deve mostrar primeiramente, e o que se deve esconder aos olhos do visitante.

A frente da edificação simboliza aquilo que se quer mostrar, a pujança do objeto – beleza, detalhe, força. Normalmente, a frente, além de ser vista por qualquer pessoa que está diante do objeto, é por ela que se recebe o visitante. Já o fundo simboliza aquilo que se deve esconder, parte menos importante do objeto, não recebe o mesmo tratamento estético. Simboliza também saída, um lugar de passagem e não de recepção.

De acordo com Tuan (1983), a frente significava futuro e espaço sagrado e fundo, passado e profano. Da mesma forma que o alto e o baixo provocavam a sensação de superioridade, muitas cidades em diferentes períodos históricos utilizaram essas orientações espaciais alto e baixo, frente e fundo para organizar a sua entrada e saída, assim como onde construir os edifícios de poder. No caso de São Luiz do Paraitinga, pode-se especular que a frente principal da cidade está voltada para suas áreas mais nobres, assim como a igreja matriz, onde as residências possuem um mesmo padrão, no sentido econômico e na arquitetura diferenciada. Enquanto isso, o fundo da cidade e da igreja ocultam as habitações pobres, o reflexo da desigualdade social.

Diante dos pressupostos discutidos, criou-se a noção de trincheiras espaciais simbólicas, noção essa que seria uma forma de apontar o processo concreto e simbólico da forma como as pessoas perceberam as regiões em contradição. Pode-se afirmar que a localização e a distância, em relação ao lugar em que as pessoas estavam inseridas, agiram como determinantes no processo de classificação da região em relação ao todo da cidade.

A noção de trincheiras foi uma descrição desse processo de contradição do espaço, enfocando a representação que se criou a partir do contraste das habitações. Como já foi descrito que as habitações no espaço acompanharam também outros elementos da estrutura social, era inviável uma análise apenas desse objeto. Fez-se necessária a discussão de vários aspectos da cidade para cercar esse objeto e ressaltar o quanto o local e a tipologia das edificações explicitaram o processo de desigualdade social. A tipologia das edificações, nesta pesquisa, concentrou-se com mais detalhes entre as habitações construídas pelos órgãos públicos e as habitações históricas e/ou construídas com recursos próprios.

A lógica valorativa do lugar teve relação direta com a tipologia das habitações e sua permanência: quanto mais sofisticadas e caras as edificações, maior também o acesso da população rica economicamente naquela região; e o revés desse processo pareceu também se confirmar: quanto mais degradado o conjunto de habitações do lugar, maior permanência de pessoas pobres economicamente. A região normalmente foi formada ou passou a ser constituída pelas pessoas do mesmo poder aquisitivo.

Assim, a trincheira se configurou como um recurso metodológico para compreensão do processo de contradição do espaço a partir do elemento edificação. Pode-se circunscrever essa noção como *um processo pelo qual, entre as áreas em contraste ou antagonismo*

econômico e cultural, consolida-se uma linha divisória. Essa linha divisória (fronteira/barreira) era objetiva (mesmo não aparecendo como demarcador), consolidada na praça central, na igreja matriz, no rio Paraitinga, na rua do Conj. Habitacional da CDHU, e, subjetiva porque as pessoas, ao cruzarem as fronteiras das regiões, evocavam representações e imagens coletivas positivas ou negativas daquele local.

A percepção que se formou ao avançar o demarcador (linha divisória) produziu uma representação do espaço de uma região e da sua vizinha. Essa representação ou ideia que se criou do objeto não emergiu apenas pela percepção imediata das regiões em contraste, mas pela lembrança do modo de vida que se estabelecia em cada polo. A denominação de trincheiras espaciais simbólicas pode ser entendida como a cidade cindida em áreas em conflito. Vale destacar que se parte do pressuposto de que *a representação da trincheira, fruto da abstração humana, concretizou-se na formação das porções geográfica e social na cidade, envolvendo as diversas esferas da estrutura social: economia, política e cultura.*

A trincheira foi um processo de divisão social do espaço a partir do elemento concreto (habitação) como principal objeto de consolidação desse processo. Visto que esse elemento explicitou claramente a posição social e atribuiu às pessoas características pessoais e sociais. Ao pronunciar morar em determinada habitação inserida em determinada região, a representação imediata que as pessoas criaram para o sujeito qualificou o mesmo com ideias negativas ou positivas, assim como o enquadrou em determinada classificação pessoal e social.

Dificilmente as pessoas conseguiram ocultar o lugar em que moravam. No caso de uma roupa, de um carro ou até mesmo de um comportamento, as pessoas podiam omitir o estrato social a que pertenciam, dissimulando o comportamento. Mas a habitação tinha um peso maior no enquadramento da pessoa dentro da estrutura social. Principalmente quando estava localizada em áreas de bolsões de pobreza ou riqueza, nos extremos. Ela induzia com mais força sobre o comportamento das pessoas e alguns casos até mesmo sobre os valores religiosos e morais.

Isso se explicou em função da casa ter um significado universal de abrigo, e a sua importância se assemelhou ao próprio corpo nos primeiros anos de vida, a proteção do corpo é dado pelo espaço de intimidade traduzido no abrigo (casa). É nesse sentido que Bachelard (2000), defende a casa como o nosso universo o nosso primeiro canto no mundo, o primeiro objeto que integra o nosso espaço vital. A forma que se estruturou o espaço social de São Luiz

do Paraitinga foi fragmentada, por ter sido um espaço fragmentado o conjunto das habitações formaram as regiões, de acordo com (LEWIN, 1973), o ser são corpos ou regiões conectadas a outras regiões.

O espaço ocupado na cidade configurou regiões em conexão, mas descontínuas na relação com o todo da cidade. O movimento do citadino em transitar de uma região para a outra indicou a passagem das linhas divisórias consolidadas nas estruturas físicas da cidade. A cada movimentação do luizense no contexto pós-catástrofe, de uma região para outra, indicou uma mudança física – locomoção de um lugar para outro – e, também, uma mudança no comportamento ou nos aspectos psicossociais daquelas pessoas, que estavam se adaptando à nova realidade social.

Parte-se do pressuposto de que o lugar funcionou como centro valorativo para as pessoas, e a habitação era a sua expressão mais íntima. Dessa forma, a fixação das pessoas no espaço via edificação da sua casa ou habitação configurou também o seu posicionamento na estrutura social envolvendo estilo de vida, hábitos e ações de moradores de uma região em comparação com outra.

Considerou-se que a linha divisória funciona como uma membrana que divide um bairro do outro. Essa fronteira cambiável define limites de ação, movimento e juízo dos moradores de um e de outro, metáfora que seria a forma mais objetiva de descrever as trincheiras espaciais simbólicas, formação de membranas a partir da perspectiva da contradição das habitações (moradia). Nesse raciocínio, a moradia, por significar conforto e segurança, também possuiu o seu revés: as pessoas buscam uma qualidade de vida melhor, assim como estabilidade na sua relação com o mundo. Se o lugar em que se mora é inferior ao que a sociedade coloca como padrão, essa estabilidade não está sendo permitida, a negação do desejo de morar melhor, ser aceito, é lhe negada. Por isso, o conflito das trincheiras existe de forma permanente, uma disputa pela estabilidade e pelo acesso que se dá com o outro e consigo mesmo. Reproduz a competição imposta pela sociedade em vencer as dificuldades econômicas, não ocorrendo isso o sujeito passou a ser um fracassado do sistema. A situação de vencedor e fracassado envolve outras antinomias, como: empregado x desempregado; pobre x rico; feio x bonito; limpo x sujo, cultura oficial x cultura informal, entre outras.

A busca pela estabilidade e pelo acesso estava na base do conflito das regiões em antagonismos, incorporando a situação de saída ou permanência daquele contexto. Seguindo esse raciocínio, tem-se como hipótese que não há uma livre movimentação das pessoas entre

as regiões, existem as trincheiras delimitando um lugar do outro.

As pessoas se organizam a partir desses limites e, ao se movimentarem de uma região para outra, adquirem novas experiências, ressignificam a sua relação com o ambiente, pois a movimentação no ambiente de região para região também é acompanhada de uma mudança no processo de identidade a partir do lugar social que se ocupa e do lugar físico em que se reside. O fato de haver uma relação da pessoa com o ambiente, negativa ou positiva, não excluía a ideia da trincheira como uma membrana entre duas ou mais regiões. A trincheira se movimenta nas regiões em função de que ela está no espaço, mas também no processo de representação da pessoa sobre aquela determinada porção territorial e social. Conforme a pessoa se movimenta, a trincheira também se desloca.

Esse processo de movimentação no caso das trincheiras é acompanhado pela movimentação no estrato social, na posição econômica, em suma, na ascensão social. Desse modo, não parece um processo passivo e sim ativo, o qual envolveu energia, trabalho, determinação e organização. A energia justamente foi para a disputa, luta pela sobrevivência, para alcançar o seu lugar na estrutura social e também a luta pelo poder, pois envolveu sobreposição de uma camada social perante a outra. Em decorrência disso, considerou que há diversas representações construídas nas regiões da cidade, as quais levavam em consideração o conjunto majoritário das edificações.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa, buscou-se demonstrar que, na produção do espaço da cidade de São Luiz do Paraitinga, produziu-se também a representação das trincheiras espaciais simbólicas. Os apontamentos levantados procuram aprofundar as discussões sobre a produção do espaço luizense de forma imbricada com a produção material sobre o espaço, apresentando um olhar além da superfície em que tais produções foram processadas.

Para desvelar os conteúdos da produção do espaço na cidade em questão, entende-se como necessária a formulação de um encadeamento de hipóteses acerca da realidade do local em consonância com acontecimentos históricos. Tem-se, como uma dessas hipóteses, que, no processo histórico da formação da cidade, produziram-se determinadas edificações que fomentaram representações dos lugares, cujo resíduo permaneceu na atualidade. O marco temporal da realidade estudada demarca o contexto citadino pós-inundação.

A investigação centrada nas observações de tal contexto, as falas, guiaram a pesquisa para diferentes trajetos de discussão imbricados com a questão da ocupação espacial e a representação que se formou a partir de então, considerando o objeto da tese a relação do homem com o habitar na cidade de São Luiz de Paraitinga.

Entretanto, para não perder o foco na complexidade que tal objeto postula, centrou-se parte da atenção nas experiências pessoais pós-inundação de moradores de São Luiz, quais sejam:

- as perdas materiais e imateriais provocadas pela inundação;

- as possíveis transformações no modo de vida dos habitantes dessa cidade;

- as produções das imagens relacionadas: habitação e a cidade.

Considerados tais aspectos, objetivou-se verificar se as imagens e ideias suscitadas no processo de construção do espaço citadino indicam a constituição da representação das trincheiras espaciais simbólicas.

A discussão das especificidades acima orientou-se pelos pressupostos de Lefebvre (2006), mas com a apropriação de argumentos de outras teorias, principalmente os relacionados a fenomenologia de Bachelard (2000) e Tuan (1983). Nessa perspectiva, entende-se que a análise conjunta das hipóteses que formuladas possibilitará a elaboração de sínteses relacionadas aos objetivos propostos neste trabalho. Para finalizar, vale retomar as principais hipóteses.

A ocupação do território foi um processo induzido pelo Império e, depois, pela República. Os interesses dos povoadores eram estritamente orientados pelo controle político e econômico do território. Tal controle instituiu uma lógica de ocupação do espaço pautada na relação de poder econômico e político. Esse mecanismo consolidou, nas áreas ocupadas, um processo de hierarquia dos lugares.

A produção das edificações no espaço seguiu essa lógica. As edificações demarcaram os espaços funcional e simbólico da cidade, mas, sobretudo, essa demarcação aparece de forma natural para a população. Os conjuntos das demarcações no espaço citadino produziram fronteiras entre um lugar e outro, perceptíveis através do conjunto das edificações que qualificam as áreas em contraposição no território citadino.

Em vista disso, as edificações carregam a historicidade da cidade e nelas estão transcritos os acontecimentos político, cultural, religioso, econômico e social da conjuntura. Temporalmente, as edificações vão agregando histórias pessoais, ornamentando a cidade e construindo um roteiro invisível, privado e público, da formação desta, pois cada pessoa tem um enredo para sua história a partir da vivência social dos monumentos, da praça, das casas.

No compartilhamento da memória social, encontram-se os resíduos das representações produzidas outrora. As vivências dos citadinos, na atualidade, com determinados objetos históricos sobre o espaço (a praça, as ruas, as igrejas, as casas e os casarões) podem promover o resgate subjetivo das camadas invisíveis da cidade, ou seja, da memória social.

A inundação provocou um estado de descontinuidade, fomentando um descompasso na dinâmica da cidade, tanto na gestão pública como na vida das pessoas. O ente público local sofreu a pressão de dar resposta à diversidade dos problemas emergentes, e foi impelido a

reorganizar as políticas públicas e acelerar o tempo para execução das mesmas.

O fato da gestão pública reorganizar as políticas públicas não significou que houve uma mudança na qualidade de tais políticas e/ou no paradigma administrativo da instituição pública municipal, estadual e federal. A inundação acelerou determinados processos da gestão estatal, resultando em ações públicas imediatas, mas a concepção política que norteava tais ações permaneceu, em sua maioria, a mesma.

A experiência pessoal da catástrofe em relação à fragmentação do espaço indicou que, em situação de perda total e de carência, suspendem-se, por determinado tempo, as representações do lugar social: todos se tornam iguais na situação de calamidade. Essa situação impede que alguns determinantes das condições materiais (objetos e edificações) possam, naquele instante, ser acessados, pois há um impedimento forjado pela inundação. As pessoas foram impedidas de resgatar e/ou acessar dinheiro ou objetos de valor – principalmente o imóvel, que além das suas funções, servia como objeto de demarcação da posição social. Essa situação temporária das perdas materiais provocou uma autorrepresentação das pessoas, na esperança, no humor, na motivação, nos valores e mesmo na perseverança, pois a condição da catástrofe não permitia uma previsão de como seria o futuro a partir de então.

No ato da catástrofe vivenciado pelas vítimas, ocorreu um afastamento da prioridade material para priorização dos aspectos de preservação da vida. Logo que as coisas começaram a seguir um ritmo normal, as determinações materiais voltaram a orientar os espaços na cidade.

Percebemos que, nos relatos da experiência da perda material e imaterial, as pessoas davam mais ênfase às perdas dos objetos históricos da cidade (casarões, igreja) do que às perdas privadas. Pareceu uma sobreposição da representação histórica da cidade sobre o sentimento das perdas materiais pessoais, e tira-se como premissa dessa constatação que a manutenção do ente maior (cidade, abrigo de todos, construção social) tem um papel substancial no processo de reconhecimento cultural e social das pessoas – identidade social de lugar.

Assim, foi incorporada ao imaginário popular a edificação histórica como a

representante física (concreta) da cultura, deixando subjacente a função que lhe era primeira – objeto de poder econômico e cultural – para operar como objeto simbólico da herança cultural. O casarão deixou de representar uma moradia privada para incorporar o *status* de monumento da tradição, produto e produtor da história do lugar.

Dessa forma, falar da cidade para o outro era também falar de si, em uma perspectiva social. As particularidades da vida íntima e privada ficavam reservadas, pois, coletivamente, diversas pessoas perderam tudo. O drama não era exclusivo de uma pessoa, mas de uma parcela da cidade. Porém, isso não quer dizer que as perdas pessoais não tinham importância, pois perder a habitação também significava perder um dos objetos de afeto.

Outra conclusão postulada desse fato se refere à cultura, pois a força do aspecto cultural da cidade se mostrou significativa para determinar essa sobreposição. A cidade, como espaço social e cultural acolhedor de todos os corpos, precisou ser reconstruída para manter a referência das pessoas no processo de reorientação das particularidades da vida.

Todavia, a reconstrução ou a manutenção das edificações históricas parece possibilitar também uma manutenção do perfil social e cultural dos citadinos. O simbolismo desses objetos na subjetividade das pessoas foi uma construção social que pode ser identificada, embrionariamente, no processo histórico da fundação da cidade.

A inundação, ao destruir esses objetos, tirou algo que estava submerso e o elevou para a superfície. Então, destacou a imaterialidade do perceptível, ou seja, realçou algo existente, mas pouco observado cotidianamente, as edificações como entes substanciais para formação do modo de vida local.

Foto 22. Depois da inundação. Fonte: Autor

Esse processo só foi possível em decorrência da proeminência da imagem, porque a imponência da perspectiva de algumas edificações perdurou no decurso da história: foram objetos importantes cuja representação estendeu até hoje. A representação dos casarões, da igreja e das casas traz em seu bojo não somente a beleza, mas também um cenário político, um modo de comportamento, um poder econômico e um poder cultural.

O símbolo do objeto se apresentou na vida cotidiana como instância integrada à materialidade. Com a representação do símbolo, por ser imaterial, qualquer pessoa pode ter acesso ao arcabouço simbólico compartilhado socialmente. Em contrapartida, é no elemento concreto que o acesso das pessoas não ocorre de forma tão livre, pois existem condicionantes sociais para tal acesso, e as restrições aparecem com mais força, sobretudo quando envolvem os antagonismos sociais.

A partir das entrevistas e observações, foi possível perceber que, por baixo do aparente (superfície) da cidade, existe a explicação popular para a hierarquia do espaço. Tal explicação se apoia em mitos, lendas e vivência do local, mas, em seu bojo, de forma direta, aponta os antagonismos sociais, as contradições do espaço e, sobretudo, revela a coparticipação de segmentos da população na construção da cidade e da representação da mesma.

Quanto aos possíveis efeitos psicossociais após a inundação, temos como síntese o sentimento difuso de que a população vitimizada sente, associada ao medo, a insegurança de uma nova enchente, o sentimento de vazio pelas perdas, a angústia e a incapacidade de reação. A destruição da cidade é sentida no corpo, podendo provocar, em última instância, a sua morte. A cidade está no corpo e o corpo na cidade.

A narrativa da catástrofe seria uma forma alegórica de minimizar a lembrança da agressão emocional provocada pela inundação. Mas essa não seria a única forma de superação, pois cada pessoa encontrou uma alternativa específica para responder às demandas psíquicas. Contudo, a narrativa do trauma contribuiu coletivamente para fatigar a dor, não deixando de mencionar que esse processo também teve um reverso para alguns. Ou seja, o contato constante com a narrativa coletiva do trauma provocou uma intensificação da lembrança e, nesse caso, a pessoa desenvolveu ou desencadeou problemas físicos e/ou psíquicos, levando, por vezes, à morte.

O efeito da inundação também provocou uma ruptura na imagem da cidade, principalmente para aqueles que vivenciaram a tragédia ou foram vítimas dela. Essa ruptura na imagem da cidade está provocando a reformulação da imagem anterior. A discussão das imagens da cidade determinou a conclusão de um processo de dissimulação da percepção do risco do lugar. As pessoas progressivamente invertem uma imagem construída a partir de um lugar com risco para a moradia, para uma imagem do lugar apropriado para morar.

Sendo assim, o caráter perceptivo do lugar ocupado envolveu um conjunto de características subjetivas construídas a partir da relação homem e cidade, especificamente o modo de vida que os moradores vivenciaram naquele local. Há uma fricção do universal com o singular, a qual envolveu as relações comerciais, a tipologia das pessoas, as casas, a localidade e outras relações diversas que se construíram localmente.

Percebe-se também que a tônica da discussão não poderia se restringir somente às perdas provocadas pela inundação, mas à forma pela qual a desigualdade se apresentou no tratamento das pessoas, explicitando os resíduos históricos da contradição social. Identifica-se, em alguns relatos, que o tratamento dado pela gestão pública aos estratos sociais foi diferenciado e, por conseguinte, as experiências posteriores com a perda do imóvel também

foram diferenciadas.

Entretanto, como forma de superar as dificuldades decorrentes do infortúnio da inundação, as pessoas se engajaram na reconstrução devido à necessidade de manutenção do emprego ou da atividade de trabalho, mas também pelo sentimento de solidariedade com a perda do outro. A reconstrução era uma forma de compartilhamento social do sofrimento provocado pelo evento crítico.

Parte-se do pressuposto de que a cidade, como uma construção humana, estava marcada ou significada no corpo dos citadinos, já apontado acima. A destruição dessa produção humana permitiu conjecturar que tal processo possibilitou, mesmo que temporalmente, uma desconstrução da imagem e do sentido da cidade e da vida para os próprios moradores, pois instalou uma tensão na perspectiva das pessoas.

Todavia, a tônica na ideia da reconstrução foi substancial para a retomada da perspectiva da vida na cidade, e teve sucesso porque havia a necessidade de retomar a atividade econômica do local e, por conseguinte, a atividade de trabalho e lazer para cada citadino. Mas este também necessitava compartilhar as suas tensões com o outro, demonstrar o seu sofrimento e a sua compaixão de forma coletiva, pois, assim, tinha a possibilidade de ressignificar a relação espaço, casa e corpo.

No tocante à vivência da perda da própria habitação, tal processo pode ter provocado um descompasso momentâneo no processo socioafetivo – um estado difuso da autopercepção – do objeto e do lugar de referência na cidade, pois a materialidade do espaço vivido era também o somatório de todas as histórias, um porta-voz do passado, um elemento substancial das infinitas experiências da vida da pessoa. O espaço vivido – casa, objeto, quintal – parece conferir à subjetividade daquela pessoa que o vivenciou um significado singular, expressão íntima integrada ao ambiente ocupado.

Por conseguinte, a história das pessoas e a história do objeto se interpõem em alguns casos, fundem-se com o passar do tempo. Daí, o aparecimento de um conflito socioafetivo a partir da ausência da referência do objeto concreto em algumas pessoas. A destruição da casa na enchente de 2010 seria um marco, uma ruptura na vivência do espaço ocupado. E tal ruptura possibilitou a reedição da história do lugar e das pessoas, a qual envolveria uma nova

experiência habitacional.

Portanto, é a partir dessa questão habitacional que se considera o pressuposto de que, na tentativa de amenizar o impacto da inundação na vida das pessoas nos aspectos materiais e simbólicos, o Estado utilizou a construção de novas habitações como a sua principal ação pública de resposta à demanda popular. Deu ênfase a essa política, procurando demonstrar que estava presente e garantia a reconstrução da cidade, uma vez que estava preocupado com a demanda coletiva dos vitimados.

A habitação faz parte da necessidade humana universal e envolve abrigo, sonho, bem estar, proteção. A esfera pública mobilizou-se imediatamente para sanar a lacuna habitacional provada pela inundação, porém a literatura sobre a questão habitacional no Brasil aponta que tal interesse do Estado, na questão habitacional, também estaria vinculado à estratégia de manipulação política da população.

Assim, considerando a habitação um objeto funcional e simbólico, transformado em uma mercadoria de consumo e, muitas vezes, capturado pela esfera política, concebeu-se a acepção das *trincheiras espaciais simbólicas* como uma representação que se formou progressivamente a partir da hierarquia do espaço ocupado. A trincheira seria uma forma de analisar os aspectos do processo da contradição do espaço, apontar o processo que provocou na representação das pessoas a cisão entre o objeto edificado e o caráter simbólico e funcional do mesmo.

Compreende-se que, na fronteira entre as áreas distintas, no tocante às edificações produziram-se, sutilmente, conflitos territoriais localizados e imagens preconcebidas das populações residentes nessas áreas. A perspectiva visual da habitação funciona como catalisador dessas imagens, que podem ser negativas ou positivas. Concebe-se, então, que esse conflito que se desdobra da vivência das edificações em espaços contraditórios forma a representação das trincheiras espaciais simbólicas – um tipo de representação valorativa e preconcebida que se criou da cidade a partir das cisões do lugar ocupado.

A trincheira se configurou como um recurso de investigação para compreensão do processo de contradição do espaço a partir do elemento edificação. Pode-se circunscrever as trincheiras como representação de um processo pelo qual, entre as áreas em contraste ou

antagonismo econômico e cultural, consolida-se uma fronteira com plasticidade e movimentação. Tais fronteiras cambiáveis eram objetivas (mesmo quando não aparecia claramente o demarcador de um lugar e outro), às vezes consolidadas na praça central, na igreja matriz, no rio Paraitinga, na rua do Conj. Habitacional da CDHU, entre outros lugares. E, subjetiva porque as pessoas, ao cruzarem as fronteiras das regiões, evocavam representações e imagens coletivas, positivas ou negativas daquele determinado local. A representação das trincheiras estava consolidada nos espaços ocupados e, conforme as pessoas deslocavam de uma região para outra, as trincheiras poderia cambiar, pois essa representação estava nas pessoas e, ao mesmo tempo, concretamente no espaço.

A trincheira espacial simbólica parece significar uma barreira concreta construída intencionalmente na superfície do espaço para abrigar, separar, dividir, dissimular e proteger as ações de pessoas e/ou grupos num contexto de contradição social.

A edificação (habitação) é o principal objeto fomentador da noção de trincheiras, pois, como exposto anteriormente, a perda ou a não obtenção da mesma pode produzir um estado difuso da autopercepção da pessoa e/ou um sentimento de fracasso perante as condições materiais da vida.

Parte-se do pressuposto de que, na relação habitação/lugar/pessoa, pode ocorrer a construção das trincheiras, visto que os espaços citadinos foram hierarquizados e, entre um e outro, há uma demarcação. O conflito não se dá somente com o outro – pessoa ou grupo –, mas também de forma endógena com o lugar, pois o capital instituiu valores agregados à edificação do espaço ocupado.

Dessa forma, a verificação das trincheiras espaciais simbólicas na cidade de São Luiz do Paraitinga pode ser percebida e apreendida no processo histórico de formação da cidade em que os conjuntos das demarcações no espaço citadino produziram fronteiras entre um lugar e outro, perceptíveis através do grupo das edificações que qualifica as áreas em contraposição no território citadino.

Sendo assim, o eixo orientador da cidade é a praça e o seu entorno, os casarões. Conforme o perímetro dessa área termina, outros cenários habitacionais foram construídos representando a posição social dos diversos grupos da cidade.

Portanto, as trincheiras espaciais simbólicas parecem ser fruto de um processo histórico e se apresentam como um tipo de representação específica do lugar ocupado. A força das construções históricas no entorno da praça possibilitou que, mesmo se destruindo parcialmente a materialidade do lugar, a representação das trincheiras permanecesse orientando as ações públicas e o modo de vida das pessoas.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Alceu M. Alguns Ritos Mágicos: “Abusões”, feitiçaria e medicina popular. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. São Paulo, 1951.

ARENDT, Hannah. “A Crise na Cultura: Sua importância Social e Política”. In: *Entre o Passado e o Futuro*. 6ª ed. SP: Perspectiva, 2007.

BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARROS, Myriam M. L. A Cidade dos Velhos. In: VELHO, G. (org.). *Antropologia Urbana*: Cultura e sociedade no Brasil e em Portugual. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1999.

BERNARD, Yvonne. “Algumas Hipóteses Prospectivas sobre o Uso do Habitat à Prova da Realidade das Práticas”. In: TASSARA, E.T.O.;RABINOVICH, E.P.;GUEDES, M.C. (eds.). *Psicologia e Ambiente*. São Paulo: Educ, 2004.

BERQUE, Augustine. “Urbs Dat Esse Homini! La trajectivité des formesurbaines”. Conférence donnée au colloque Paisagem e arte, São Paulo, 6 septembre 1999. In: ANGOTTI-SALGUEIRO (dir.), *Paisagem e arte / Paysage et art / Paisaje y arte / Landscape and art*, Sao Paulo, Comitê Brasileiro de Historia de Arte, 2000, p. 41-52.

BERQUE, Augustine. El Pensamento Paisajero. Madrid: Bibioteca Nueva, 2009. (Colección Paisaje y Teoría).

BETTANINI, Tonino. *Espaço e Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BOLAFFI, Gabriel. Para uma Nova Política Habitacional e Urbana: Possibilidades econômicas, alternativas operacionais e limites políticos. In: VALLADARES, Licia P. (org.). *Habitação em Questão*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, Carlos R. *Partilha da Vida*. São Paulo: Cabral Editora, 1995.

BRANDÃO, Carlos R. Pesquisa Participante. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BRETON, David L. *Antropologia do Corpo e Modernidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

CALVINO, Italo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1972.

CARISSIMI, João. *Comunicação Comparada*: Um estudo sobre a enchente no Rio de Janeiro (2010) com base na análise das revistas Veja, Época e Isto É. Revista Mediação, Belo Horizonte, v.13, n.º13, 2011. Disponível em: http://www.fumec.br/revistas/index.php/mediacao/article/view/517>Acesso em: 01/06/2012

CARLOS, Ana Fani A. "Novas" contradições do espaço. In: DAMIANI, A.L.;CARLOS, A.F.A.;SEABRA, O.C.L. *O Espaço no Fim de Século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999.

CARVALHO, Isabel C. M. *Natureza e Cultura na Psicanálise e no Ideário Ecológico*: Duas perspectivas sobre o mal estar da cultura. Naveg@mérica. Revista Electrónica de la Asociación Española de Americanistas. Espanha, nº. 5, 2010. Disponível em: http://revistas.um.es/navegamerica>Acesso em 13 Agosto/2011. ISSN 1989-211X

COX, Harvey. *A Cidade do Homem*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

CURSINO SANTOS, João R.C. A Festa do Divino de São Luiz do Paraitinga: O desafio da cultura popular na contemporaneidade. Dissertação de Mestrado – Departamento de História da FFLCH-USP, São Paulo, 2008.

DAS, Veena. Critical Events: An Anthropological Perspective on contemporary Índia. New Delhi: Ox Ford University Press, 1995. 230pp

FERREIRA DOS SANTOS, Carlos N. Velhas Novidades nos Modos de Urbanização Brasileiros. In: VALLADARES, Licia P. (org.). *Habitação em Questão*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FONSECA, Maria C. L. Para Além da Pedra e Cal: Por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs.). *Memória e Patrimônio: Ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*: Aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 21ªed. São Paulo: Edições Loyola, 2011

FREIRE, José C.; VIEIRA, Emanuel, M. Uma Escuta Ética de Psicologia Ambiental. *Psicologia & Sociedade*: 18(2): 32-37; mai./ago. 2006

FREIRE, José C.; VIEIRA, Emanuel, M. Uma Escuta Ética de Psicologia Ambiental. *Psicologia & Sociedade*: 18(2): 32-37; mai./ago. 2006

GONÇALVES, Bruno S. Na Travessia da Modernidade: Imaginação poética e resistência na memória de caipira em São Luís do Paraitinga. Dissertação de Mestrado - Serviço Social, PUC-SP, 2007.

GONÇALVES, José R. S. *O Patrimônio Como Categoria do Pensamento*. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs.). *Memória e Patrimônio: Ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Disponível em: http://www.proppi.uff.br/turismo/sites/default/files/mp_21_29.pdf Acesso: 20/11/2011

GONÇALVES, José R. S. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: As culturas como patrimônios. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 11, nº23, p.15-36, jan/jun 2005.Disponível:http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010471832005000100002&script=sci_arttextAcesso: 20/11/2011

GONÇALVES, Maria das Graças M. O Método de Pesquisa Materialista Histórico e Dialético. In: ABRANTES, A.A.; SILVA, N.R.; MARTINS, S.T.F. *Método Histórico-Social na Psicologia Social*. Petrópolis/RJ: VOZES, 2005.

GUARESCHI, Pedrinho A. Relações Comunitárias: Relações de dominação. In.CAMPOS, R.H.F. (org.). *Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. 2ªed. São Paula: Centauro, 2011.

HARVEY, David. *Condição Pós Moderna*. SP: Loyola, 1992.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Os Contextos do Saber: Representação, comunidade e cultura*. Petrópolis, 2008.

KNAUSS, Paulo. A cidade Como Sentimento: história e memória de um acontecimento na sociedade contemporânea – O Incêndio do Gran Circus Norte-Americano em Niterói, 1961. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.27, n.º53, p.23-54 – 2007. Disponível em: < http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=26305303> Acesso em: 4/4/2012

KOWARICK, Lúcio (org.). *As Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo passado e presente*. SP: Paz e Terra, 1988.

LE GOFF, Jacques. *Por Amor às Cidades*. São Paulo: Edunesp, 1998.

LEFEBVRE, Henri. A Produção do Espaço. Tradução: Grupo "As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea", do Núcleo de Geografia da UMG (do original: La production de l'espace. 4ª ed. Paris: Editions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev. 2006.

LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. 3ª ed. Minas Gerais: EDUFYG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. De lo Rural a lo Urbano. Tradução: Javier Gonzáles-Pueyo. Barcelona: Ediciones Península M.R., 1970. (Serie Universitária)

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Maria A. F. P. Um Sistema de Espaços Livres Para São Paulo. Estudos Avançados., São Paulo, v.25, n.71, abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 out. 2011. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142011000100011.

LEME, Vicente Z. *Conversaciones con Enrique Pichon Riviere: Sobre el arte y la locura*. 5ª ed. Buenos Aires- AG: Timerman Editores: 1985.

LEWIN, Kurt. *Princípios de Psicologia Topológica*. São Paulo: Cultrix, 1973.

LOPES, Daniela C. et alii. *Comunicação de Riscos e de Desastres*. Curso a distância/Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis: CEPED, 2010.

LOPES, José R. A questão social da terra como desafio para a Psicologia. In: Seminário Nacional, nº 1, 2006, Brasília. A questão da terra: desafios para a Psicologia. Anais. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2006a.

LOPES, José R. Anthropsys: Relações teóricas e práticas entre a Psicologia e Antropologia. Porto Alegre: Armazém Digital, 2006b.

LOPES, José R. *O DIVINO RETORNO*: Uma abordagem fenomenológica de fluxos identitários entre a religião e a cultura. Revista Etnografia. Portugal, 16(32), p.339-361, jun. 2012.

LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fonte, 2006

MARICATO, Ermínia. "As idéias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil", In Arantes, Otília; Vainer, Carlos e Maricato, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes: 2000.

MARTINS, José S. *O Cativeiro da Terra*. 4ª Ed. São Paulo, HUCITEC: 1990.

MARX, Karl. *O Capital*. Tradução e Condensação: Gabriel Deville. São Paulo: Edipro, 1998.

MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço: Uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MONTERO, Paula. Reflexões Sobre uma Antropologia das Sociedades Complexas. *Revista de Antropologia*, nº 34, p. 103-130, 1991.

MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: Investigação em Psicologia Social*. 2ª ed.

Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

NEVES, L.R. Transformações Societárias, os Aparatos Públicos e os Bolsões de Pobreza: Circunscrevendo as políticas públicas habitacionais no Vale do Paraíba, SP.2004. 147f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional)- Departamento de Economia, Ciências Contábeis e Administração, Universidade de Taubaté.

NEVES, L.R.; SANTOS, J.A.P. A Auto Representação de um Bairro de Periferia da Cidade de Taubaté, SP: Relações de dominação e preconceito. 117 p. Monografia de Conclusão de Curso de Formação de Psicólogo. Departamento de Psicologia, Universidade de Taubaté, São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, Betty. A Dialética do Singular-Particular-Universal. In: ABRANTES, A.A.;SILVA, N.R.;MARTINS, S.T.F. *Método Histórico-Social na Psicologia Social.* Petrópolis/RJ: VOZES, 2005.

PANKOW, Gisele. *O Homem e Seu Espaço Vivido*. Campinas/SP: Papirus, 1988.

PAUGAM, Serge. *A Desqualificação Social: Ensaio sobre a nova pobreza*. Paris: PUF, 1991.

PEIRANO, Mariza G.S. *A Favor da Etnografia.* Rio de Janeiro: Relume-Darumá, 1992.

PLANO REGIONAL DO MACRO EIXO PAULISTA, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, SP,1978.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Transcrição e Tradução: Monique Augras. Revista *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v.5, nº10, 1992, p.200-212. Disponível em: < http://www.historicidadecom.net63.net/memoria_e_identidade_social.pdf>Acesso em 10 nov/2011.

PRADO, J.B. (Org.). *Taubaté*: Cidade, educação, cultura e ciência. São Paulo, Noovha América, 2005. (Série conto, e encanto com a minha história...)

QUAINI, Massimo. *Marxismo e Geografia*. 2edª. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

QUEIROZ, Maria I.P. Do rural e do Urbano no Brasil. In. SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (orgs.). *Vida Rural e Mudança Social*. 3ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

RICCI, Fábio. Cada história é uma história. **Via Vale**, SP, ano 1, n.1, p.30, Versátil, 1999.

RICHARDSON, Roberto J. & col. *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas.* 3ª ed. SP: Atlas, 1999.

RIVLIN, Leanne G. Olhando o Passado e o Futuro: revendo pressupostos sobre as interrelações pessoa-ambiente. *Estudos de Psicologia*: 8(2):215-220; 2003

RODRIGUES, Arlete M. *Moradia nas Cidades Brasileiras*. São Paulo: Contexto, 2001.

ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008a.

SANTOS, Milton.*Por uma Geografia Nova.* São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton.*Técnica, Espaço, Tempo*. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008b.

SANTOS, V.C.; RIBEIRO, R.I. Devires da Negritude: Afrodescendentes brasileiros e caribenhos em Rondônia. In: RIBEIRO, R.; NENEV?, M.; SOUZA, M.P.R. (orgs.). *Psicologia e Saúde na Amazônia: Pesquisa e realidade brasileira.* SP: Casa do Psicólogo, 2003.

SATO, Leny; SOUZA, Marilene P. R. Contribuindo para Desvelar a Realidade do Cotidiano Através da Pesquisa Etnográfica em Psicologia. Psicologia USP, 12 (2), 29-47, 2001.

SAWAIA, Bader (org.). *As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SCARCELLI, Ianni R. Entre o Hospício e a Cidade: Dilemas no Campo da Saúde Mental. São Paulo: Zagodoni, 2011.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Narrar o Trauma*: A questão dos testemunhos de catástrofes

históricas. Rev. Psic. Clin.,RJ, v. 20, n.1, p.65-82, 2008.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

SILVA, André L. *A Conveniência da Cultuara Popular: Um estudo sobre pluralidade de domínios, danças devocionais e a ação dos mestres no Vale do Paraíba*. Tese de Doutorado – Ciências Sociais, PUC-SP, 2011.

SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 12 (1): 69-100, maio de 2000.

TEIXEIRA, Rubenilson; TRIGUEIRO, Edja. A Praça, a Igreja, a Casa de Câmara e Cadeia: símbolo, usos e relações de poder. Disponível em: <http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab_pdf/pdf_st3/rubenilson_st3.pdf> Acesso em 1 dez/2011.

TOLEDO, Marcelo H. S. Espaços Individuais e Coletivos de Sacralidade nos meios de populares: Um estudo sobre a imagem, conflitos simbólicos e campo religioso. Dissertação de Mestrado – Ciências da Religião da PUC-SP, 2002.

TOMAZIN, Mariana. *O Umbigo foi Plantado Dentro de Casa*: História e memória do Alto do Cruzeiro. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Turismo da UNESP-ROSANA, 2011.

TRINDADE, Jaelson B. No caminho do Paraitinga. In: TRINDADE, Jaelson B.Luis; SAIA, Luis. São Luiz do Paraitinga: Publicação nº 2 do Conselhos de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado, São Paulo, 1977.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar*: A perspectiva da Experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

VALÊNCIO, Norma. A Sociologia dos Desastres: Perspectivas para uma sociedade de direitos. In: Conselho Federal de Psicologia. Conselho Regional de Psicologia 16ª Região. *Psicologia de Emergências e Desastres na América Latina*: Promoção de direitos e construção de estratégias de atuação. Brasília – DF, 2011.

VASCONCELOS, Naumi A. Qualidade de vida e habitação. In CAMPOS, R.H.F. (org.). *Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996.

VIEIRA, Luis A. “Está chegando o tempo de política... de eleição...”.Expressões da participação política dos moradores do distrito de Catuçaba, São Luiz do Paraitinga – SP: permanências e mudanças 2007/2008. Dissertação de Mestrado - Serviço Social, PUC-SP, 2008.

WEIL, Simone. *A condição Operária e Outros Estudos Sobre a Opressão*. Org. BOSI, E. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção O Mundo, Hoje; v.32)

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade*: Na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WIRTH, Louis. O Urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O.G. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores: 1967.